

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANNAIS

DO

**MUSEU HISTÓRICO NACIONAL**

VOL. VIII

1947



1957

40 11999

## S U M Á R I O



	Pág.
GUSTAVO BARROSO — As pratas de Diamantina. ....	5
NAIR DE MORAES CARVALHO — Papel educativo do Museu Histórico Nacional. ....	18
FORTUNÉE LEVY — Crentes e Bandidos. ....	31
DULCE LUDOLF — Exemplar único de uma pequena cunhagem. ....	73
MARFA BARBOSA VIANNA — O negro no Museu Histórico Nacional. ....	82
GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES — São Vicente de Fóra e os nossos imperadores. ....	100
SIGRID PORTO DE BARROS — A condição social e a indumentária feminina no Brasil-Colônia. ....	117
MARIA LAURA RIBEIRO — Estudo da moéda de 960 réis ou três patacas criada na regência do príncipe D. João — 1799-1818. ....	155
ANTONIO PIMENTEL WINZ — O corso e a pirataria na América espanhola. ....	181

## APENDICE

GUSTAVO BARROSO — A carreira de conservador. ....	229
---	-----

tíferos dobrou-lhes o número. Surgiram do solo pedrento e triste os arraiais do Burgalhau e do Tijuco. Êste seria mais tarde a cidade de Diamantina. A Carta Régia de 8 de fevereiro de 1730 declarou as pedras brancas propriedade privativa da Coroa, mas não impediu sua exploração pelos particulares, desde que pagassem a capitação anual de 20 mil réis por escravo negro nela empregado. Em 1737 seria aumentada sucessivamente para 40 e 50 mil réis. De 1731 em diante foi tal o afluxo de gente à caça dos diamantes, eram do pior quilate os adventícios, traficantes e mascates, multiplicaram-se de tal modo ali os abusos, roubos, desordens e crimes que o Governo da Metrópole entendeu por fim a essa situação e regularizar de vez a extração e o comércio diamantífero. Daí a Ordem Régia de 30 de outubro de 1736 determinando: a criação duma Intendência na povoação do Tijuco; a necessidade de licença escrita para entrar no seu termo; e o estabelecimento de postos de vigilância nas passagens dos rios e gargantas das serras, que deram origem aos arraiais da Chapada, Milho Verde, Andaial, Contagem, Parauna, Galheira, Gouveia, Picada, Inhanhi, Três Barras, Inhanzica e Rio Manso.

A Intendência oficial durou até 1739, quando o Governo luso verificando que colhia pouco lucro da exploração diamantífera, decidiu entregar esta às mãos de particulares mediante contrato. Além dos desvios e contrabandos, contribuía para isso o conluio dos negociantes de pedras preciosas de Londres e Amsterdão, denunciado por João Lúcio de Azevedo em seu livro sobre "O Marquês de Pombal", a fim de aniquilar a concorrência brasileira num comércio mundial de que detinham o monopólio. Na sua famosa obra "Travels in the interior of Brazil", John Mawe, conhecedor profundo do assunto por ser de ofício negociante de diamantes, mostra como foi combatido o surto do nosso diamante, as "extensas especulações" que motivou e o "boato proposital" de ser inferior ao do Oriente, a fim de os monopolistas o comprarem a baixo preço. Mantinham, assim, nas bolsas a sua depreciação, apresentavam à venda sòmente os mais ordinários e manda-

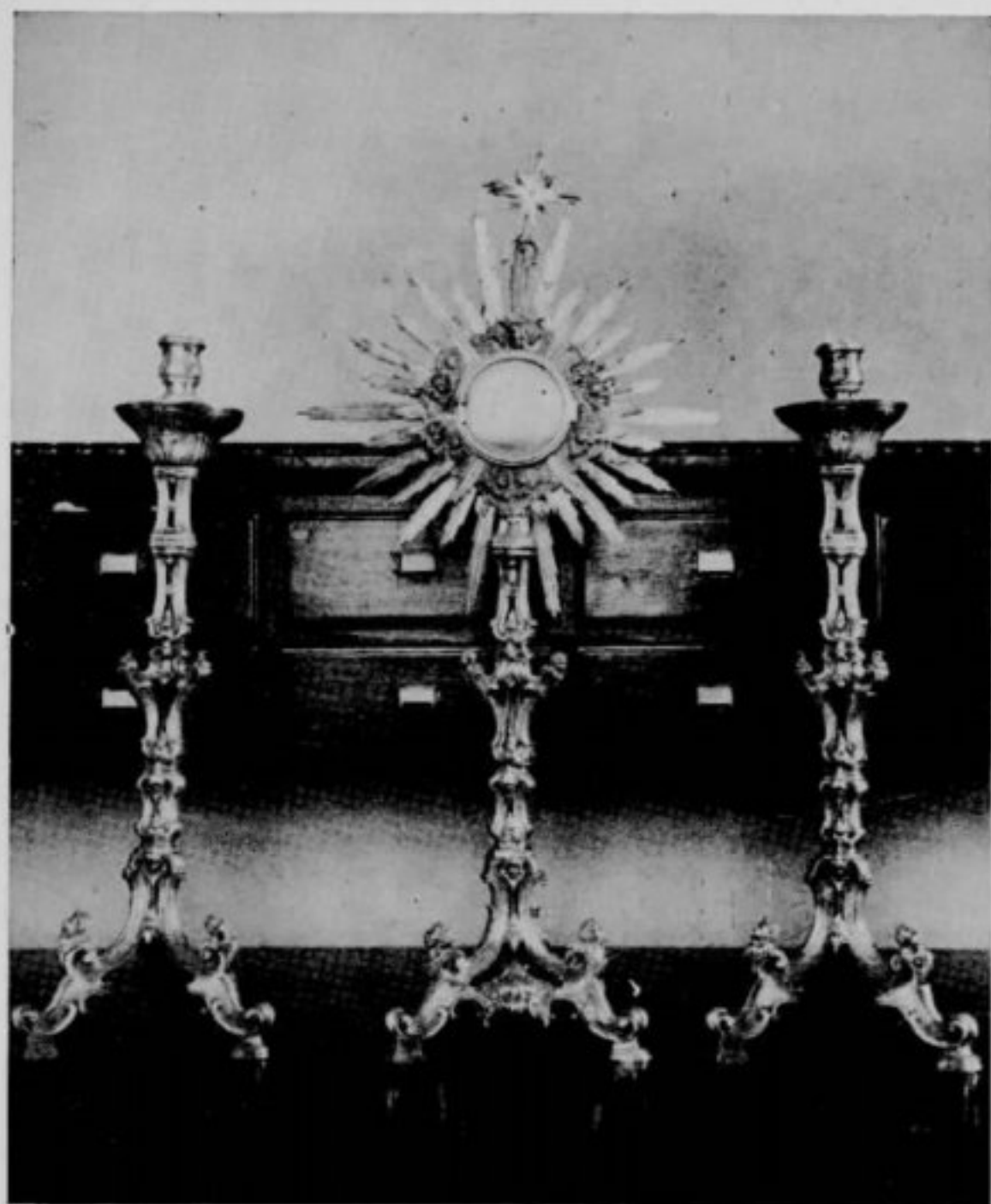




A moderna catedral de Diamantina.



Custodia e calices de prata cinzelada. Obras do século XVIII.



Custodia e finíssimos castiçais de prata. Diamantina.



Peças de magnífica banqueta do altar-mor da catedral.  
Diamantina.

vam os melhores para a Índia, de onde os recebiam de torna-viagem como indús e os vendiam por alto preço.

Fez-se em 1739 o primeiro contrato de arrendamento dos diamantes por 138 contos de réis e o prazo de 4 anos entre a Fazenda Real e a Companhia dos Diamantes, organizada por Francisco da Silva e o Desembargador João Fernandes de Oliveira. Prorrogou-se o mesmo em 1743. O terceiro e quarto contratos passaram aos irmãos Caldeira Brant. O quinto e o sexto voltaram ao Desembargador João Fernandes de Oliveira, famoso pelo seu luxo e pelos esbanjamentos de sua amante, a mulata Chica da Silva, antiga escrava do Padre Rolim. Expirou o último contrato em 1771.



Magnificas sacras de prata portugêsa da cathedral de Diamantina.

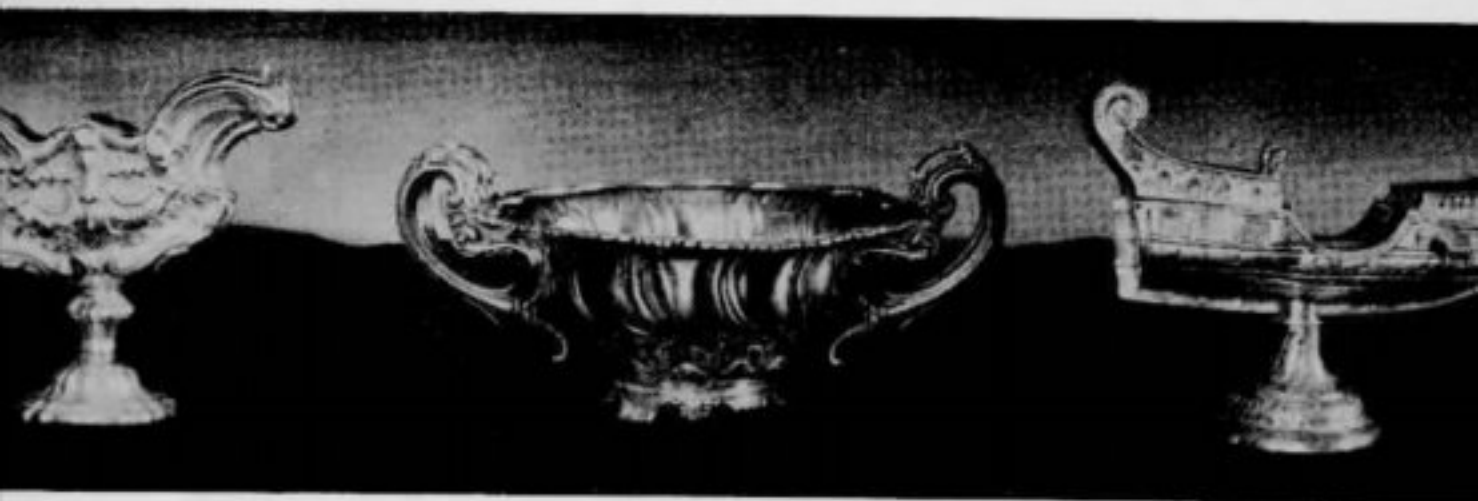
Então, escreve Saint-Adolphe: "...tomou o Govêrno por sua conta o contrato dos diamantes, na esperança de evitar os abusos e fraudes que cometiam os contratadores, empregando no serviço das minas 4 e até 5 mil negros, em vez de 600, como era estipulado no arrendamento. A intendência

dos Diamantes foi reunida à do Ouro por uma disposição rigorosa, ficando o Intendente Geral com poder absoluto no distrito, sendo, ao mesmo tempo, o distribuidor dos empregos, o comandante das terras, e o juiz supremo em tôdas as demandas cujo objeto não excedia a quantia de 600 mil réis... Por uma disposição tão rigorosa, o interêsse dos particulares foi pôsto em esquecimento; uma parte da povoação se viu obrigada a desamparar aquêle distrito; determinou-se que não haveria ali senão um certo número de mercadores; a pena de confisco e de galés se tornou freqüente; foi defeso aos nacionais, como o havia sido aos estrangeiros, penetrarem nequelle distrito, o qual segunda vez se achou segregado do universo.”

Entrementes, o povoado se toranra vila e crescera em tamanho, habitantes e riqueza. A influênciã de israelitas à cata de diamantes, deu-lhe uma fisionomia absolutamente oriental. Confessa um contemporâneo, o Dr. José Vieira do Couto, em sua “Memória da Capitania de Minas Gerais”, que, em 1799, Diamantina, povoação “a mais linda, em outro tempo, de Minas”, se tornara “o retrato dum pequeno bairro de Constantinopla”. Dela até então saíram para a Europa, segundo o cálculo do Barão de Eschwege, 16 milhões de cruzados de diamantes. Nove milhões de libras esterlinas, segundo o de João Lúcio de Azevedo. Não era pròpriamente Portugal o beneficiário dessa produção, sim, de acôrdo com o depoimento de d’Orbigny, os judeus Hoppe de Amsterdão, que compravam o quilate de diamante bruto a 45 francos e o vendiam a 197 lapidado, afirma Charbot. O mesmo autor estima em cêrca de 15 quilos anuais a produção diamantifera brasileira nos 20 primeiros anos.

Dessa imensa riqueza não foi muito o que ficou para a vila do Tijuco que em 1800 os habitantes pediam fôsse crismada em vila Carlotina, em honra de D. Carlota Joaquina, depois cidade de Diamantina. Não teve a mesma um surto de arte barroco-rococó nas suas diversas manifestações na arquitetura, na torêutica, na pintura e na escultura, como o de Ouro Prêto, Mariana, S. João d’El Rei, Sabará, Caeté, S.

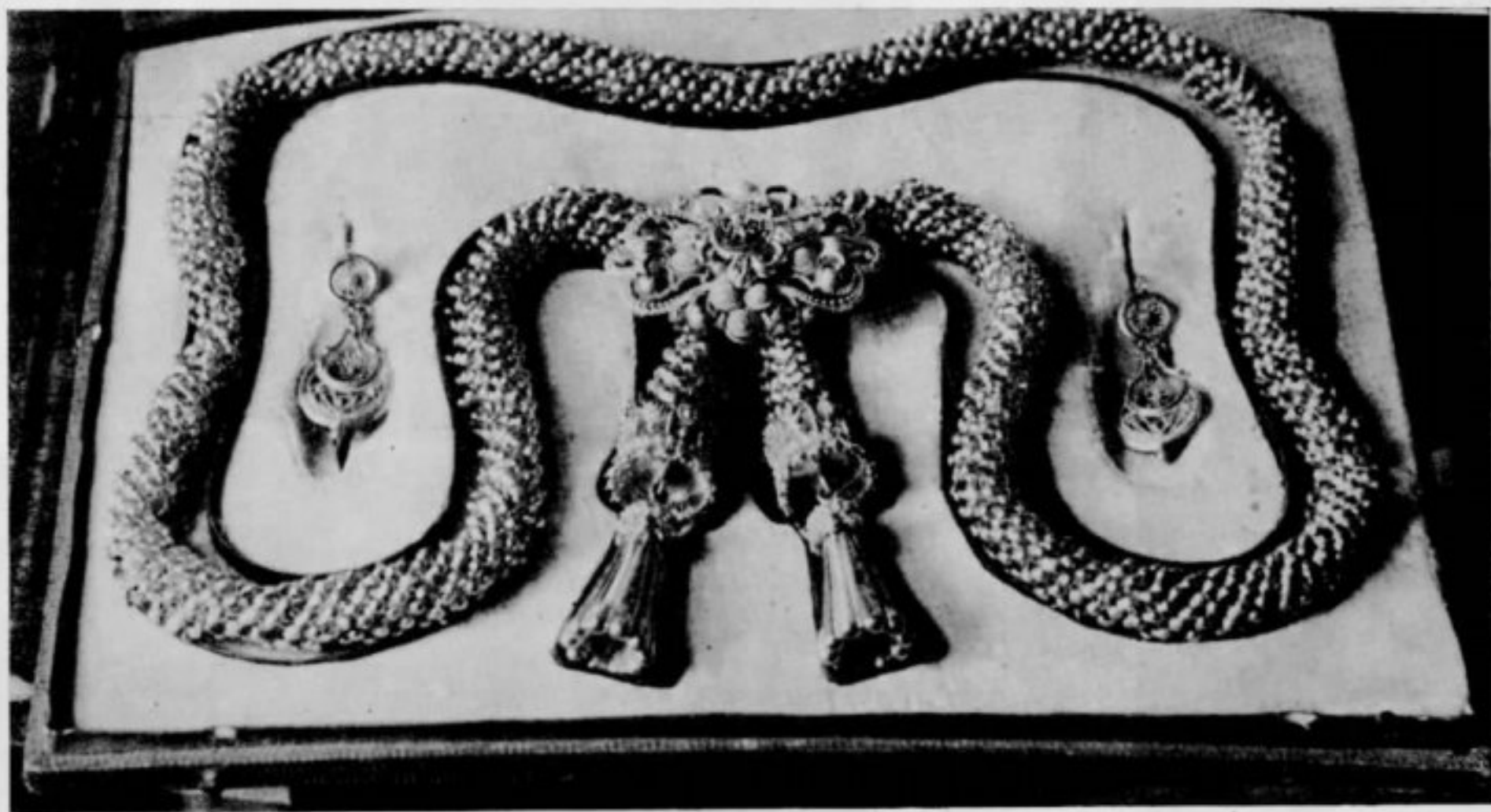




Navetas de prata da catedral de Diamantina.



Salvas de prata da catedral de Diamantina.



Riquíssimo colar de Nossa Senhora. Tesouro da catedral. Diamantina.



João do Morro Grande e Santa Bárbara. Suas igrejas — Rosário, Mercês, Patrocínio, Espírito Santo, Carmo, Bom-Fim, S. Francisco, não passaram do período da madeira e taipa. Saint-Adolphe, escrevendo na era de 60, diz, que, além do edifício destinado à Intendência do Ouro e dos Diamantes, tinha a povoação do Tijuco ou Tejuco, no decurso do século XVIII, um quartel de cavalaria e uma igreja da invocação de Santo Antônio, filial da igreja paroquial da vila do Príncipe. Essa igreja foi tornada paróquia independente pelo Decreto Régio de 27 de outubro de 1819. Acrescenta que o predicamento de vila foi dado ao Tijuco por Decreto da Assembléia Geral do Império de 13 de outubro. Todavia Xavier da Veiga em suas "Efemérides Mineiras" nada registra nessas datas.

Nos tempos modernos, a velha matriz de Diamantina foi posta abaixo, erguendo-se em seu lugar uma Sé mais imponente, de alvenaria, felizmente em estilo que não destoia do conjunto tradicional da cidade como os *horrores funcionais* que lhe impuseram recentemente. Guarda o seu tesouro a prataria setecentista, que atesta a riqueza e o gosto do passado, com seus contrastes de Lisboa e do Pôrto: banquetas admiravelmente cinzeladas, castiçais de elegante e finíssimo labor, custódias miudamente floridas de ornatos rafaelescos, navetas elegantes de variadas formas, sacras enfloradas de volutas e pámpanos, jóias preciosas para adôrno de imagens, bandejas ornamentais, e cálices de finos torneados, um dêles com esta curiosa inscrição em letras cabidulas na parte inferior da base: *CALIZ DA CAPELLA DO CAPITÃO ANTONIO MEYLÃO FAMILIAR DO SANTO OFFICIO.*



Calice da Capela do Capitão Meylão.



Inscrição na parte de baixo do Calice do Capitão Meylão.

# PAPEL EDUCATIVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

NAIR DE MORAES CARVALHO

Conservadora classe "K"

Coordenadora e Professôra do Curso de Museus.

Em 1952, o ICOM publicou um volume intitulado "Musées et Jeunesse", constando de três estudos prefaciados por Georges-Henri Rivière e Peter Floud e devidos às penas de Germaine Cart, Molly Harrison e Charles Russel, respectivamente do Museu do Louvre, do Museu Geffrye de Londres e do American Museum of Natural History de Nova Iorque. No seu *avant-propos*, escreve o sr. Rivière, com sua alta autoridade de Diretor do ICOM: "O problema dos museus e da juventude é daqueles a que o ICOM dedica mais atenção. Desde 1948, apoiado pela Unesco, decidiu consagrar-lhe uma obra. Mas essa realização encontrou muitas dificuldades". Vencidas as mesmas, veio a lume afinal "Musées et Jeunesse", cujos "autores, todos do ofício, evitaram prender-se a considerações de ordem teórica. Fazendo a crítica de experiências de que tiveram o privilégio de participar, colocaram-se no domínio das realidades práticas. E, se suas concepções divergem, isso é mais um título para interessar os leitores de vários países." No seu *preâmbulo*, Henri Fould, por sua vez, declara: "Pode-se afirmar, sem exagêro, que a tendência dominante na evolução dos museus no decurso dos últimos trinta anos tem sido a crescente importância atribuída à sua função educativa e às responsabilidades em relação à juventude que essa função implica. Mais ou menos até 1920,

poucos museus tomaram medidas especiais relativamente às crianças. De então por diante, um número cada vez maior de conservadores, uns espontaneamente, outros contra a vontade, tiveram de recrutar pessoal especializado e de criar até departamentos próprios para se ocuparem das atividades concernentes à juventude. Os que hesitaram seguir êsse rumo ou recusaram providenciar quanto às necessidades peculiares às crianças arriscaram-se a ser taxados de reacionários incorrigíveis ou de retardatários. As influências que produziram tais resultados geralmente vieram de fora dos museus e não de dentro; emanaram dos educadores e mestres entusiastas, não dos profissionais da museologia. Por conseguinte, muitos conservadores se viram impelidos, mesmo contra a vontade, a trabalhar com as crianças, embora sem uma nítida idéia das possibilidades e limites dessa tarefa, e conservando-se até mesmo cétricos quanto ao seu valor. Os membros mais antigos do pessoal dos museus ficaram desconcertados pelas atividades educativas ultra-modernas de seus colegas mais jovens, enquanto que êstes se viram reduzidos a elaborar e executar seus programas para as crianças com falta de diretivas e sem estímulo da parte dos superiores hierárquicos.”

O preâmbulo de Henri Fould é um alentado trabalho de crítica objetiva e construtiva a propósito do papel educativo dos museus em relação à juventude. Pode-se dizer mesmo que é a base ou fundamento do volume, visto com os três que formam seu corpo podem ser considerados relatórios e não possuem a amplitude e a fôrça da experiência pessoal que nêle se encontram. Estudando os museus infantis, dos quais nos Estados Unidos existem 35 e no resto do mundo, uma dúzia, êle mostra seus graves inconvenientes, a começar pelo principal dêles, que é criar nos meninos um *mundo fantástico e irreal*, que os prepara mal para as realidades quando se tornam adultos. Em páginas cheias de grande clareza, alinha os argumentos pro e contra, reconhecendo que há museus que jamais interessarão aos jovens, que, em certos casos,

seria ótimo se organizassem certos museus de modo a servirem a pequenos e grandes ou se estabelecesse uma tal ou qual iniciação, a fim de que as crianças cheguem com esta compreensão aos mostruários destinados aos mais idosos. São os especialistas suecos aquêles que, no domínio da técnica museológica, se têm insurgido contra os museus infantis, afirmando que os mesmos deixam no espírito dos meninos, sedimentada, a idéia de que os museus só servem para crianças, o que os afasta, da adolescência em diante, dêsses estabelecimentos. Aliás, isso se tem verificado com alguma freqüência nos Estados Unidos. Finalmente, Henri Fould aponta como solução do problema "criar, nos museus para adultos, já existentes, departamentos juvenis."

Outro assunto pelo referido autor abordado é o do desenvolvimento das exposições temporárias em prejuízo das exposições permanentes. "Sempre se fica tentado, escreve, a dar mais importância às exposições temporárias. Muitas vêzes, aos olhos dos membros dos conselhos de administração e das juntas, dos doadores, etc., o dinamismo e a utilidade dum museu se medem pelo número e êxito de suas exposições temporárias; mesmo a pior e a mais mal apresentada destas será decerto motivo para uma notícia nos jornais, enquanto uma reorganização importante das salas permanentes passará completamente despercebida. Além disso, os conservadores com idéias modernas serão naturalmente levados a experimentar novas concepções nas exposições temporárias, de preferência a fazê-lo nas permanentes, em vista das maiores facilidades que aquêles oferecem... Considera-se normalmente a importância dada às exposições temporárias como indício de vitalidade e modernismo, sendo sem dúvida mau sinal o fato dum museu não se entregar nunca a atividades dessa espécie."

Depois dêste admirável resumo do que representam as exposições temporárias, Henri Fould acha que elas beneficiam sem dúvida os museus de arte por vários motivos, não sendo,



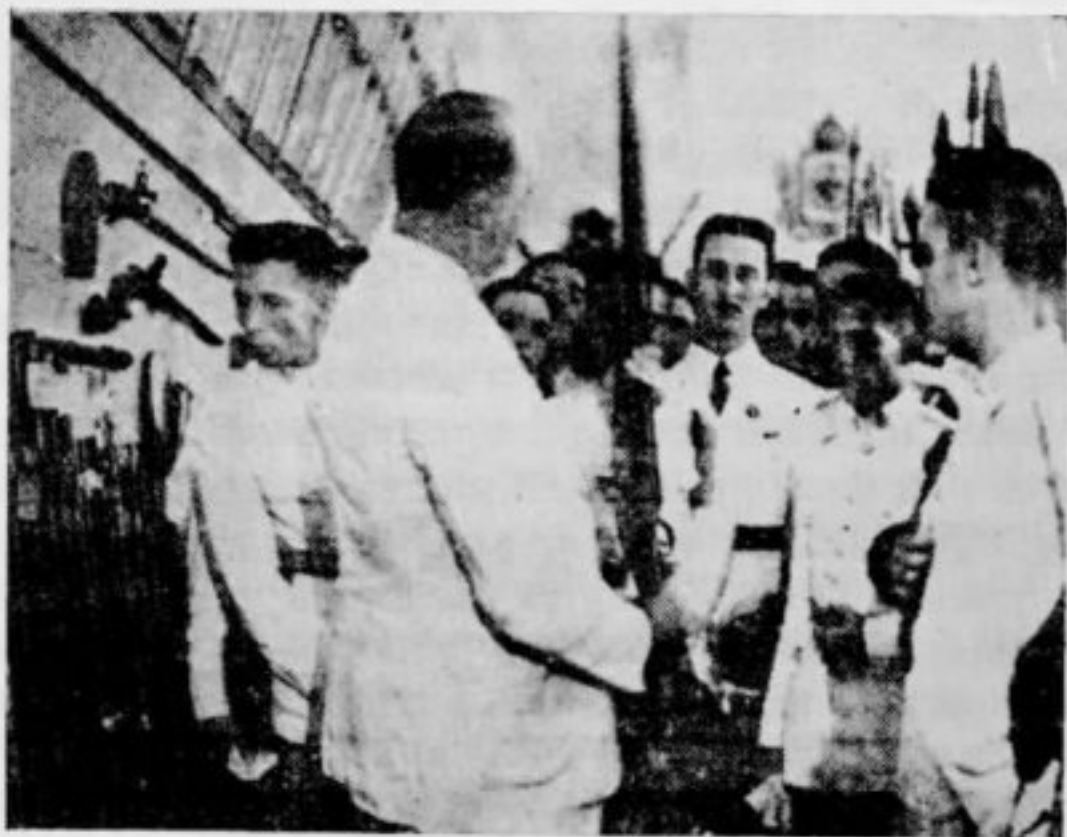
contudo, recomendáveis para outros museus, nos quais poderão até ser “uma política retrograda.”

Outra crítica que se segue é a do emprêgo abusivo de material explicativo, o qual deve ter a sua justa medida, porque, “desde que um museu procure apresentar suas coleções como se fôsse imenso livro ilustrado, renuncia à pressogativa de ser um dos raros organismos que podem neutralizar a tendência do ensino livresco com o uso de objetos reais que ferem diretamente os sentidos sem a interferência das palavras, e foge ao seu papel de meio de educação e compreensão.

Em seguida, o autor do Preâmbulo trata da quantidade excessiva de material exposto e do mau uso de modelos, passando a abordar os problemas das atividades. Condena as visitas escolares de grandes turmas, fixando o número de cada uma em 15 alunos e insistindo para que a impressão causada nas crianças seja a de que o museu é um “lugar maravilhoso, cheio de coisas interessantes e notáveis”, para que no seu espírito se prolongue a vontade de voltar. No caso, deve se dar preferência ao objeto real, como exemplo das preleções, a qualquer cópia ou projeção fotográfica ou cinematográfica. O método de ensino deve ser o mais familiar e o menos formal ou acadêmico possível. Os questionários, que entopem as crianças de conhecimentos a granel, são condenáveis. Enfim, conclui: “... o maior perigo para os museus, no futuro, não será falhar pròpriamente no seu esforço em cumprir sua missão para com a juventude, sim dar a essa missão uma interpretação demasiado estreita e teórica. Que os museus evitem desconhecer que podem introduzir na educação moderna um elemento que lhes é próprio, antes visual do que verbal, dirigindo-se tanto à sensibilidade quanto à inteligência.”

A essas explanações sólidas e admiráveis se seguem os dos três colaboradores do volume publicado pelo ICOM. Primeiro o de Germaine Cart, “Os museus e a juventude na

Europa Continental”, em que aborda estas matérias: Museus Infantis: 1 — Serviços Educativos. 2 — Incidências dos tipos de museus. 3 — Visitas educativas; a) visitas escolares dirigidas, b) visitas escolares livres, c) visitas escolares combinadas, d) questionários a serem respondidos pelos alunos durante ou após a visita, e) outras atividades escolares segundo a visita, f) financiamento das visitas escolares, g) formação de conferencistas. 4 — Exposições educativas fixas e circulantes. 5 — Coleções destinadas a empréstimos no exterior. 6 — Publicações e conferências de informação. Conclusão.



Gustavo Barroso falando aos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras. M.H.N. 20 de fevereiro de 1942.

As visitas escolares dirigidas são as que em geral se realizam durante as horas de aula, com programa estabelecido de antemão e preleções dadas pelos conservadores dos museus visitados. Algumas vêzes a elas se seguem aulas ou conferências em sala especial com projeções. Tais visitas são das mais eficazes. "A fim de animar as crianças a vol-



tarem, certos museus da Suécia ou da Noruega distribuem a cada uma delas, no fim das visitas dirigidas, um cartão de entrada gratuito para ela própria e duas pessoas que a acompanhem, não sendo raro que, nos dias seguintes, se veja o jovem circulando pelo museu à vontade, acompanhado de seus pais, a quem com orgulho explica o que anteriormente lhe fôra revelado. Na Holanda, alguns museus instituíram cartões de assinatura anual que permitem aos alunos visitarem o estabelecimento com freqüência e por preço muito módico.”

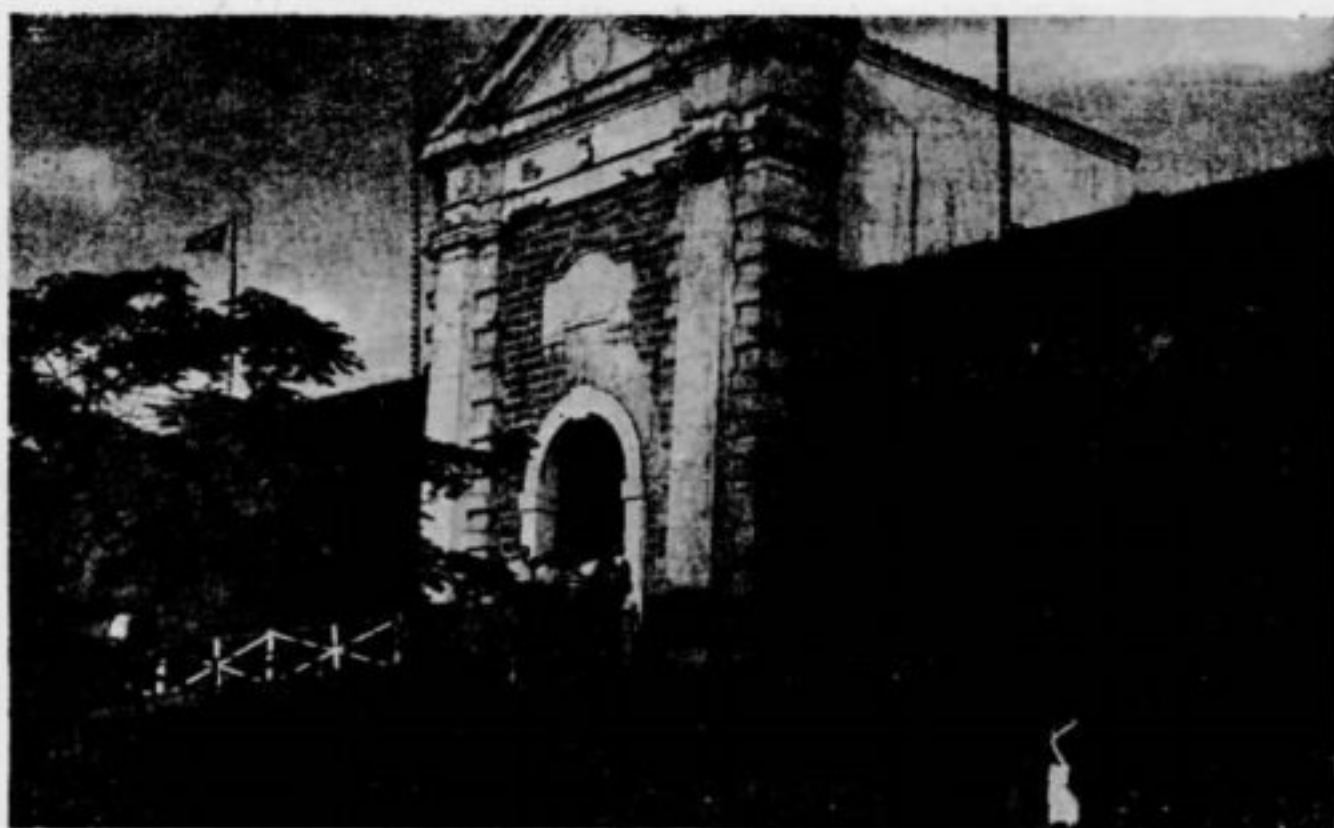
As visitas escolares livres são as que fazem grupos de estudantes segundo indicações de seus professores, fora das horas de aula e sem serem acompanhados. Dá-se-lhes um tema a estudar ou uma obra de arte a copiar ou ainda um inquérito a fazer, deixando-lhes certo espírito de iniciativa.

As visitas escolares combinadas são mais recentes como método de estudo e parece terem dado bons resultados. Compõem-se de duas partes. A primeira é uma verdadeira visita dirigida para o total da classe trazida ao museu. A segunda consta de estudos procedidos pelos grupos em que a classe fôr dividida sôbre o material indicado pelos guias. Depois, as observações feitas são redigidas num relatório em que todos colaboram.

Em conclusão, no modo de pensar de Germaine Cart, “sòmente contatos freqüentes entre o pessoal dos museus e os educadores permitirão-se realizem programas de atividades na verdade adaptados às necessidades da juventude. A tarefa poderá parecer pesada aos que desejam empreendê-la; todavia vale a pena, porque corresponde a largamente abrir às portas dos museus à juventude, permitindo-lhe, assim, aprender sem esforço as mais belas páginas da história da humanidade.”

O trabalho imediato, de Molly Harrison, tem conceito mais restrito, dedica-se a “Museus e Juventude na Grã Bretanha e na Comunidade Britânica.” Faz o histórico do que têm praticado os museus britânicos da Metrópole e do Império em favor da gente moça, desde meados do século XIX,

dos quais foi na verdade pioneiro o Horsfall Museum. Estabelece o balanço da situação atual e descreve o modo como se processam as visitas escolares. Termina declarando que ainda resta muito o que fazer nessa questão e afirma: "Sem dúvida se admitirá em todos os países que os objetos de museu podem representar para a mocidade parte de auxílio e de interêsse. A atenção dada aos objetos visuais, tangíveis,



Excursão ao Forte de S. José — Macapá — 1955.

*reais*, é geral nos indivíduos de tôdas as idades, tipos e raças. O problema atual consiste em saber como apresentar e utilizar o material, a fim de que o profano possa reagir bem e apreciar sua significação. Na Comunidade Britânica, a tendência é para cada vez mais reconhecer a necessidade de nova atitude em face dos problemas educativos; admite-se que métodos de ensino, adaptados durante séculos a um escol culto e desejoso de aprender já não convêm mais às exigências da massa. O problema das crianças nos museus é um mero aspecto do problema mais vasto da educação popular."

O terceiro relatório, da autoria de Charles Russell, versa sobre "Museus e Juventude na América", abordando sua situação e característicos, sua estrutura, recursos e pessoal, suas coleções e atividades. Finaliza com estas considerações: "Como se deve ter notado, as atividades concernentes à juventude não são uniformes nos museus da América e, do mesmo modo que em outros países, não existe ali doutrina universalmente aceita ou de objetivo comum. Contudo o incansável



Gustavo Barroso dando aula na Sala D. Pedro I.

esforço do pessoal, o interesse dedicado pelas organizações e pelos particulares que apoiam essa obra, a colaboração dos pais, a compreensiva simpatia do público e a participação ativa de centenas de milhares de crianças correspondem a um único ideal: conhecerás a verdade e a verdade te dará

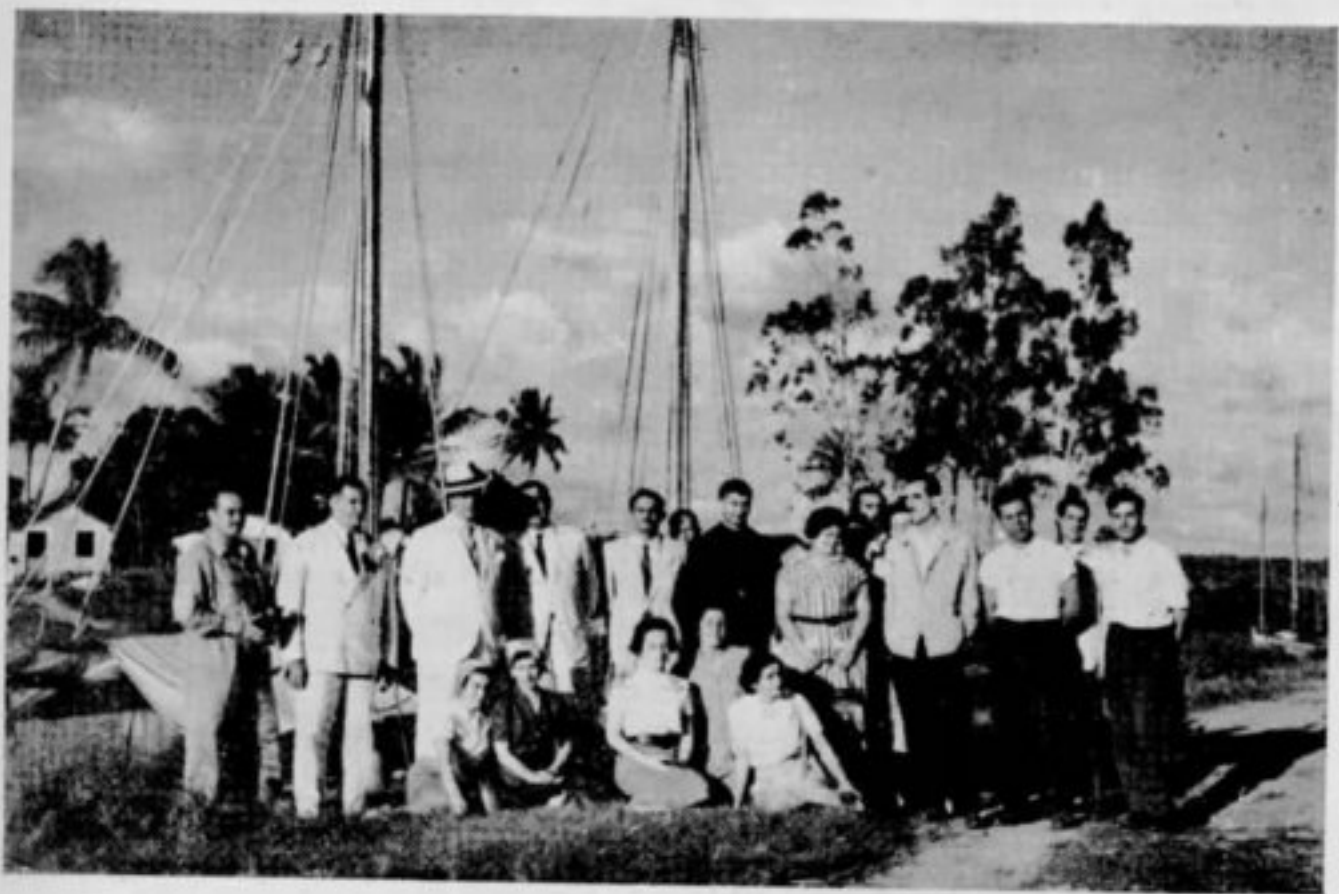
a liberdade.” Êste é o tipo de conclusão que nada conclui, segundo parece.

\* \* \*

Fizemos êste apagado resumo de “Musées et Jeunesse” do ICOM, a fim de mostrar que muita coisa trazida em nossos dias ao conhecimento do público, como novidades ou frutos de recentes experiências, já foi motivo de cogitações, estudos e aplicações práticas do Museu Histórico Nacional, fundado numa época em que nenhum organismo estatal ou organização internacional se preocupava com o problema dos museus, em que não havia no Brasil o menor interêsse pelo assunto e até deputados ignorantes do mesmo apresentavam ao Congresso emendas orçamentárias suprimindo por inútil e onerosa a nova instituição; em que não se cuidava de organizar pessoal especializado em museologia, não se imaginava sequer um curso para sua formação e se desconhecia em absoluto o que fôsse técnica de museus; em que nenhum museu histórico oficial havia no país, o de arte não passava duma pinacoteca ligada à Escola de Belas Artes, nenhuma defesa visava as riquezas do patrimônio histórico e artístico nacional abandonadas às devastações do tempo e ao vandalismo dos homens; em que ainda nenhum jornalista, escritor ou amador escrevia uma palavra sôbre a matéria e até sofriam remoques e eram alcunhados de passadistas os que procuravam defender o passado.

Pois bem, nessa ingrata época surgiu o Museu Histórico Nacional, criado pelo Presidente Epitácio Pessoa e entregue à direção do Dr. Gustavo Barroso. E, logo que começou a se equilibrar e enriquecer, o novo instituto se entregou a uma tarefa de defesa das nossas relíquias e de irradiação cultural. Desde os primeiros passos, o Museu Histórico revelou o seu caráter educativo pelas providências que, na medida das possibilidades, foi tomando a sua direção. Compulsando-se o seu arquivo, verifica-se que, pouco tempo depois de sua organização, a Diretoria enviava ofícios aos colégios particulares e às escolas públicas, convidando mestres e alunos a visita-

rem suas exposições e pondo à sua disposição os funcionários-guias necessários. Essas visitas começaram logo a efetuar-se e se multiplicaram pelo tempo além, de modo que hoje, anualmente, sobem a milhares os meninos e rapazes que freqüentam em grupos, vindos dos estabelecimentos de instrução, as salas e mostruários da Casa do Brasil. Tudo o que o sr. Hould observa e discute no seu Preâmbulo é trabalho de rotina no nosso Museu Histórico há pelo menos 30 anos: visitas escolares dirigidas em que os alunos são acompanhados pelos seus professôres e por conservadores do Museu, com divisões em grupos pequenos e rápidas preleções; visitas escolares livres, visitas combinadas e mais visitas com verdadeiras



Excursão à Igrassu — Pernambuco — 1950.

aulas de estudantes de cursos superiores, como da Escola Naval e da Escola Militar. E não existe o caso de premiar êsses jovens visitantes com entradas de favor, como na Europa, porque a freqüentação do Museu Histórico é gratuita para todos.



Todos os meios atinentes à vida dinâmica do Museu têm sido nestes 30 anos abordados por sua direção, muitas vêzes vencendo grandes obstáculos decorrentes das incompreensões e da carência de recursos materiais. Com a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais em 1932, lançou o Museu as bases do serviço de defesa do nosso patrimônio histórico e artístico. Com a criação do Curso de Museus na mesma época, estabeleceu um foco de cultura e aprimoramento, de criação de especialistas, do qual saíram com seus diplomas de museologistas todos os atuais conservadores de museus oficiais do Brasil. Com as suas aulas, conferências e lições práticas, criou o estímulo pelos estudos de museologia, divulgou-os, preparou a compreensão do poder público para a criação da carreira de conservador. Com o estabelecimento da cadeira de Técnica de Museus e publicação de livro didático sobre o assunto, alicerçou a doutrina, compendiou os princípios esparsos, estabeleceu os rumos teóricos e a aplicação prática dos estudos respectivos. Com a publicação dos "Anais" levou a todos aquêles que os lêem e a todos os que se preocupam com essa ordem de idéias o resultado de pesquisas, de estudos e de observações dos seus técnicos. Com as bolsas de estudo distribuídas anualmente a funcionários de museus estaduais e municipais de vários Estados da República, estendeu a todo o país o benefício da sua expansão cultural e permitiu aos estabelecimentos distantes da capital do país disporem com o tempo de pessoal habilitado. Com o estágio dos diplomados pelo Curso de Museus nas diversas seções completam-se os estudos teóricos dos mesmos com a prática necessária. Com as excursões feitas anualmente a locais históricos e artísticos do país, nas quais os alunos do Curso de Museus recebem dos professores que os acompanham e do próprio diretor preleções e explicações adequadas, sendo obrigados, no regresso, a apresentarem relatórios sobre seus estudos e observações. Com a documentação fotográfica que a Direção do Museu Histórico vai anualmente fazendo nessas mesmas excursões, a qual, devidamente arquivada e classificada em fichários constitui



Excursão ao Forte do Calvario — Rio Itapicuru — Maranhão — 1952.



Diplomados pelo Curso de Musene com o diretor do M.H.N.  
e professores — 1954.

uma documentação única no gênero no país e que já está prestando relevantes serviços aos estudiosos do nosso passado. Com a coleta de fotografias de famílias antigas e de aspectos já desaparecidos que completa essa documentação. Enfim com as aulas práticas dadas no Museu, em que são empregados dispositivos coloridos e em negro de assuntos ligados às cadeiras de História, de História de Arte, de Técnica de Museus e de Numismática, cujas coleções são hoje não só abundantes como devidamente catalogadas.

Não há negar, diante das exposições contidas no livro que acabamos de examinar, que, sem apoio no país ou em fundações internacionais, o Museu Histórico realizou tanto quanto pôde tudo aquilo que os modernos estudiosos preconizam. E isto deve ser motivo de júbilo para todos quantos fizeram carreira à sua sombra benéfica.



## CRENTES E BANDIDOS

FORTUNÉE LEVY

Conservador Cl. J

Chefe da 2.<sup>a</sup> Seção de História do  
Museu Histórico Nacional.

Os pequenos, os pobres, os humildes que formam a grande legião de agregados amparados apenas pelo senhor de engenho ou do chefão político local, têm a necessidade inconsciente, porém vital, de uma proteção mais subjetiva.

São essas as populações mais tendentes ao desenvolvimento do fanatismo religioso. No sertão o profeta encontra meio propício ao proselitismo. O sertanejo está apto a aceitá-lo. Convencê-lo não é difícil.

Desde criança, rodeado de curandeiros, ouve casos milagrosos; crê em feitiçarias e bruxedos; usa bentinhos, amuletos, patuás; sabe rezas fortes, boas, más e para todos os fins; cultiva uma religião indefinida e vária, associando lendas e superstições, de mistura com catolicismo e fetichismo e se fortalece no fatalismo do — é porque Deus quis.

O sertanejo com a energia que lhe é peculiar e que a agressividade do sertão moldou, com a tenacidade do propósito, de ânimo inquebrantável embora aparentemente apático, é o crente mais fervoroso.

O místico, pelo seu exemplo e prédica levará atrás de si uma multidão crendeira. As lendas e os milagres realizados pelo pregador são divulgados, a crença fortalecida.

Uma das grandes fôrças de qualquer *iluminado*, será o gesto acolhedor para com todos — honestos ou criminosos —

êstes não encontrando quem os julgue, passam a venerar o *santo*. A consideração com que é recebido no grupo, irmanando-o ao homem correto, dar-lhe-á, inconscientemente, nessa exaltação do eu, uma forma de gratidão, que se revelará no fervor com que defenderá o centro fanatizado. Esse agrupamento humano, cujo comportamento se traduz por uma diferença de conduta, está ligado pela mesma mentalidade, tendo na religião a estrutura de sua associação.

E na história do Brasil, encontraremos a par dos fiéis de Antônio Conselheiro em Canudos, os jagunços; dos fanáticos do Monge João Maria no Contestado, os guerrilheiros; e dos romeiros do Padre Cícero do Juazeiro, os cangaceiros.

Assim, no nosso estudo teremos que focalizar crentes e bandidos.

O cangaceiro foi um dos esteios dos centros fanáticos do sertão.

As feiras, principalmente no interior da Bahia, sofriam os desmandos de uma malta de desordeiros rixentos, que se compraziam em terminá-las. Era divertimento e ato de valentia.

A maioria era composta de jogadores de pau, jôgo peculiar à Bahia. O pau de jucá, temperado ao fogo para ser mais resistente, quando ferrado (isto é, tendo na haste de madeira uma ponta de ferro) era uma arma, cujo nome — jagunço — se transferiu a quem a manejava. Requisitos indispensáveis ao jogador de pau eram a coragem, agilidade, decisão rápida. Não temia o adversário armado de facão.

É em Canudos que os valentões que formam a guarda de Antônio Conselheiro tomam o nome de jagunços.

A par dêsses jagunços, cabras desordeiros, havia os outros considerados os bons, os de confiança, a sôlido de senhores fazendeiros, coronéis sertanejos, usados para a execução de *serviço*, que no caso significa matar.

No sertão há sempre uma herança de crime, que só se responde com outro crime, famílias que se degladiam, que cultivam o ódio através gerações.

A desconfiança, a susceptibilidade do sertanejo será também um passo para o crime. À desafronta, ao insulto, responde matando.

Quando comete o primeiro crime, inicia a profissão de matar.

Abriga-se, oferecendo seus serviços a um chefão sertanejo, e será o cabra bom, capanga, cabo eleitoral, o protegido, o afilhado; ou fugindo para o sertão filia-se a um grupo de bandoleiros e se êle próprio tiver os predicados de um líder, será um futuro chefe, cujo grupo tomará seu nome.

Cangaceiro será o seu nome, devido a usar cangaço, — conjunto vário de armas, e ao seu modo de viver também se chamará cangaço.

*Êste cabra quando briga  
Faz coisas de admirar, (1)*

As canções dos trovadores de feira, as histórias e lendas contadas enaltecendo os bandidos, transformando-os em heróis, incubam na imaginação popular o cangaceiro futuro. As aventuras envoltas em feição romântica de homens fortes, destemidos, produz a admiração do sertanejo. Nesa vida de cangaço vem a se unir depois parentes, que o elo familiar é nêles imperativo, aumentando assim o bando. O chefe se impõe a seus acostados pela regra de conduta, pelo feitio quixotesco de ações nobres. São inúmeros os casos como o de Adolfo Meia Noite que encontrando um prêto escravo com dinheiro do amo deixou-o passar incólume "... não tomarei de ti que não és o dono."

Os perseguidos da justiça se filiam a um bando de cangaceiros, quando o motivo é crime de morte. Mas se fôr roubo ou atentado ao pudor se unem aos salteadores de estrada, pois não serão aceitos entre os primeiros.

Matar é lei, furtar é raro, deshonrar é crime.

---

(1) Gustavo Barroso — Bandidos e heróis, pg. 245.

Só em 1914 no Ceará, em defesa de Juazeiro do Padre Cícero, cuja fama de santidade corria o sertão, juntam-se os cangaceiros do Cariri, os jagunços da Bahia, os salteadores de estrada. A figura divinizada do Padre Cícero, mais do que qualquer promessa, congrega-os.

A escritura das mortes vai sendo feita nas cruzes gravadas nos rifles.

A armaria do cangaceiro compreende o rifle, o punhal, a pistola, o bacamarte bôca de sino. Mas a arma predileta é a parnaíba. O jagunço, mais tarde, usará como arma predileta o facão jacaré de fôlha larga e forte.

O cangaceiro infesta os sertões da Paraíba e Pernambuco e o jagunço os da Bahia; o primeiro incursiona para o sul e outro para o norte, separados pelo rio S. Francisco, indo se unir no momento da insurreição da comarca de Monte Santo.

Embora a sôlido de políticos é preciso não confundi-los com o capanga. Êste é o afilhado do chefão político, o cabo eleitoral. Cangaceiro e jagunço são soldados, mantenedores da ordem conveniente ao partido que os assalariou. Terminada a eleição, realizada conforme desejo do mandão, o bando deixa o local e continua nesse vaguear indômito pelo sertão. Há um ditado sertanejo — cabra, cobra é tudo a mesma obra...

Só por volta de 1915 é que se vão fundindo aos capangas nessa estranha profissão, no mesmo programa político.

Não podemos deixar de relatar a história do mais famoso cangaceiro nordestino — Antônio Silvino.

Manuel de Moraes nasceu em Pernambuco em 1875. Quando o pai é assassinado em 1890, vingá-se matando um sobrinho do delegado que assassinara seu pai e que ficara impune.

Refere-se a êle a trova:

*Abracei aos vinte anos  
A profissão de matar.*

É o início da vida de crimes e a quem o persegue resolve matar.

Alia-se a Silvino Aires e quando êste prêso, honra-lhe a memória adotando-lhe o nome. O cangaceiro tem na sua formação, o sentimento profundo de gratidão.

O pequeno bando, geralmente 8 homens, copia o exército — vestem farda e todos têm como oficiais.

Antônio Silvino gostava de perfume e jóias trazendo os dedos cheios de anéis, respeitava as mulheres, do roubo tirava apenas o que precisava no momento, o mais dividindo com a pobreza.

A confiança na boa estrêla vai tornando-o cada vez mais destemido, o bando aumenta e também a defesa contra a polícia se torna mais necessária. Arrecada impostos, queima correspondência, pois não sabe se aí haverá algo contra si, saqueia povoados, e vai se impondo às populações crentes do seu poder sobrehumano.

Aos 35 anos o ardor combativo parece ceder e pede a um padre que interceda a seu favor junto ao govêrno. Obtendo resposta negativa torna-se mais feroz. Além do ardor combativo, um romance de amor também faz com que deseje abandonar o cangaço, isso por volta de 1910 ou 1911. O romance, com Juventina Maria da Conceição, a Tita, nasceu quando a Fôrça Volante o perseguia, e a família dela abrigou o bando. É essa mesma Tita, com quem casou, e que até 1955 morou no Rio de Janeiro, onde vivia com os filhos a quem educou na lei da religião e da moral.

Em dezembro de 1914 é prêso de emboscada. Depois de cumprida a pena, na prisão do Recife, veio para o Rio. É a própria Tita quem então conta: "... o Presidente Dr. Getúlio Vargas deu-lhe um emprêgo, mas êle não se deu bem com os colegas e voltou ao Presidente e lhe disse: Doutor, me desculpe, mas aquilo não é trabalho prá homem, é trabalho prá cabra safado."

Antônio Silvino morreu em 1944.

Como Antônio Silvino, inúmeras quadrilhas de bandidos infestavam e ainda infestam o sertão.



Facão de um jagunço — Canudos.

Desordeiros, salteadores de feira, desmoralizadores das autoridades locais, os cangaceiros a quem a crendice popular empresta dons sobrenaturais — como Jesuíno Brilhante que tinha o poder de se transformar em mato ou jumento para fugir dos perseguidores — trazem o sertão em dessassossêgo.

A plebe inculta protege o cangaço pela admiração ou medo; o chefão político pela necessidade. A política explora o banditismo e o govêrno transige.

Aquêlê estranho código de honra, até então observado pelos bandos, cujo um dos últimos será o de Antônio Silvino, vai desaparecendo.

O grupo chefiado por Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, será um exemplo dessa junção de jagunços, cangaceiros e malfeitores. Generalizando serão chamados cangaceiros.

Admirando a coragem do bando o sertanejo nêlê ingres-sava "... eu caio na vida de espingarda, debaixo de suas orde."

Mas a autoridade já sofre influênciã do entrosamento, pois só na hora da luta será incontestada. É então que será para os acostados o grande chefe guerreiro. O chefe era o elo do bando, bastava cair ferido gravemente para haver a debandada, e muitos cangaceiros preferem se matar a serem presos e trucidados pelos policiais (na maioria recrutados nas prisões), que além de darem expansã a seus instintos perversos, silenciavam o adversário para que êste não denunci-asse os malefícios dos oficiais e dos chefões.

As crueldades e roubos dos policiais recaem no canga-ceiro. Êste, em revide, se torna mais cruel pois não quer a fama sem o proveito. No seu conformismo é corrente a opi-niã do sertanejo "... a gente ficava só com o cangaceiro era só uma desgraça em vez de duas", e, "... o cangaço tem de durar enquanto os Govêrnos quizerem amizade com chefe matuto que faz o jury absolver criminoso." (2)

---

(2) Leonardo Mota — No tempo de Lampião, pg. 61.



Veza por outro ainda surge um grupo que se destaca na valentia e banditismo, e que o cancionero, envolvendo em poesia consagra no A. B. C.

O último, Lampião, começa a se notabilizar em 1914 em Quixadá.

Virgulino Ferreira Silva, em revide ao assassinio dos pais, inicia a vida de cangaço, filiando-se ao grupo de Sinhô Pereira.

A prova de capacidade apresenta contando que no tiro-teio da noite anterior, ao seu rifle jamais faltara clarão. Ora, o que não nega clarão é lampião, e daí lhe advém o apelido. Destaca-se, e chefiando um bando que lhe toma o nome, como é de praxe, torna-se famoso.

Romeiro do padre Cícero, é convidado pelo govêrno em 1926 a combater a coluna Prestes. Esta era um grupo remanescente da revolução de 5 de julho de 1924, de S. Paulo, contrária ao govêrno do presidente Artur Bernardes. Vencida a revolução, internam-se vários chefes com seus comandos pelo interior do país. E em perseguição à coluna comandada por Luís Carlos Prestes, o govêrno se utiliza de sentenciados e se apoia em cangaceiros.

Assim Lampião e seus acostados irão integrar a tropa legalista.

*Desde o tempo bernardista  
Lampião é legalista.*

O conyite é feito pelo deputado Floro Bartolomeu e a incumbência aceita em troca da patente de capitão. Esta é passada, devido à ausência de Floro Bartolomeu que se achava doente no Rio de Janeiro, sob coação, pelo agrônomo Pedro Albuquerque Uchoa. Junto com a patente, a glória de poder ostentar a farda e os galões.

Era a consagração oficial de sua fama de bandoleiro.

Ao tomar o compromisso prometera ao padre Cícero abandonar o cangaço, mas como não o especifica geográfica-



mente, limita-se em futuro a respeitar o Ceará, o que cumpre, porém se desforra em maiores desatinos nos outros Estados, sobretudo Rio Grande do Norte.

Os caixeiros viajantes jamais esquecem de levar-lhe presentes e assim a munição jamais lhe faltará.

Na profissão de cangaceiro seguirá até que em Sergipe é prêso e trucidado por expedição oficial. Degolado, são a sua cabeça, bem como a de sua não menor célebre companheira Maria Bonita, levadas para a Bahia, onde se encontram atualmente no Museu da Faculdade de Medicina.

Lampião, último lendário cangaceiro, foi o inspirador não só de trovadores como de teatrólogos, escritores e cineastas. Divulgando a vida de cangaço, o filme *Cangaceiros* divulgou também a doce canção da *Mulher vendeira*, que na suavidade da melodia tornou-se popular no Brasil, e era a canção predileta de Lampião.

## CANUDOS

Não nos propomos ao estudo sociológico do fanatismo religioso, nos limitaremos apenas a historiar os três grandes centros de maior repercussão: Canudos, Contestado e Juazeiro.

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixerambim, Ceará. Quanto à data existem dúvidas: se 1828, 1830 ou 1835. Pertencia à família dos Maciéis inimigos dos Araujos, que por anos em fora trouxeram em lutas de *vendetta*, o desassossêgo ao Ceará.

Começa a vida normalmente: estudos elementares, trabalho, casamento. Quando as desavenças com a sogra passam a atormentá-lo transfere-se para Sobral aí trabalhando no comércio. Depois começam as andanças de lugarejo a lugarejo, porém sempre trabalhando: Campo Grande, Ipu, Crato, Itabaiana (1864).

É por essa época que começa seu modo estranho no vestir: túnica azul sem cintura, chapéu de abas largas desabado, sandálias, cabelos crescidos até os ombros, barba longa, nas mãos um bordão nodoso, às costas um surrão de couro com papel, tinta, pena e a Missão Abreviada e as Horas Marianas.

Era o profeta que surgia.

Os fiéis não tardam a segui-lo nas peregrinações transportando tosco oratório de cedro com a imagem de Cristo. Já em 1876 vamos encontrá-los entrando em Itapicuru de Cima, recitando terços e ladainhas, que era o modo pelo qual entravam nos povoados.

E de que era composta a sua comitiva? Gente humilde na sua grande maioria e alguns desordeiros que se abrigavam sob a sua bandeira.

A qualidade de conselheiro de seus fiéis dá-lhe o apelido pelo qual viria a ser conhecido — Antônio Conselheiro.

Dominava-os pelo modo manso de não querer nada da vida, não pregava a desordem, angariava donativos e nos lugarejos construía capelas, consertava cemitérios, promovia casamentos e batizados. O clero local não se opunha pois êle e sua comitiva eram prestimosos e só traziam benefício. Em 1882, o arcebispo da Bahia, D. Luís, envia aos párocos uma circular advertindo-os e não consentindo o abuso de um leigo.

Iluminando os pobres de espírito, profetizando o fim do mundo para o fim do século e que o ano de 1900 seria o último dos anos terrenos, vai assim palmilhando o sertão: Cumbe, Bom-Conselho, Massacará, Itapicuru, Monte Santo...

O local é geográficamente impressionante.

Frei Apolônio de Todi, capuchinho italiano, pregando pelos sertões baianos em missão propagadora de fé, chega em outubro de 1785 a um pequeno lugarejo da serra de Piquaraçá onde existia uma capela de palha, a *Casa de Oração*. O meio físico o comove de tal forma que resolve fazer aí a Via Sacra. Seria de 3 quilômetros de extensão, com

25 capelas com painéis dos Passos. Em pouco realiza a primeira procissão. Ergue depois uma igreja sob a invocação do Santíssimo Coração de Jesus e N. S. da Conceição passando o lugar a denominar-se Monte Santo sendo elevada a freguesia em 1790.

De 1877 a 1889 é o lugar preferido por Antônio Conselheiro para os sermões que versavam principalmente sobre o Juízo Final.

Entretanto a lenda começa a envolver-lhe a figura, romaneiam-lhe a vida, acusam-no de crimes, contam-lhe os milagres.

Em 1876 acusado e prêso é levado à Bahia, onde não havendo provas é pôsto em liberdade exatamente no dia que previra. Espancado pelos soldados que o haviam levado prêso, não os acusa e liberto retorna com mais esta auréola de mártir.

Acatado, endeusado pela multidão fanática, vai se modificando. De pacífico e brando a dominador absoluto e intransigente. Em 1893, quando da autonomia dos municípios, queima os editais dos vilarejos onde passa. Tradicionalista por instinto não admite modificações ao já estabelecido. Não é reação contra medidas políticas, é reação contra a mudança do regimem a que estava habituado.

Quando prêso não opusera resistêcia, explicaria anos depois, porque acatava as leis do Imperador do Brasil. Mas em 1893, sem tomar conhecimento da República, assume attitude combativa, não política, que êle não o era, porém na sua mente conturbada o Imperador era o dono do país por vontade de Deus, qualquer outro regimem era contrário a Deus, a República era uma cousa abstrata.

A queima dos editais iria repercutir em Salvador onde "... os jacobinos viam inimigos da República por tôda a parte." (3)

---

(3) Rocha Pombo — História do Brasil, vol. 10 pg. 401.

É enviada uma fôrça para prendê-lo e dissolver o grupo, mas embora menos numerosos lutam os fiéis e desbaratam os policiais.

A partir de então não mais procuram cidades. Seguem para o sertão que já conheciam das peregrinações feitas palmo a palmo, conhecem-lhe o clima, as aperesas, o meio físico, a defesa que lhes proporcionaria a agressividade do solo. Vão ter a Canudos.

Canudos, já em 1890 era uma tapera. Antiga fazenda de gado abandonada com umas tantas casas arruinadas. A ocupação de seus primitivos habitantes era "beber aguardente e pitar uns esquisitos cachimbos de barro, em canudos de metro e meio de extensão." (4)

Êsses canudos de pito vão batizar o local.

Estabelecem-se, constroem palhoças sem ordem nem alinhamento encostadas umas às outras, amparando-se garantem a lei da gravidade, o equilíbrio. Da planície vão subindo pela encosta do morro da Favela, que forma um cinturão em Canudos.

Depois de 1897 quando nortistas vêm para o Rio de Janeiro e fazem do morro de S. Diogo o seu habitat, construindo palhoças e casebres agarrados uns aos outros lembrando a estética do casario de Canudos, passam a chamá-lo morro da Favela e aos moradores *favelados*. Hoje, todo aglomerado humilde de casario desordenado é *favela*.

De início não pretendem nada, só continuarem sem obrigações, formando no sertão o santuário do *Bom Jesus*, como tratavam a Antônio Conselheiro.

Aos poucos a leva de crentes aumenta, chegando de vários centros, e aumenta também a de egressos da lei que aí se refugiam. Mas todos obedecem cegamente ao regulamento criado por Antônio Conselheiro. O culto era obrigação diária. E terminada a reza seguia-se o *beijo* das imagens, que era uma exaltação coletiva.

---

(4) Euclides da Cunha — Os sertões, pg. 182.

O sacristão, como chamavam a Antônio Beatinho, segu-  
rava um crucifixo, beijava-o e passava-o ao fiel mais pró-  
ximo, depois beijava uma imagem da Virgem, depois o Bom-  
Jesus, enfim uma quantidade razoável de imagens que iam  
passando de mão em mão para o *beijo*.

À prisão, poeira conforme a expressão dos jagunços,  
eram recolhidos os que pecavam faltando às rezas, que o  
mais não era punido, que importância não lhe dava o Conse-  
lheiro para quem o fim do mundo estava próximo.

Não permitia a bebida, mas fora do arraial podiam sa-  
quear desde que trouxessem um benefício à comunidade. O  
crente e o bandido se amalgamam. Para atender o pedido de  
algum benfeitor do arraial, nas suas veleidades políticas, hos-  
peda em véspera de eleição capangas eleitorais, porém sujei-  
tos ao regimem da ordem aí instituída.

A ordem, no sentido que podia ter para eles, é mantida  
por Tranca-Pés, Bôca Torta, Quinquim do Coiqui, Fogueteiro  
e quantos outros que se transformam em sacristão, como  
Antônio Beatinho, ou curandeiro como Manoel Quadrado.

Resistentes fisicamente, destemidos, crentes do fim do  
mundo, tornam-se os jagunços de Canudos uma fôrça no ser-  
tão. E iam estendendo suas garras cada vez mais além de  
Canudos, até conquistando cidades.

Em 1895, o governador da Bahia, Joaquim Manuel Ro-  
drigues Lima, de acôrdo com o prelado da arquidiocese envia  
a Canudos o capuchinho frei João Evangelista de Monte Mar-  
ciano para que com meios brando fizesse voltar os fanáticos  
à religião.

De Antônio Conselheiro obtém a resposta: "Eu não de-  
sarmo a minha gente, mas também não estorvo a santa mis-  
são." (5)

A Santa Missão era a obra que os capuchinhos realiza-  
vam nos sertões, celebrando as desobrigas do ano — batismo,  
casamento, expiação de culpas. Quando em alguma freguesia

---

(5) Euclides da Cunha — Os sertões, pg. 407.

havia Santa Missão a notícia se espalhava e de longe vinham os fiéis, para os jejuns e preces. Assim é que os fanáticos de Canudos já conheciam a obra. Assim é que a aceitavam em Canudos.

Talvez a inabilidade de Frei João Evangelista, pelo desconhecimento psicológico do meio, provocasse uma reação e ao fim de sete dias é obrigado a se retirar.

Os fanáticos já possuíam uma capela, quando pretendem erguer uma igreja. O material comprado em Juazeiro viria pelo rio S. Francisco até Jacaré e daí até Canudos transportado pelos jagunços. O receio que teve a municipalidade de um ataque dos jagunços faz com que requirite uma fôrça para atacá-los, tomando portanto o govêrno a iniciativa da luta. Tomados de surprêsa reagem armados de velhos trabucos, instrumentos de trabalho, e sobretudo rosários e amuletos. No encontro deixa a fôrça pública baiana muita arma e munição e depois de deitarem fogo ao povoado chegam em debandada a Juazeiro.

É o grito de alerta da República.

Essa reação é explorada pela imprensa baiana e o govêrno atordoado e inábil pede auxílio ao govêrno federal, exercido na interinidade pelo Vice Presidente Manuel Vitorino.

Não vamos descrever a campanha militar de Canudos, apenas enumerar a várias expedições.

À primeira expedição, novembro 1896, comandada pelo tenente Manuel da Silva Pereira, segue-se a 2.<sup>a</sup> em janeiro de 1897, comandada pelo major Febrônio de Brito, e a 3.<sup>a</sup> em fevereiro de 1897, sob o comando do coronel Moreira César, tôdas elas aniquiladas.

As notícias das derrotas governamentais provocam desordens no Rio e represálias ao govêrno; os jornais monarquistas são alvo de apedrejamentos e inutilizados. Na invencibilidade de Canudos vêem os republicanos inspiração estratégica e material dos monarquistas.



O cruel assassinato de Gentil de Castro, caçado como um animal na estação quando tomava o trem para Petrópolis, é o brutal revide coletivo à monarquia.

É então que o Presidente Prudente de Moraes, interrompendo a licença para tratamento de saúde, reassume inesperadamente o govêrno.

Na 4.<sup>a</sup> expedição ressurgem antigos e surgem novos batalhões patrióticos — Tiradentes, Frei Caneca, Acadêmico, Benjamim Constant, Deodoro, Silva Jardim, Moreira César.

É esta expedição, abril de 1897, comandada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães, e só em outubro vencem as tropas do govêrno, depois de arrazar o arraial de Canudos.



Corneta do 4.<sup>o</sup> Batalhão de Polícia da Bahia que tocou a carga final em Canudos, quando o arraial foi ocupado a baioneta

Contra êsse extermínio protestam os estudantes de Direito da Bahia em manifesto de 3 de novembro de 1897. É a primeira reação e reconhecimento lógico dos acontecimentos. Breve, muito breve, a compreensão exata do *problema*

*Canudos* viria pôr em seus devidos t ermos o receio da restauração mon arquica.

Aos 5 de novembro chegam ao Rio de Janeiro as tropas vitoriosas. Vai recebê-las o Presidente Prudente de Moraes acompanhado do Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bitencourt. Ao deixar o paquete *Espírito Santo* onde f ra cumprimentar o general Barbosa,   vaiado e ao chegar ao Arsenal de Guerra, no portão de Minerva, em frente ao mesmo   atacado pelo anspe ada do 10.  Batalhão de Infantaria, Marcelino Bispo. Em defesa de Prudente de Moraes acodem o Ministro da Guerra e o Chefe da Casa Militar, Coronel Luís Mendes de Moraes. Na luta sai ferido Luís Mendes de Moraes e mortalmente atingido o Marechal Carlos Machado Bitencourt, que levado para uma das salas do Arsenal de Guerra aí falece.

O antigo Arsenal   hoje ocupado pelo Museu Histórico Nacional. Um marco de pedra na calçada, indica o lugar exato do assassinato.

Com o atentado muda-se o cenário político. Prudente de Moraes, de impopular pelo modo brando de dirigir a na o, passa a ser ovacionado pelo povo e isso ocorre imediatamente no dia seguinte, quando do ent rro de seu Ministro da Guerra.

Marcelino Bispo recolhido   penitenciária do Arsenal   dois dias depois encontrado enforcado. Suicídio para uns. Crime segundo outros, para não revelar o nome dos mandantes do atentado, entre êstes acusado o próprio Vice-Presidente, o general Pinheiro Machado, Deocleciano de Matos, Umbelino Pacheco e José de Souza Velozo.

A cela onde se suicidou ou foi assassinado Marcelino Bispo ainda existe com suas grossas grades de ferro. Contam que no dia 7 de novembro são ouvidos suspiros e gemidos.

  a lenda envolvendo o capítulo final de *Canudos*.

## CONTESTADO

Em 1840, paulistas descobrem e ocupam os Campos de Palmas. Em 1844 a província de Santa Catarina protesta, iniciando-se assim a questão limítrofe sulina. As terras que formariam o estado de Santa Catarina são destacadas parceladamente, com limites imprecisos, de jurisdição parcial ou integral vária — Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, novamente subordinada ao Rio de Janeiro, São Paulo...

Essa desconexão administrativa ocorre paralelamente à militar, à religiosa, à jurídica. E da confusão de organização, a incerteza dos limites entre o direito da posse e o da tradição, se estabelece o litígio. A região ocupava extensa área sertaneja entre o Uruguai e o Iguaçu e passará a ser conhecida como Zona Contestada ou simplesmente Contestado.

Quando a quinta comarca de S. Paulo se emancipa em 1853, tornando-se a província do Paraná, herda a questão limítrofe com Santa Catarina.

Em 1895, é resolvida a questão de limites entre Brasil e Argentina por arbitragem do presidente norte-americano Cleveland. O território acrescido ao Brasil torna mais difícil a pendência entre os estados de Paraná e Santa Catarina, cada qual querendo a jurisdição das novas terras. O litígio se arrasta entre protestos, pareceres, sugestões, sentenças e decisões, exacerbando-se os ânimos.

No período colonial, o sul do país vivera em atritos com os vizinhos; na monarquia perdurara essa luta, acrescida da guerra civil dos farrapos; na república serão as revoluções federalistas e da Armada. Paraná e Santa Catarina além da questão limítrofe existente, tomam parte e são campo dessas lutas.

Em 1910, temendo o governo brasileiro uma questão com a Argentina, como defesa, apressa a construção da estrada de ferro ligando S. Paulo ao Rio Grande do Sul. Para a construção são cedidas pelo governo 15 quilômetros de ter-

ras de ambos os lados da linha, desalojando assim muitos caboclos ali instalados. As terras próximas das linhas são valorizadas e dadas pelo govêrno em concessão a estrangeiros, sendo o sertanejo não só expulso como preterido e abandonado, não só pelo próprio govêrno como pelas grandes fôrças dos latifundiários locais.

Aumenta assim o número de descontentes que irão se refugiar, com suas mágoas e propósitos de vingança, nos núcleos fanatizados da região do Contestado.

Para o serviço de construção da linha férrea são recrutados elementos de tôda a espécie, mas os turmeiros pouco trabalham e se embrenham no sertão.

Na Zona Contestada se estabelecera desde 1911 um grupo de fanáticos religiosos.

A afluência a êsse reduto ocorre num crescendo heterogêneo, não só místico como de remanescentes das primeiras revoluções republicanas que tiveram por campo de luta o sertão sulino, do espoliado de suas terras com a construção da linha férrea, do turmeiro, do dissidente político, do capanga, dos marginais da lei.

O meio se torna favorável à expansão do banditismo. A Zona Contestado é o grande abrigo da impunidade. Generalizando chamar-se-á *fanático* a êsse complexo grupo humano.

Nas cidades as divergências partidárias cindindo as populações e exacerbando o regionalismo, provocam perseguições. E, justificando um direito, perseguem-se os inimigos pessoais e perseguem-se os inimigos políticos. Acontecia que só para hostilizar um partido político cuja atitude era contrária aos fanáticos, os adversários, em revide, passam a auxiliá-los.

O terror das tropas, nas quais se engajavam malfeitores (o número era precioso), as requisições feitas com violência, a fúria sanguinária do vencedor (seja êle qual fôr), a perversidade do inimigo, produzem uma fûga para o planalto que não será sòmente o refúgio como também um centro preparatório de represálias ainda mais cruéis.

Necessário se torna desalojá-los. E a essa luta conhecemos historicamente como a Campanha do Contestado.

O fanatismo no Contestado tem sua origem no aparecimento, em fins do século passado, de João Maria Agostinho, o Monge, que no linguajar sertanejo equivale a Santo, e que em suas andanças cumpria o seu destino.

Dizia-se nascido no mar, criado em Buenos Aires. Um sonho predestinara-o a caminhar pelo mundo durante 14 anos, não comer carne aos sábados, 4as. e 6as. feiras, não aceitar pouso em casa de ninguém.

Eremita, o Monge faz sua iniciação e purificação na gruta natural de Lages, nas proximidades da cidade de Lapa, na serra de Santa Emília.

É descrito pelos seus biógrafos como sendo de estatura meã, entroncado; os cabelos crescidos e encanecidos, a barba cerrada e branca, trazia-a em desalinho; na face enegrecida e tostada pelo sol, os olhos azuis tristes e fundos tinham fulgurações estranhas de místico; um gorro felpudo na cabeça, umas calças curtas que deixavam à mostra os cordões da ceroula e um paletó curto de riscado de algodão, constituíam a sua modesta mas limpa indumentária. Completando-a, alpercatas e um cinto de couro cru fabricados por êle mesmo. Ao pescoço um colar de Lágrimas de Nossa Senhora, a tiracolo uma guampa, às costas um saco com alguma roupa, uma caneca, a cuia e bomba de chimarrão e uma lata à guisa de marmitta. Carregava também uma caixinha que à maneira de pequeno oratório, encerrava uma imagem de N. S. da Abadia: Dizer que usava um bordão será óbvio. Fumava cachimbo.

A sua loucura foi mansa. Passou pela vida, não acusava, não se defendia, dava ao crédulo sertanejo um alívio no consôlo, na resignação, no incentivo ao trabalho: Brando de gestos e atitudes, não pregava desordem, não admitia violência.

Místico, de um misticismo ingênuo, não calculando o poder divino que o povo fanatizado ia-lhe emprestando. Se-

ria o curandeiro, o conselheiro. Quando em um pouso os crentes aumentavam, dissolvia-os, abençoava-os e mudava de pouso. Mas onde fôra sua pousada seria santuário e seus objetos pessoais, relíquias. A água do rio ou riacho das proximidades seria benta, e de mistura com a cinza das fogueiras remédio infalível para qualquer mal. O local teria uma cruz, marco de sua presença.

Seguia só. No seu destino não se fixou, o seu nomadismo provinha daquele sonho que o mandava andar pelo mundo. O desprendimento absoluto, o vêzo anti-social, a limpeza de aspecto, a mansidão, iam calando fundo no espírito sertanejo. Não se impunha. Seus fiéis continuam nos lares, na vida normal. Aconselhava-os rezas e trabalho na lavoura. Será o Santo João Maria.

Ao passar por um lugarejo, batizava (muitos esperavam anos em fora sua aparição para o ato), abençoava, pregava, curava, aconselhava e partia. Deixava como sinal de sua passagem três cruces, para preservar da peste, da fome e da guerra.

O seu apostolado é o do bem, nunca prega a desordem.

Em 1893 tem preferência pelos revoltosos, não será um *maragato*, apenas um simpatizante, revelado na previsão da vitória federalista.

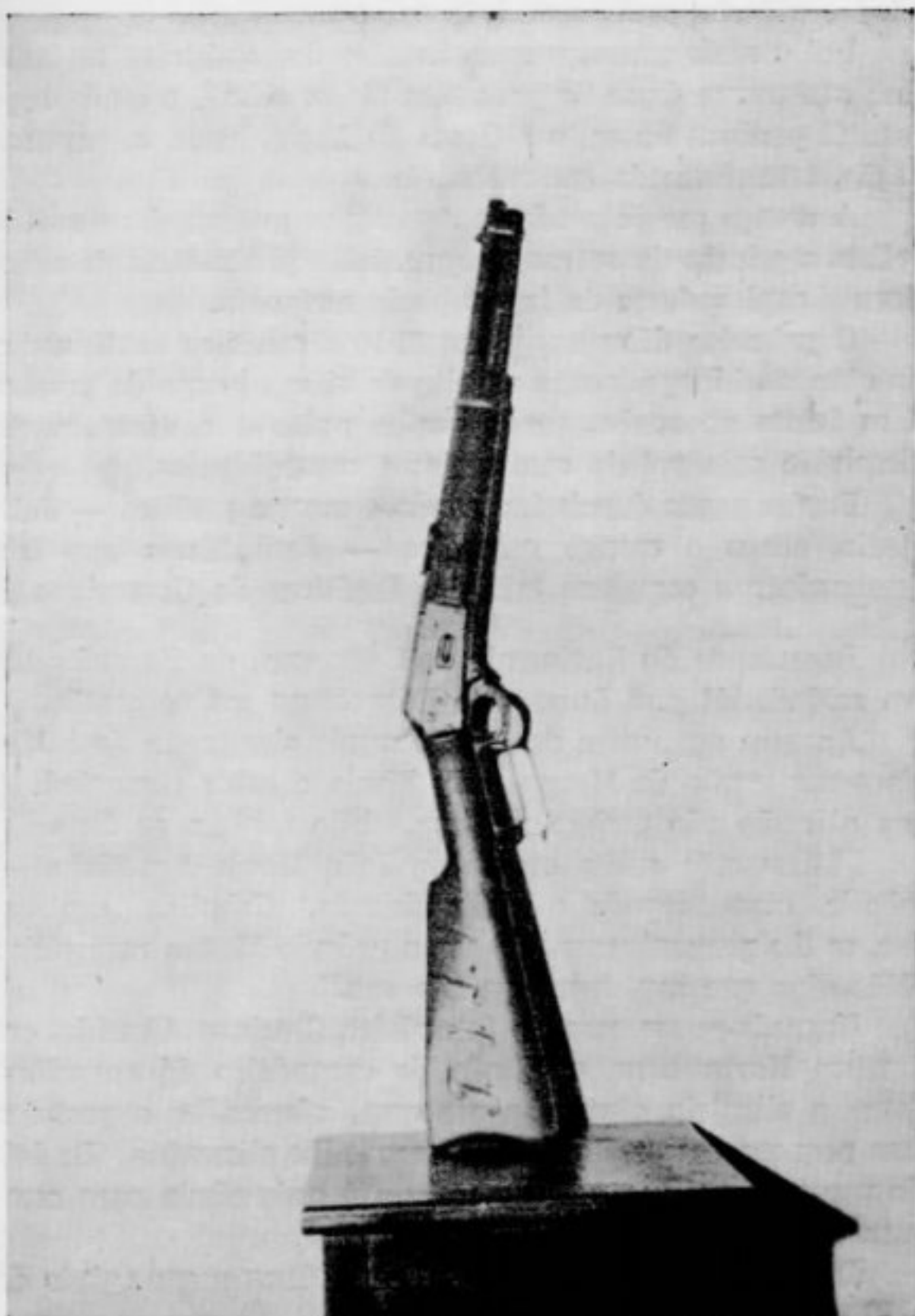
A lenda como sempre fantasia-lhe a vida; respondia a quem lhe indagava o passado — “Sou um homem como vocês e ando cumprindo uma sentença.” Nas andanças pelos estados — Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, — de povoado a povoado, sempre divinizado, lendário. Morreu em Mato Grosso por volta de 1900, mais ou menos com 70 anos.

Mas os crentes não acreditaram em sua morte; estaria apenas demorando, mas voltaria, passaria novamente, pois se às vêzes levava 12 anos a tornar ao mesmo ponto!

Mas o tempo passou e a lenda perdurou através as gerações.

Padroeiro do sertão catarinense, tem o nome invocado em todos os tranSES da vida. Nas portas das casas as ini-





Rifle usado no Contestado, vendo-se nitidamente as iniciais do fanático e as cruces gravadas.

ciais J. M. A., pregadas às janelas, orações invocando-o, no altar o retrato junto com imagens e crucifixos.

Foi o mais suave, o mais místico dos apóstolos sertanejos; costumava dizer “o povo tem fé em mim”, e ainda hoje essa fé perdura no culto à Gruta da Lapa, lugar de peregrinação, transformada em santuário.

A crença em João Maria Agostinho produzirá no sertão sulista a eclosão de outros monges, êstes já nitidamente cabotinos e exploradores da ingenuidade sertaneja.

O primeiro dêles surge em 1910 dizendo-se continuador da obra do Monge, reúne a volta de si um grupo de crentes e os incita ao roubo, sendo porém prêso e o ajuntamento dissolvido pela polícia sem maiores conseqüências.

Porém pouco depois invocando o monge pacífico — João Maria, surge o monge guerreiro — José Maria que iria desencadear a complexa luta dos fanáticos do Contestado.

Desertando do Regimento de Segurança do Paraná onde era soldado, Miguel Lucena de Boaventura cai no sertão.

Aparece em junho de 1912 dizendo chamar-se José Maria e ser irmão do Monge João Maria e estar cumprindo o que o irmão não pudera realizar. Não tardam os fiéis.

Fisicamente era o oposto de João Maria Agostinho — caboclo, cara raspada e muito falante. Cabotino, explorador, se lhe perguntavam não ser o próprio Monge respondia: “Não digo que sou, nem que não sou.”

Hospeda-se em casa do fazendeiro Cipriano Almeida, em Campos Novos e na profissão de curandeiro dá consultas. Como a clientela atrapalha em casa, oferece-lhe o protetor uma pequena casa retirada, fornecendo-lhe alimentos. De início recusa donativos, mas em pouco já pede ajuda para comprar remédios.

De Campos Novos vai para Curitiba e em agosto de 1912, está em Taquaruçu.

Aos fiéis distribui rezas e a medida de Santo João Maria, um pedaço de cadarço de 1,70 mt. para enrolar no pescoço e no punho.

Conscientemente explora a população crédula e abriga desordeiros. Trazem cara e cabeça raspadas, seriam os *pelados* em oposição aos *peludos* seus inimigos. Ditatorial, desertor do exército, como represália íntima, prega o fim da República e a restauração monárquica. “A monarquia era a lei de Deus, a república a lei do diabo.” No combate à república, que se torna o seu objetivo, angaria dinheiro, armamento e forma milícia.

Taquaruçu torna-se um centro de preparação militar, mas não se descuida da reza e havia no acampamento o comandante da *forma*, o da *reza*, além de um ministério.

A sua guarda era constituída de 24 caboclos, os *Doze Pares de França*, pois interpretara, de suas leituras da *História de Carlos Magno* ou os *Doze Pares de França*, o termo *par*, dignidade, como dupla.

O primeiro ataque concreto à república seria à vila de Curitibanos; mas, o que acontece é que seguido de poucos homens se interna no sertão paranaense, chegando a Irani a 1.º de dezembro de 1912 e aí estabelece o *quadro santo*.

Porém no Paraná essa incursão é tida como invasão de catarinenses e sob o comando do coronel João Gualberto de Sá segue uma fôrça para combatê-los. A 22 trava-se o combate, e embora atacados quando em oração, lutam ferozmente e destroçam a fôrça policial, morrendo o comandante João Gualberto de Sá e o monge José Maria.

O reduto que já contava grande número de adeptos, vai com a morte do chefe se dissolvendo e quando novo contingente chega, nada mais tem a fazer. Dera-se naturalmente a dispersão.

“Se eu morrer, ressuscitarei e trarei uma fôrça de cavalaria do céu.” Estas palavras de José Maria, seriam a herança aos fiéis, e iriam provocar a chamada *guerra santa*. Os fanáticos voltam às suas casas mas guardam a profecia do monge guerreiro. Ele voltaria.

A ressurreição ocorre na fazenda de Euzébio Ferreira dos Santos, amigo de José Maria e antigo devoto do Monge

João Maria. Abastado fazendeiro, gozava de prestígio pela honradez e bondade. Ele e sua família cultuam a memória de José Maria e crêem na sua ressurreição.

Maria Rosa, neta de Euzébio Ferreira dos Santos, é a primeira pessoa a ver e falar com o novo santo. Essa visão de menina, teria ela então 15 anos, não suscita a menor dúvida — a família fôra a eleita; em conversas invisíveis recebe ordens para abandonar a fazenda, deixar os bens e seguir para Taquaruçu fundar novo centro. Carregando armas e munições e o justo indispensável, em três dias o velho Euzébio larga a fazenda e a 1.º de dezembro de 1913 acha-se em Taquaruçu disposto a cumprir a missão.

A finalidade será implantar a monarquia.

De caminho, pedindo pousada a alguns antigos fanáticos e que mais ligados estiveram a José Maria não consegue influí-los, porém, alguns crentes da ressurreição seguem o missionário. Agora já não é só a neta Maria Rosa a única a se comunicar com o Monge, é também um filho — Manuel Fernandes dos Santos.

Antigos fanáticos alarmados com o novo surto em Taquaruçu comunicam o fato às autoridades de Curitiba.

Convidados a se dispersarem, senão a polícia teria que agir com violência, respondem: "Nós estamos aqui por vontade de Deus." É o comêço da Guerra Santa.

A fita branca servia-lhes de distintivo, assim a bandeira seria branca: um pano de algodão, tendo ao centro uma cruz bordada de azul e encimada por uma coroa. Na aldeia de S. Sebastião das Perdizes, a bandeira branca traz a imagem do Santo padroeiro.

Manuel Fernandes é destituído do comando e substituído pelo sobrinho Joaquim, menino de 12 anos.

Os dias eram ocupados nos deveres de reza e exercícios militares. As incursões às fazendas próximas se amiúdam.

O governador de Santa Catarina, Vidal Ramos, comunica ao comandante da Região em Curitiba a situação. Este man-



Bandeira de S. Sebastião das Perdizes — Contestado.

da observar o aldeamento porém sem ordem de hostilizar, mas vem nova ordem e a 29 de dezembro de 1913 é atacado o reduto.

Embora vencidos vão se concentrar em Caragoatá, cren-tes na invulnerabilidade. Pois Santo José Maria não viera em auxílio na luta anterior mandando uma tempestade e ainda no ardor do combate não haviam por vêzes levantado a bandeira branca? Acreditavam que cada vez que a er-guiam 50 soldados inimigos caíam mortos.

Em Caragoatá o comando é exercido por Maria Rosa, segunda no nome.

Ea 24 de agôsto de 1914 é sagrado imperador Manuel Alves de Assunção Rocha, o Manuel Rocha Alves, o Dom Alves Rocha. Imperador da Monarquia Sul Brasileira, com-preendendo os três estados (províncias como continuavam a denominar) do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A *Carta Aberta* era o documento da lei.

Para o sertão afluíam os fanáticos. Nas cidades, a pre-texto de combater os simpatizantes ocorriam perseguições políticas e pessoais, e os visados, que muitas vêzes nem sequer eram crentes, refugiavam-se no reduto. E novos centros iam-se formando por determinados grupos de aparência fanático-religiosa, porém encobrindo finalidade diversa.

Gente armada na defesa de limites, quando se desavem com as autoridades locais, internam-se nos sertões.

Os mais sabidos exploram a credulidade dos devotos, e aumentam suas hostes. Muitos começam fanáticos e acabam políticos; outros há em que ocorre o contrário. É o caso ex-plorado no belo livro de Antônio Callado, *Assunção de Sal-viano*, cujo herói comunista, para poder pregar impunemente acaba se convencendo das próprias palavras e tornando-se um puro místico.

O combate aos fanáticos do Contestado terá o cunho de combate aos centros heterogêneos de banditismo, de misti-cismo e politicagem.

Em Pedras Brancas, no reduto de Bom Sossêgo, Maria Rosa, a Joana d'Arc sertaneja, organiza milícia e até um



batalhão feminino; ao sertanejo sagaz é dado o encargo de *bombeiro*, *espião*. Por ordem celeste Maria Rosa deixa o comando dos fanáticos e transmite-o a Chiquinho Alonso, Francisco Alonso de Souza. O reduto se transfere mais para o sertão, para Caçador.

A guarda das virgens, tradição que vinha desde o arraial de José Maria e que eram caboclas destinadas aos serviços domésticos, passam a exercer a função de videntes. Elas é que comandam os atos dos redutos.

É ainda cumprindo ordens celestes que arrazam municípios, distritos, colônias — Campo Belo, Capão Alto, Coxinha Rica, Iracema, Moema, Três Barras...

Também por inspiração celeste se justifica o saque.

Cada vez mais se tornava necessário ao governo terminar com os redutos fanatizados. Entretanto o método usado será o do bárbaro extermínio. Apenas uma voz se levantara contra tal sistema governamental, a do capitão Matos Costa comandante do 16.º Batalhão de Caçadores, que em maio de 1914 tentara expor ao governo a tragédia dos fanáticos, pedindo uma solução mais humana para o caso. "... um novo crime coletivo cometera o Brasil contra seus próprios filhos, igualzinho ao cometido em Canudos." (6)

Em agosto de 1914 é dado ao general Setembrino de Carvalho o comando das forças em operações no Contestado. Faz de início um apêlo às famílias fanatizadas que voltem aos lares, mesmo armadas. Depois combate: os meses de outubro, novembro, dezembro serão de vitórias e derrotas.

Redutos vão se rendendo ou sendo aniquilados, a ordem se estabelecendo. Até que em janeiro de 1915, os chefes principais mortos ou prisioneiros, começa a desagregação dos aldeamentos e a volta ao pacifismo.

Entretanto muitos fanáticos se internam no sertão e refugiam-se no reduto chefe — Santa Maria — aumentando-lhe as hostes.

---

(6) Gustavo Barroso — Os Doze Pares de França no sertão, in O Cruzeiro de 25 de fevereiro de 1956.

O local era estratégico "... o mais forte baluarte do fanatismo e da rebeldia." (7)

Adeodato, Joaquim Adeodato ou Adeodato Manuel de Ramos, o Santo Joaquim das Palmas é eleito chefe por ter sido a primeira pessoa a ser abençoada por Pai Véio, fanático que se diz a reencarnação do monge Santo João Maria Agostinho.

Todos os dias era a turma fanatizada abençoada por Pai Véio, para ter coragem na luta da *causa santa*.

As orações absorvem grande parte do dia. Entram em combate na certeza da vitória, a reza protegia, o patuá ao pescoço fechava o corpo. Seriam invulneráveis. Depois, nunca que morreriam, *passava-se* para junto de Santo José Maria e com êste voltariam a combater o que quer que fôsse — os padres, a república...

A arma benzida pelo curandeiro, absolvía-os do pecado de matar, crime não havia, era só obrigação de impor a sua lei a quem não a compreendia ou aceitava.

Mas entre os principais comandantes dos redutos vão surgindo desavenças, Adeodato tiraniza seu povo, mais antigos companheiros. O clima de insegurança, temor, imoralidade, produz a fuga e o abandono de Santa Maria. Começa o êxodo.

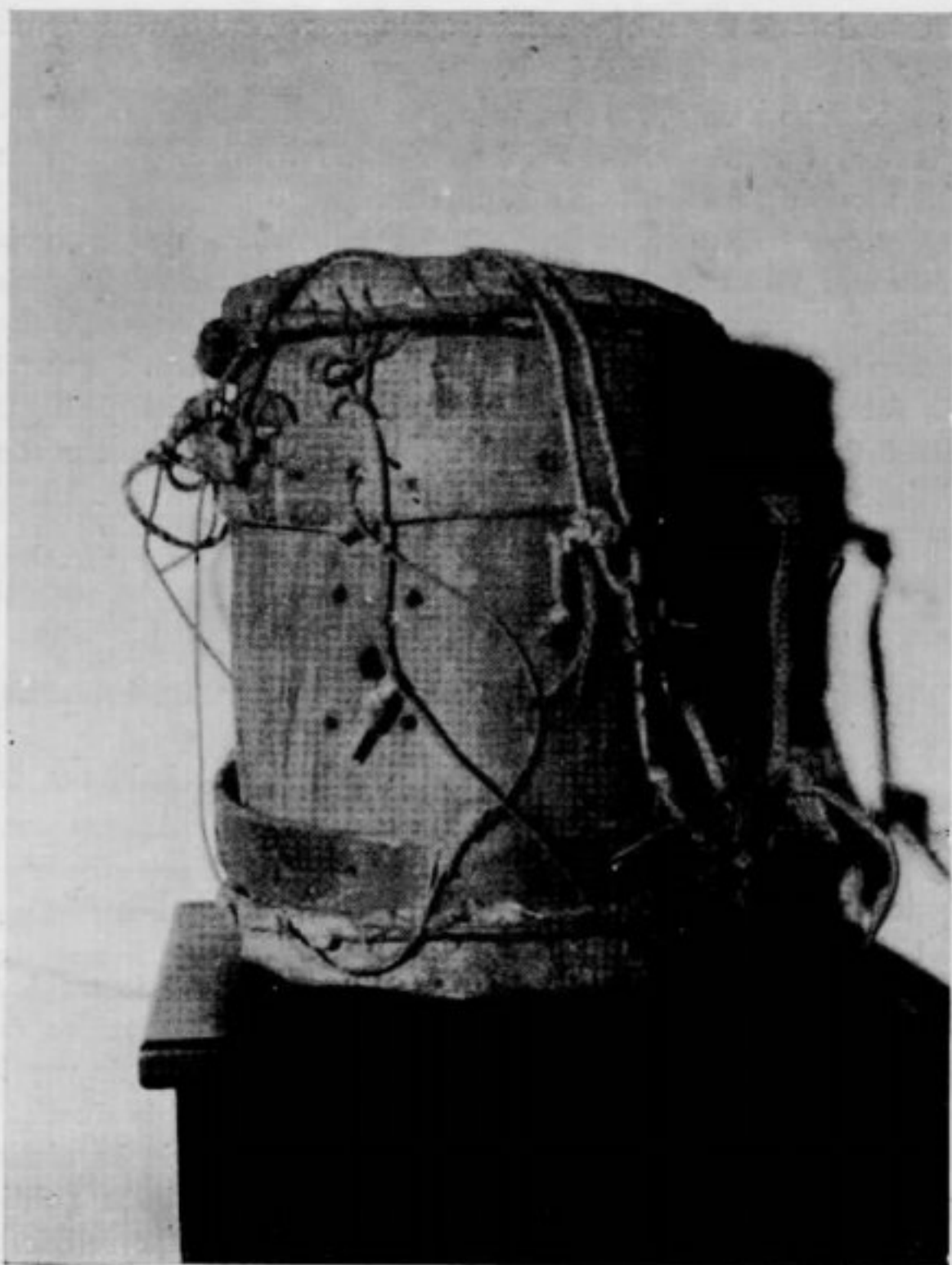
O reduto de Santa Maria é de difícil acesso, mas a 3 de abril de 1915 é vencido pelo capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara.

Adeodato consegue fugir e com um grupo de adeptos organiza novo reduto, o do Rincão do Boi Prêto, que seria o último aldeamento fanático, e é aniquilado em dezembro de 1915 pelo capitão Euclides de Castro.

Na luta Adeodato ainda consegue fugir sendo prêso em agosto de 1916, nos campos de Lajes e, ao tentar se evadir da prisão em Florianópolis, aos 3 de janeiro de 1923 é abatido a tiros pelo capitão Trujilo de Melo.

---

(7) Aujor Avila da Luz — Os fanáticos — Crimes, aberrações da religiosidade dos nossos caboclos, pg. 141.



Tambor usado pelos fanáticos no Contestado.

Vitorioso o govêrno, necessário se tornava um acôrdo limítrofe entre os estados do Paraná e Santa Catarina e que viesse de vez impedir a criação de novos focos fanáticos na zona de desajustes estaduais.

E depois de várias negociações, sanadas algumas divergências, foram aceitas as sugestões do árbitro, Wenceslau Braz, então Presidente da República.

Aos 16 de outubro de 1915 foram estabelecidos os limites e aos 20 assinado o acôrdo pelos presidentes do Paraná, Afonso Camargo, e Santa Catarina, Felipe Schmidt. As Assembléias estaduais reconhecem o acôrdo: Paraná aos 23 de fevereiro e Santa Catarina aos 3 de março de 1917. E aos 3 de agosto de 1917 é pelo Congresso Federal sancionado o decreto 3.304, legalizando-se assim a fixação de limites.

## JUAZEIRO

A zona do Cariri compreende grande parte do sertão nordestino.

O nome provém da tribo indígena que aí habitava os Carirís — tristonhos, calados.

Difere climatêricamente do resto da região. "... aí nem tudo é agreste, há algum verde." "... um vale relativamente fértil, gerando uma ociosidade perniciosa." (8)

Isolado do litoral, tem a contar-lhe o passado e formação: a cobiça do bandeirante na procura de famosas jazidas de ouro nunca encontradas; a esperança na terra fértil de vencidos pelas sêcas periódicas; o abrigo de foragidos da Justiça; domínio de verdadeiros senhores feudais; palco de heroísmo pátrio, de acontecimentos históricos, cenário de lutas políticas, será ainda um dos maiores centros de fanatismo religioso sertanejo.

Na zona do Cariri, perto da capela erguida em 1827 pelo padre Ribeiro de Carvalho e dedicada a Nossa Senhora

---

(8) Gustavo Barroso — Heróis e bandidos, pg. 12.

das Dores, em Tabuleiro Grande, na estrada que vai de Crato à Missão Velha, existia frondoso juazeiro. A proximidade da árvore facilitará nesse despovoado a localização da capelinha, e assim a árvore dá o seu nome ao povoado, e o liga ao nome do Padre Cícero.

Cícero Romão Batista nasceu em Crato aos 24 de março de 1844. Desde criança era de natural místico. Segue a carreira eclesiástica e em 1870 ordena-se padre. Em 1872 vai como capelão para Juazeiro, que era então município de Crato e possuía 5 casas de telha, 30 de palha e a capela dedicada a Nossa Senhora das Dores. A bondade no novo capelão fá-lo-á respeitado e muito estimado.

Aos 6 de março de 1889, primeira sexta-feira da quaresma, a beata Maria Araújo vê transformada em sangue a hóstia que recebe. Seria o próprio sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo, propala a beata e confirma o padre.

O fato ocorre várias vezes até que em 1891, monsenhor Francisco Monteiro divulga o milagre, começando então a afluência a Juazeiro.

A bondade do padre Cícero, o voto de castidade que fizera aos 12 anos e que era do domínio público; o cometa que aparecera no dia da sua sagração; a maneira de lidar com os paroquianos, a compreensão de seus problemas e os conselhos dados; as intermináveis orações a que se dedica, dão-lhe um halo de santidade, e a crença na sua divindade vai se formando na mente fervorosa do devoto e calando fundo na alma simples do sertanejo.

A adoração à beata Maria Araújo vai-se transferindo ao padre Cícero.

Aos 28 de novembro de 1891 é enviada a Juazeiro uma comissão religiosa para estudar o milagre. A sentença de 4 de abril de 1894 condena o milagre e D. Joaquim José Vieira, Bispo diocesano do Ceará, ordena que o padre Cícero do púlpito desfaça o equívoco e se desdiga.

Não continua a propalar o milagre, porém não se dediz.

E da cidade de Crato que sempre hostilizou o município de Juazeiro, em 1897 pela jurisdição eclesiástica e em nome da Sagrada Inquisição Romana Universal, suspende o padre Cícero do sacerdócio e sob pena de excomunhão dá-lhe 10 dias para que se retire de Juazeiro. Transfere-se para Salgueiro, localidade pernambucana, distante 30 quilômetros.

A ida do padre Cícero a Salgueiro é vinculanda aos acontecimentos de Canudos então em plena efervescência, supondo-se que vai auxiliar os fiéis de Antônio Conselheiro. E entre telegramas de suspeição e desmentidos de ajuda a Antônio Conselheiro, vai consolidando sua obra benéfica e bondosa, alicerçando sua fama de santidade.

Inúmeras frases do vigário de Salgueiro acalmam os temores do Bispo de Olinda: "... A sua índole pacífica, humildade, caridade são garantias seguras." "...Admirador de suas virtudes..."

Mas o receio de que se tornasse elemento perturbador e de que sua presença anime superstições, o obriga a se retirar de Salgueiro e volta em fins de 1897 a Juazeiro. E em Janeiro de 1898, via Recife, segue para Roma apelar da sentença. Na curta estada em Recife tem contacto com os discípulos de D. Bosco, de cuja Ordem, os Salesianos, se torna admirador. A vida e a obra de Joannes Bosco o impressionam, daí em diante estará sempre em relação com os salesianos na mais perfeita harmonia. E, no testamento, são os mais beneficiados, sendo-lhes legadas "tôdas as propriedades para que exerçam em Juazeiro a sua eminente missão de educadores."

Em Roma, demora-se poucos meses. Pela sua sinceridade convence e consegue a absolvição e aos 7 de julho de 1898 é enviada uma carta ao Bispo do Ceará notificando o resultado da sentença.

Retorna a Juazeiro onde o fatalismo de seu destino teria que se cumprir.

Em 1900-1901 compra terras em Coxá, que se diziam abundantes de minério de cobre. Em 1908 pensa demarcá-las e entregar a uma companhia francesa para explorá-las.



Mas à demarcação se opõem proprietários vizinhos, que se intitulavam donos do local das minas.

Em 1907, atraídos pelas minas do Coxá, chegam ao Cariri o mineralogista e exímio fotógrafo Conde Adolfo Van den Brule, por privilégio do rei Leopoldo da Belgica e o Dr. Floro Bartolomeu, médico baiano. Fazem amizade com o padre Cícero e quando surge a questão dos limites das terras, encarrega-se Floro Bartolomeu de advogar-lhe a causa. A primeira audiência é marcada para 16 de dezembro de 1908, mas na véspera, quando pernoitavam no sítio do Taveira, são atacados. No interior qualquer questão terá sempre uma feição pessoal e de fundo político, e daí decorre fatalmente o revide do partido contrário que ou hostiliza ou é hostilizado. O adversário que não se pode vencer se elimina, isto é lei corriqueira.

Na perseguição consolida-se a amizade entre o padre Cícero e Floro Bartolomeu; e a ascendência dêste se fará sentir cada vez mais sôbre aquêle.

Essa questão inicialmente judiciária, de interêsses particulares, tomará um sentido político. É o início da carreira política de Floro Bartolomeu, que levará de roldão o seu sempre fiel amigo o padre Cícero.

A emancipação de Juazeiro, município de Crato, aumenta o dissídio entre as duas cidades e finalmente aos 4 de outubro de 1911 é concedida a autonomia e nomeado prefeito do novo município o padre Cícero.

Nessa mesma data, a fim de pôr um paradeiro ao desenvolvimento e perigo que representa o cangaço no sertão, reúnem-se na Câmara Municipal de Juazeiro os chefes políticos de 17 municípios do Cariri, confessos co-autores da anarquia reinante e acordam em cessar as lutas e firmar um pacto de paz. Assinam os chefes políticos dos municípios de Missão Velha, Santana do Cariri, Crato, Juazeiro, Araripe, Jardim, Assaré, Várzea Alegre, Campos Sales, S. Pedro do Cariri, Aurora, Milagres, Porteiras, Lavras, Barbalha, Quixará, Brejo dos Santos.

Uma das cláusulas determinava: "Nenhum chefe protegerá criminosos do seu município, nem dará guarida aos dos municípios vizinhos, devendo pelo contrário ajudar a captura destes, de acôrdo com a moral e o direito." O artigo 8 reza: "Manterão todos os chefes aqui presentes inquebrantável solidariedade, não só pessoal como política de modo que haja harmonia de vistas entre todos, sendo em qualquer emergência um por todos e todos por um, salvo em caso de desvio de disciplina partidária."

Em futuro, a sedição de Juazeiro, terá no Cariri o apoio dos chefes que assinaram o pacto "...um por todos e todos por um."

As divergências políticas cearenses exacerbadas com a sucessão presidencial de 1910, produzem conseqüências graves.

A oligarquia dos Acioly no Ceará perdurava havia 20 anos. Embora hostilizado vai se mantendo no govêrno Antônio Pinto Acioly, até que um incidente imprevisível — a investida de cavalarianos contra uma passeata de crianças, matando algumas e ferindo outras — provoca no povo a reação e como conseqüência a deposição violenta do governador aos 24 de janeiro de 1912.

A maioria proclama governador o coronel Franco Rabelo em substituição a Antônio Pinto Acioly, mas não é aceito pelos adversários, que se baseiam na ilegalidade da eleição, pois obtivera votação por número inferior ao de deputado instituído por lei.

A grande fôrça política dominante do país era o Partido Republicano Conservador, P. R. C., chefiado pelo senador Pinheiro Machado. Franco Rabelo inicia o govêrno, desprezando o apoio do P. R. C. e destituindo o padre Cícero do cargo de prefeito de Juazeiro.

Será o pretexto para um movimento armado tendo como centro de irradiação Juazeiro e como comandante Floro Bartolomeu, e que se inicia aos 9 de dezembro de 1913 com o assalto ao quartel da cidade de Crato.

Chefiando a revolução, Floro Bartolomeu envolve o padre Cícero na sedição. A grande contribuição dêste estará na obediência incondicional dos romeiros. Entende-se como romeiros, a gente armada que vive na zona do Cariri e fanatizada ao padre Cícero.

A indumentária dos romeiros era a calça de riscado, camisa de algodão, à cabeça um grande chapéu coberto de pano encarnado de aba revirada para cima e adornado de pequenos espelhos, de correias e metal branco, ao pescoço um lenço vermelho, e sob a camisa, escapulário, bentinhos, patuás, crucifixos e pencas de medalhas com a imagem de Nossa Senhora das Dores e do padre Cícero.



Medalha — anverso e reverso — distribuida pelo padre Cicero a um romeiro.

Armados de espingardas, de facões, de paus ferrados, punhal à cintura, cartucheiras a tiracolo, têm a armaria enfeitada de grandes moedas e medalhas.

O padre Cícero responsabilizado pelo govêrno de Franco Rabelo do que pudesse acontecer, se defende em carta datada de 10 de dezembro, acusando o govêrno das violências e massacres feitos pelos seus representantes.

Dirá mais tarde, em seu testamento que sempre agira em defesa dos romeiros.

Na sua simplicidade, talvez julgasse essa a solução do problema cearense, não percebendo que, como sempre, em

política a questão se resolve dissolvendo um regime para assentar as bases de outro.

Místico apenas, não teve um mentor que canalizasse para o bem construtivo a sua influência, no aproveitamento de tanta confiança e energia de seus romeiros, desbaratada na política desenfreada.

Em Juazeiro, como medida preventiva, são cavadas trincheiras — círculo da Mãe de Deus, de 8 metros de largura, alguns metros de profundidade, 9 quilômetros de extensão, — circundando a cidade.

Aos rabelistas, defensores do governador Franco Rabelo, incorporam-se civis e são recrutados sentenciados *patriotas*. Atacam Juazeiro e derrotados, crentes da impossibilidade de transpor o valado, sitiam a cidade. Mas o cêrco produz resultado diverso e os romeiros tomam a ofensiva.

“Os romeiros são tantos que, quando passam, ninguém os pode contar.” (9)

O modo de combater, de tocaiar, é de grande expressão psicológica, embora explorada inconscientemente.

Provoca o medo nas tropas perseguidoras, e aí onde tudo é superstição, esse tiro invisível, quem sabe lá se não seria o próprio Demo! vai alquebrando o ânimo, enervando o mais valente soldado.

Esse temor ao sobrenatural, a sensação de talvez estar cometendo profanação, é observado por Euclides da Cunha em Canudos, pelo general Setembrino de Carvalho no Contestado, e pelos chefes rabelistas no ataque ao valado de Juazeiro.

Em Juazeiro, Crato é tomada pelos revoltosos, e de vencida em vencida chegam a Fortaleza, onde houve saques, e incendios.

É decretado o estado de sítio e nomeado interventor federal o chefe da região militar, coronel Setembrino de Carvalho, alheio às lutas políticas locais. Agindo com discernimento, concilia os ânimos pedindo a retirada dos romeiros

---

(9) Edmar Morél — Padre Cícero, pg. 94.

de Fortaleza. Assinam os têrmos da pacificação o padre Cícero e Floro Bartolomeu.

Terminada a sedição, Juazeiro continua mais do que antes, a ser o centro de crentes romeiros, de abrigo a legiões de cangaceiros, de irradiação política.

Persuadidos pelo padre Cícero, as levas de emigrantes se espalham e a zona do Cariri vai se povoando, e cultivadas as terras, lucra a região que já é por si a mais beneficiada geográficamente do sertão nordestino, confirmando o ditado: "Cariri é boa terra."

O Bispo de Crato proibira ao padre Cícero officiar e então êste, para não faltar aos deveres morais e à sua própria consciência pois se julgava cumpridor da vontade divina, dá a bênção que valerá 7 dias de indulgência e tem o poder da absolvição.

Essa bênção que não será negada nunca a ninguém, terá ainda o poder de livrar do mal, da doença, da angústia, do mêdo, e nessa sociedade heterogênea cada um passa a considerá-la a seu modo: confôrto aos sofrimentos, alívio aos males do corpo e limpará das armas o crime. Como o número de peregrinos é grande, dá a bênção coletivamente através das grades da janela de sua casa.

Em palavras simples ,aconselha diàriamente:

"Quem estiver amancebado, case! Quem bebeu, não beba! Quem preguiçou, não preguice! Quem pecou, não peque! Quem roubou, não roube! Quem matou, não mate! porque Deus que tudo pode perdoar, não perdoa ao assassino e assim êste é privado da salvação."

Era um simples. Nunca avaliou do poder que dispunha sôbre bens e pessoas, obdecendo unicamente às tendências naturais do temperamento, profundamente místico e contemplativo, fêz da oração a fôrça que traria o bem à humanidade.

A obra construtiva, no sentido educacional do povo, era latente no subconsciente, demonstrada pela admiração que sempre teve pelos Salesianos, através trechos de carta como



Rosário de um romeiro do Padre Cicero.



êste: "...quanto eu ficaria satisfeito se visse ainda os discípulos de D. Bosco instalados nesta cidade," e comprovada no legado à Ordem Salesiana.

Socorre os necessitados, dá assistência aos flagelados, aos trabalhadores, acolhe os perseguidos políticos, protege os cangaceiros.

Quase todos serão seus afilhados: pelo batismo, pela crisma, pela benção. Retribuindo êsse amparo confiam cegamente nos seus conselhos.

O govêrno explora essa fôrça em troca de concessões.

Os romeiros de Nossa Senhora das Dores, como eram conhecidos os que iam a Juazeiro, adoravam o padre Cícero e não havia casa por mais modesta que fôsse que não possuísse seu retrato.

Todos traziam medalhas pendentes; — eram de alumínio, tendo a imagem de Nossa Senhora das Dores no anverso e o retrato do padre Cícero no reverso.

*Quem se fôr pá Juazeiro  
Leve limpo o coração  
Receber meu padrim Cisso  
Na mesa da Comunhão.*

Não passaria de um sonhador. A construção da imensa igreja cuja planta trouxera de Roma naquele longínquo ano de 1898, seria sempre um ideal irrealizado, a ação não seria de seus domínios — a igreja do alto da serra do Catolé, que o Bispo do Ceará impede a construção no receio de propagação fanática, ficaria inacessível, um desejo nunca realizado.

*Padim Cisso*, em tôda a longa vida, sem quebra de continuidade, foi sempre alvo do mais devotado respeito e crença. Ver-lhe a santa cabecinha através as grades da janela era uma dádiva do céu.

O tempo vai passando e doente em plena decadência física, alquebrado pela velhice, passa os dias conversando com os romeiros e ouvindo trechos de livros religiosos.

Nessa colmeia crendeira, há o casto que angaria esmola para os santos e com o produto compra velas e ornamentos para a igreja; há o beato como José Cruz que ocupa os dias rezando, visitando enfermos, enterrando mortos, ensinando orações, há o sádico como Elias Gelli, que tem uma cabana onde comete tôda a sorte de perversidades...

Exploram-lhe a caridade, fazem-se transações em seu nome, com seus bens, a casa vive cheia de gente pedindo emprêgo.

Falece com 90 anos a 20 de julho de 1934.

Os crentes dizem que não morreu, está no céu junto a Nossa Senhora das Dores, rezando por nós.

O túmulo na pequena igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é rodeado por um gradil de ferro. Uma estátua em tamanho natural: "Vou rogar a Nossa Senhora por vocês todos."

Lugar de peregrinação — túmulo e monumento são cultuados — velas acesas, e de mistura com flôres naturais, flôres artificiais como é de hábito no interior.

A crença na missão divina do *Padim Cisso*, continua através a superstição, no uso de infalível amuleto — a areia do túmulo, que guardada em pequeno saquinho evita o mal e atrai o bem.

E passam-se os tempos, e o fanatismo sertanejo persiste nas peregrinações e oferendas à ermida de Chorrocho (onde Antônio Conselheiro esteve em 1893), à gruta da Lapa, ao túmulo do padre Cícero...

BIBLIOGRAFIA

- BARROSO, GUSTAVO — Terra do Sol — 5.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro, 1930.
- BARROSO, GUSTAVO — Heróis e Bandidos — 2.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro 1931.
- BARROSO, GUSTAVO — Os doze pares de França no sertão — in revista O Cruzeiro de 25 de fevereiro de 1956.
- BARTOLOMEU, FLORO — O Juazeiro e o Padre Cícero — Rio de Janeiro, 1923.
- BATISTA, PEDRO — Os cangaceiros do Nordeste — Paraíba do Norte, 1929.
- BELO, JOSÉ MARIA — História da República — Rio de Janeiro, 1952.
- CABRAL, OSVALDO R. — Santa Catarina — São Paulo, 1937.
- CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — Dicionário do fólclore brasileiro — Rio de Janeiro, 1954.
- CUNHA, EUCLIDES DA — Os Sertões — 6.<sup>a</sup> edição, 1923.
- GERSON, BRASIL — Pequena história dos fanáticos do Contestado — Cadernos de Cultura n.º 83, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1955.
- GRAHAM, R. B. CUNNINGHAME — A Brazilian Mystic being the Life and Miracles of Antonio Conselheiro — London, 1920.
- HORCADES, ALVIM MARTINS — Descrição de uma viagem a Canudos — Bahia, 1899.
- LUZ, AUJOR AVILA DA — Os fanáticos — Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos — Florianópolis, 1952.
- MARTINS, ROMARIO — História do Paraná 1555-1853 — Curitiba, 1899.
- MILTON, ARISTIDES — A campanha de Canudos — Rio de Janeiro, 1902.
- MORÉL, EDMAR — Padre CÍCERO — O santo de Juazeiro — Rio de Janeiro, 1946.
- MOTA, LEONARDO — No tempo de Lampeão — Rio de Janeiro, 1930.
- PINHEIRO, IRINEU — O Joazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914 — Rio de Janeiro, 1938.
- POMBO, FRANCISCO JOSÉ DA ROCHA — História do Brasil — Rio de Janeiro, s/d.
- SILVEIRA, BALTAZAR DA — Annaes do Rio de Janeiro — Reedição 1941.
- TEÓFILO, RODOLFO — A sedição de Juazeiro — São Paulo, 192.
- VIANA, F. J. OLIVEIRA — Populações meridionais do Brasil — São Paulo, 1933.

## EXEMPLAR ÚNICO DE UMA PEQUENA CUNHAGEM

DULCE LUDOLF

Conservador d. I do Museu Historico Nacional

A moeda, dentre tôdas as peças metálicas, é a única que possui poder aquisitivo, característica que a distingue das demais.

Os exemplares cunhados com essa finalidade mui raramente traduzem em seus cunhos a comemoração de algum acontecimento histórico ou artístico; são feitos em séries, obedecendo a um tipo padrão, observando-se ainda o pêso e o título determinados por lei.

Existe, porém, um número reduzido de moedas que além da finalidade aquisitiva são cunhadas para celebrar ou figurar em determinadas solenidades, como a famosa "Peça da Coroação", moeda provisória (1) que figurou na cerimônia da Sagração e Coroação de D. Pedro I.

Em 1947, foi-nos dado apreciar na Bahia, na coleção do Dr. Armando Goes de Araújo, uma moeda de ouro, de grande raridade, datada de 1855, época do 2.º Reinado. Pertencera ao Dr. Inocêncio Marques de Araújo Goes, grande advogado, deputado pela Bahia e depois presidente da Província de Pernambuco, e foi adquirida, em mãos de seus herdeiros, por um de seus sobrinhos, seu atual possuidor.

---

(1) "O primeiro cunho das Armas do Império" por Luís Marques Poliano *in* Revista Numismática. S. Paulo. N.º 1-4. 1944.

Vejamos a sua descrição:

Anv./ PETRVS II.D.G.C.IMP.BRAS.DEF.  
Busto do Imperador D. Pedro II, à esquerda. No exergo a data 1855.

Rev./ Em campo as Armas do Brasil Império.  
Bordo sem serrilha, onde se lê a inscrição — DEOS PROTEGE O BRAZIL — em relêvo, precedida de uma estrêla de cinco pontas.

Módulo: 30,0 m/m.



Exemplar pertencente ao Dr. Armando Goes de Araujo, fotografia gentilmente enviada da Bahia.

Os tipos de anverso e reverso correspondem aos adotados nas moedas do terceiro sistema monetário, terceiro tipo, de D. Pedro II (1853-1889). Falta, porém, no reverso, a legenda IN HOC SIGNO VINCES, comum a tôdas as moedas daquela série, que foi substituída pela inscrição DEOS PROTEGE O BRAZIL, gravada no bordo, que é liso e não serrilhado, como ocorre nas outras peças.

Esta particularidade é importante de se registrar, pois a inscrição no bordo de moedas é um fato nunca verificado nos exemplares que integram o nosso sistema monetário, prin-

principalmente tratando-se das séries de ouro que são sempre serrilhadas.

Referindo-se à peça em questão, informou-nos o Dr. Armando G. de Araújo tratar-se de exemplar único, ignorando-se a existência de outros. Assim afirmado, apoiou-se no insigne Julius Meili (2), que se referiu àquela peça, dizendo ser o único exemplar conhecido e que o seu possuidor, naquela época, Dr. Inocência Marques de Araújo Goes, deputado pela Bahia, procurou colhêr informes sôbre a mesma na Casa da Moeda do Rio, não obtendo qualquer esclarecimento a respeito.

Ora, a circunstância de até hoje não haver aparecido outra moeda semelhante fazia crer que se tratasse de um *ensaio* não aprovado, o que mais se evidenciava pelo fato de não apresentar a peça vestígios de circulação.

Essa classificação, todavia, não passava de simples hipótese, sem amparo na legislação monetária, desconhecendo-se, até a presente data, qualquer documento esclarecedor da cunhagem da peça rara que apreciamos na Bahia.

Em recentes pesquisas na Casa da Moeda, tivemos a feliz oportunidade de deparar com um documento inédito (3), interessantíssimo, que vem revelar as circunstâncias, em que foi cunhado o exemplar em estudo, revestindo-o de importância histórica e maior valor.

Transcrevemos na íntegra o documento, para que melhor possa ser apreciado:

Visita de S. M. O Imperador em 3 de Dezembro de 1855.

Aos três dias do mez de Dezembro de mil oitocentos cinquenta e oito pelas dez horas e meia da manhã, achando-se na Casa da Moeda, o Excelentissimo Marques de Paraná, Conselheiro de Estado, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional; o Doutor

---

(2) "Das Brasilianische Geldwesen — Die Münzen des unabhängigen Brasilien" — II Theil. 1822 bis 1900.

(3) Livro de Registros N.º 11. 1853-1857. pag. 128-128v.



Candido de Azeredo Coutinho, Provedor da dita Casa, comigo Escrivão abaixo nomeado, e mais Empregados da Provedoria e Officinas, Sua Magestade O Imperador Dignou-se honrar esta Repartição com a sua Augusta Prezença e dirigio-se a Officina mechanica para examinar e assistir aos primeiros trabalhos da prensa monetária feita na mesma por operários Brasileiros. Ahi depois de ter rapidamente examinado a construção da dita maquina, que tem de hum lado a seguinte inscrição — Feita na Casa da Moeda sob a direcção do Doutor Candido de Azeredo Coutinho, e do outro — Sendo o Engenheiro da Officina mechanica — Adolpho João Maria Nallier — e na parte superior por emblema dous dios sobre os quaes se apoia uma Cruz de vinte estrellas sustentando a Corôa Imperial com as palavras — Deos Proteja o Imperio de Santa Cruz, rematando em hum florão que sustenta huma grande medalha com o Busto de Sua Magestade O Imperador e as Armas Imperiais. A grande medalha he obra do primeiro Abridor João José da Silva Monteiro, e foi fundida por Adam Urback; as inscrições do segundo Abridor Fidellis Ferreira Paradella, e o emblema foi modelado pelo Official de Gravura João Luis da Costa. Depois deste primeiro exame Sua Magestade fe-se explicar o mecanismo e movimento da machina, e Dignou-se ordenar o trabalho a mão. Nesse momento chegarão os Excellentissimos Directores do Thesouro. Acabada a experiencia principiou a prensa a trabalhar por meio do vapor e cunhou moedas de ouro de vinte mil reis sem o *In hoc signo vinces* — tendo em lugar da serrilha a inscrição — Deos Protege o Brasil — cunhadas cincoenta destas moedas sua Magestade assistio a mudança da virola e a cunhagem de moedas de prata de hum mil reis com serrilha. Feitas estas experiencias sua Magestade Dignou-se examinar huma pequena machina pro-

pria para conhecer a moeda falsa. Em sua retirada aceitou duas moedas de ouro e duas de prata cunhadas na prensa monetaria, bem como em nome da Casa huma medalha commemorando Sua Augusta visita feita a mesma em vinte dous de Setembro de mil oitocentos cincoenta e quatro, em que se demorou tres e meia horas a examinar as diferentes officinas e processos. Esta medalha e as Armas da caixa são obra do Abridor Christiano Luster, a caixa de diversas madeiras foi feita por Custodio Carlos Dias Netto, e as dobradiças e feixos de ouro lavrado são obra de João Moreira Tijuca. Sua Magestade esteve nesta Repartição duas e meia horas. E para constar fiz lavrar esta Acta por Ordem do Senhor Doutor Provedor, que assignou comigo — O Escrivão Candido Venancio dos Guimarães — Doutor Candido de Azevedo Coutinho — Provedor.

Fica assim esclarecido porquê e em que circunstâncias se efetuou a cunhagem da moeda rara que estudamos e para a qual não houve determinação expressa em lei, uma vez que não se destinava à circulação.

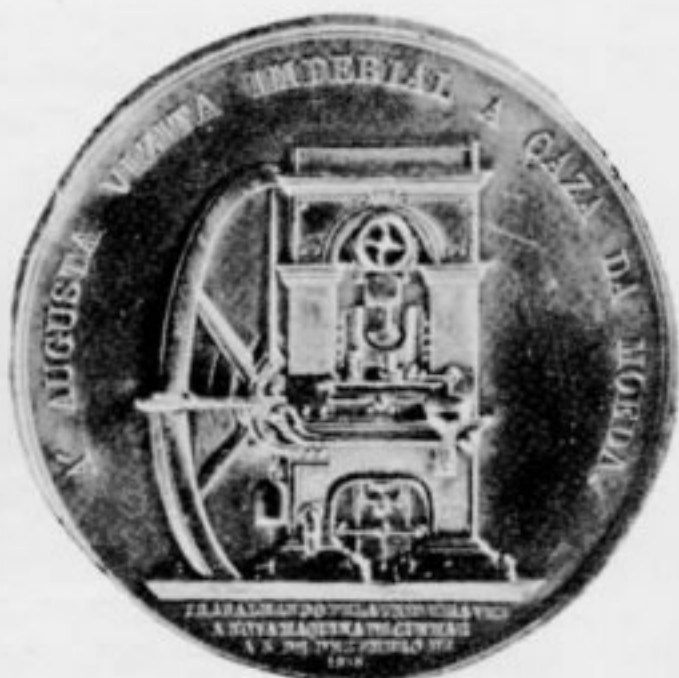
Cunhada em presença de D. Pedro II, para demonstrar o funcionamento da nova prensa a vapor, dela tiraram-se apenas 50 exemplares, dois dos quais lhe foram oferecidos.

É pois, sobretudo, uma *peça de fantasia*, proveniente de cunhagem tôda especial, para agradar o soberano em sua visita à Casa da Moeda. Assemelha-se muito às chamadas "pièces de plaisir", moedas aparentes, destituídas de poder aquisitivo, e que eram distribuídas como "souvenirs".

No seu aspecto externo tem semelhança com os "piéforts", peças cunhadas em França, ao título legal, com tipo das moedas correntes, porém, com o pêso duplicado ou quadruplicado. Entretanto, a peça em estudo observa o mesmo módulo das moedas de 20.000 réis da época, devendo acontecer o mesmo quanto ao seu pêso.

Os "piéforts", que apareceram na época da Renascença, foram as primeiras peças monetiformes a trazer inscrição no bordo, o que se observa na moeda em questão e que constitui uma curiosa particularidade, por ser a única no gênero em todo o sistema monetário brasileiro. Aliás, a legenda da moeda é uma variante da que foi gravada na prensa monetária então inaugurada.

Não há mais dúvida, pois, quanto à sua origem e finalidade. Não se trata de um ensaio, como a classificaram anteriormente, nem tão pouco de moeda comemorativa, idéia que poderá surgir logo após a leitura do documento. Trata-se, realmente, de uma *peça de fantasia*.



Medalha da coleção do Museu Histórico Nacional.

As peças comemorativas, em geral, fazem referência ao fato que comemoram e, nesta, absolutamente, nenhuma legenda foi gravada com êsse sentido. Aliás, assinalando o acontecimento, foi cunhada uma medalha de bronze, bastante rara, cuja reprodução damos acima, que nos seus tipos e dizeres perpetuou a visita de S. M. o Imperador D. Pedro II à Casa da Moeda, vendo-se em uma de suas faces a nova

prensa monetária, inaugurada naquele dia, 3 de dezembro de 1855. (4)

Esclarecido assim o assunto surge uma pergunta para a qual, no momento, não há resposta.

— Onde se encontrarão os outros exemplares cunhados?

Dos cinqüenta, conhecemos apenas um e sabemos que dois foram dados ao Imperador.

— Teriam sido os outros distribuídos, por ocasião da visita à Casa da Moeda, entre pessoas presentes, — ou teriam voltado ao cadinho?

São indagações que surgem e que, infelizmente, permanecem sem resposta. Esperamos que o tempo, solucionador de todos os problemas, permita, senão localizar, ao menos apurar o que foi feito das outras peças.

Não nos foi possível saber onde se encontram os exemplares pertencentes a D. Pedro II. Solicitamos do Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança informações a respeito e dêle recebemos atenciosa carta, da qual transcrevemos o seguinte trecho:

...“Lamento não poder trazer nenhuma contribuição ao seu trabalho a respeito dessa peça, de vez que a coleção numismática de meu Pai (onde provavelmente se encontravam os exemplares em questão) foi pilhada pelos alemães, quando ocuparam o Castelo d’Eu durante a última guerra.

Minha coleção particular, aliás muito pobre, não possui nenhuma dessas moedas.”

---

(4) Cat. da Exp. de Historia do Brazil. N.º 16.565.

Julius Meili. N.º 27.

Cat. de Medalhas Brasileiras. S. de Numismática do Museu Histórico Nacional. N.º 75.

Apreciador de moedas e medalhas, possuía D. Pedro II uma coleção particular onde figuravam, ao lado das peças nacionais, muitas que recebia do estrangeiro.

Em 1891, o Instituto Histórico recebeu a comunicação, por intermédio do Dr. José da Silva Costa, de que o Imperador havia deliberado doar àquele Instituto e ao Museu Nacional a sua biblioteca e coleções particulares, cabendo a êste a parte das moedas, que abrangia os espécimes pertencentes também a D. Pedro I.

Em 1896, essa coleção foi incorporada à já existente na Biblioteca Nacional, de onde se transferiu, definitivamente, em 1922, para o Museu Histórico Nacional, constituindo a atual Seção de Numismática, que, em 1924, foi acrescida do acervo do Arquivo Nacional.

Ficaram, assim contralizadas, numa só coleção, tôdas as peças imperiais doadas aos estabelecimentos públicos nacionais.

Dos relatórios e listas, referentes àquelas doações, não constam, entretanto, os dois exemplares em questão, desconhecidos por funcionários antigos, que acompanhavam cuidadosamente as nossas séries numismáticas, desde a Biblioteca Nacional, sendo digno de citar o nome do Dr. Edgar de Araújo Romero, Chefe da Seção de Numismática de 1922 a 1945. (5)

Tudo faz crer que tenham sido levadas pelo Imperador, quando partiu exilado para a Europa.

D. Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, neto de D. Pedro II, conservou no Castelo d'Eu, em França, as coleções de seu avô e de seu pai o Príncipe Gastão de Orleans Conde d'Eu.

Infelizmente, conforme nos transmitiu D. Pedro de Orleans e Bragança em sua carta, essa coleção tão carinhosamente guardada por seu pai foi pilhada pelos alemães na última guerra, fato que constitui para nós verdadeira revelação.

---

(5) Foi, também, verificada a lista do roubo ocorrido no Museu Histórico, no ano de 1937, não constando entre as peças de ouro desaparecidas — tôdas do período colonial — as que nos interessam.

Desaparece, assim, a última esperança de se encontrarem as moedas raras, de fantasia, que foram cunhadas como "souvenirs" e cuja existência permaneceu ignorada na história da numismática brasileira, por longos anos.

O exemplar que existe na Bahia continua sendo o único conhecido, embora não tenha sido o único cunhado.

### BIBLIOGRAFIA

- Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. 1881-1882. Vol. IX e 1897. Vol. XIX.
- Arquivos da Casa da Moeda. Livro de Registros n.º 11. 1853-1857.
- AZEREDO COUTINHO, CÂNDIDO — Aprcciação do Medalheiro da Casa da Moeda. Rio de Janeiro. 1862.
- BLANCHET, A. et A. DIEUDONNÉ — Manuel de Numismatique Française. 2.º Vol. Paris. 1916.
- Catálogo da Exposição de História do Brasil. Rio de Janeiro. 1881. 2.º Vol.
- Catálogo de Medalhas Brasileiras da Seção de Numismática do Museu Histórico Nacional (Inédito).
- DEWANIN, E. — Cent Ans de Numismatique Française. De 1789 a 1889. 1.º Vol. Paris, 1893.
- LEITE DE VASCONCELLOS, J. — Elencho das Lições de Numismatica. 1.ª Parte do Curso (1888-1889). Lisboa. 1889.
- LENORMANT, FR. — Monnaies et Médailles. Paris.
- MARQUES DOS SANTOS, FRANCISCO — "O principe numismata" *in* Revista Numismática. Ano XII. N.ºs 1-4. 1944. S. Paulo.
- MEILI, JULIUS — 1) Das Brasilianische Geldwesen. II Theil. Die Münzen des unabhängigen Brasilien. 1822 bis 1900.
- 2) Numismatische Sammlung. Die auf das Kaiserreich Brasilien bezüglichen Medaillen (1822 bis 1889).
- OLIVEIRA JÚNIOR, A.S. — Terceiro sistema monetário. 1849-1889. *in* Revista Numismática. Ano XIII, N.ºs 1-4. 1945. S. Paulo.
- POLIANO, LUÍS MARQUES — "A Numismática no Museu Histórico Nacional" *in* Revista Numismática. Ano XLV. N.ºs. 1-4. 1946. S. Paulo.
- STUCKELBERG, E.A. — Le collectionneur de monnaies. Lausanne. 1900.
- TOURNEUR, VICTOR — Initiation a la Numismatique. 6me Série. N.º 64. Bélgica. 1945.
- Vultoso roubo no Museu Histórico Nacional *in* Revista Numismática, Ano V. N.ºs 3 e 4. 1937. S. Paulo.



# O NEGRO NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

MARFA BARBOSA VIANNA

Conservador d. I do Museu Histórico Nacional

O papel relevante do negro na formação da sociedade brasileira tem sido estudado em seus vários aspectos há várias décadas.

Nina Rodrigues, sábio baiano falecido em 1906, foi um dos precursores destes estudos. Após seus trabalhos surgiram outros nomes, tais como Melo Moraes, Nelson de Sena, Manuel Querino, que nos deixou algumas obras muito interessantes, hoje raras, sobre os costumes dos africanos no Brasil.

Em época mais recente, podemos citar Artur Ramos, Édison Carneiro, Gilberto Freire. Cientistas estrangeiros também abordaram várias questões e problemas referentes ao negro, tais como seu folclore, costumes, ritos, culinária, etc. Na Bahia, foram feitas pesquisas por Melville, Herio-vitz, Ruth Landes, Donald Pierson e Roger Bastide. Este último tem publicações excelentes sobre os africanos em São Paulo. Em Pernambuco, temos René Ribeiro e outros.

Não desejamos fazer um histórico sobre os africanos no Brasil. Relataremos somente alguns fatos pitorescos sobre os escravos. Por exemplo, o escravo, "pés e mãos do senhor", trabalhou muitíssimo nas lavouras, na intimidade doméstica, todos conhecem as mucamas e os "negros de dentro". O diamante "Estrêla do Sul", foi descoberta de um negro. A primeira folheta de ouro encontrada em Ouro Preto, no rio

Funil foi um achado de um bandeirante prêto. O último sentenciado à morte em nossa terra foi o escravo Francisco, propriedade do dr. Joaquim Telésforo Ferreira Lopes Viana, senhor de engenho nas Alagoas. O escravo tinha assassinado um homem.

Quando uma sinhazinha se casava levava, em seu dote, alguns escravos, de habilidades diversas. Os escravos serviam de garantia para apólices e hipotecas. Temos em nossas coleções (vide foto n.º 1), uma apólice de seguro da "Companhia Mutua de Seguro de Vida dos Escravos", que avalia em "hum conto de réis" a vida de um "ganhador" de propriedade do padre Domingos Manoel Lopes Amaro. O escravo avaliado neste documento tinha na época, 1863, 38 anos de idade.

A propósito, os preços dos escravos e das cavalgadas eram: — "Por hum negro bem feito, valente e ladino, trezentas oitavas. Por um moleção duzentas e cincoenta oitavas. Por um moleque, cento e vinte oitavas. Por um crioulo bom oficial, quinhentas, e por um mulato de partes, ou oficial, quinhentas oitavas". Essas avaliações são do período colonial.

Nossos arquivos contêm duas notícias sôbre escravos fugidos. Uma delas, datada de 1829, promete alvissaras a quem devolver o negro, de nome José, oficial de pedreiro, que tinha escapado de seu dono, Francisco Álvares de Brito, morador na rua do Sabão (depois rua General Câmara).

A outra tem ao alto a figura de um negro fugindo carregando uma trouxa na ponta de uma vara, diz entre várias coisas, ter fugido o crioulo Benedito, dando seus sinais e apitões, sendo que o mais curioso neste documento é que detalha "supõe-se que tenha mudado de nome, e que se intitula fôrro". José do Patrocínio e outros abolicionistas protegiam e davam fuga aos escravos. Iam a um tabelião, diziam ter o negro um nome diferente do verdadeiro, nome suposto que então passava a figurar numa carta de alforria. Os papéis originaes, assinados com a mão esquerda por Patrocínio e outros, eram rasgados. Se por algum acaso o escravo fujão

era visto na rua por seu dono, este ia á polícia. Esta prendia o escravo que alegava desconhecer tal senhor, ser fôrro, mostrando então a carta. As testemunhas eram chamadas e declaravam, jurando sôbre os evangelhos, que a carta era verdadeira, que tinham visto os documentos originaes da alforria. Então o chefe de polícia determinava que, no dia seguinte, comparecesse o verdadeiro dono do escravo, com os documentos... Nesse ínterim, o escravo já estava longe, rumo ao Ceará. É por essas razões que o Aviso que comentamos e descrevemos diz que o negro se intitulava fôrro...

Nos tempos atuais é muito difícil reunir-se, numa coleção de museu objetos dos escravos. Dentre êstes, os instrumentos de tortura. Existem alguns no Museu da Inconfidência, Ouro Preto, no Instituto Histórico de Alagoas, em Lavras, Minas Gerais, no Museu do Ouro, Sabará, em coleções particulares, etc. Nossas coleções contêm instrumentos de tortura, forninhos de cachimbo, de cerâmica, pertencentes aos escravos das minerações de Ouro Preto e Mariana, Minas, um atabaque (tambor africano), uma mamadeira, um orixá e outros objetos a nosso ver únicos e de valor incalculável.

Uma das razões que explicam a carência dessas peças, a nosso ver de grande raridade, foi a grande onda de sentimentalismo e indignação que ábalou o país na campanha abolicionista. Muitos fazendeiros enterraram, esconderam e destruíram instrumentos de tortura. Outra causa foi o Aviso baixado por Rui Barbosa, quando ministro da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional:

“Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão — a instituição funestíssima que por tantos anos paralizou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral;

Considerando que a República está obrigada a destruir êsses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a



## CONDIÇÕES EXTRAS DOS ESTATUTOS

Art. 21. O valor dos seguros e seguros será fixado pelo Medico da Companhia.

Art. 24. No caso de seguro de mais de tres annos, a Companhia não se obriga a pagar o premio de mais de tres annos.

Art. 25. A falta de pagamento d'esses letres no cumprimento de... a Companhia de toda e qualquer responsabilidade, ficando entendido que a Companhia não se obriga a pagar os accitantes ao pagamento das ditas letres vencidas, não fica desonerada da responsabilidade que contrahiu.

Art. 26. As letras, de que trata o artigo antecedente, serão reputadas verdadeiras logo que haja um attestado, para serem encontradas no pagamento desse mesmo mes.

Art. 27. As reformas, de seguros, deverão ser feitas nos tres ultimos dias do tempo do contracto, para que se ocravos seguros não sejam sujeitos a novo exame.

Art. 28. A Companhia se responsabilisa por qualquer genero de morte, mesmo a que resultar de servicias ou suicidio, quando este for originado por acto feroz, ou de um barbaço, ou fustiga por parte do segurado.

Art. 29. No caso de se separarem escravos a bordo de um navio, a Directoria, de accordo com o segurado, poderá modificar a responsabilidade incorrida pela Companhia, tendo em vista a distancia das viagens, a perda total de navio e todas as circunstancias que poderao alterar a equitativa vantajem do seguro para todos os socios.

Art. 30. Quando o segurado, em virtude de alguma doença, ou de alguma outra causa, se encontrar em estado de ser levado a sepultura, para o que o segurado e obrigado a dar posse á Companhia antes do tempo ser dado á sepultura.

Art. 31. Se o escravo seguro fallecer em lugar que não possa o artigo antecedente ter execução, o segurado mandará certificar por um Medico do lugar a causa da morte, sempre que for possível, mencionando na certidão os signaes particulares do cadaver, afim de julgar-se da identidade do individuo, se existiam signaes de servicias ou propinção de veneno e quasi as causas, devendo esta certidão ser testemunhada por tres homens honestos do lugar, cujas firmas serão reconhecidas pelo respectivo Tabelião.

Art. 32. Não podendo, por falta de Medico no lugar, dar cumprimento ao artigo antecedente, o segurado deverá proceder a corpo de delicto, afim de verificar-se se a morte teve lugar por outra qualquer causa que não por servicias ou propinção de veneno por parte do segurado.

Art. 34. No caso de venda ou transmittido do escravo, a apolice do seguro será transferivel ao novo possuidor, e esta transferencia deverá ser feita ao escriptorio da Companhia, sem o que não terá validade.

Art. 35. Quando o segurado quiser mandar para a Misericordia, hospital ou casa de saúde o seu escravo, por causa de molestias, deverá participar immediatamente á Companhia; e o mesmo terá lugar quando por mais de quinze dias for para fora dos limites de que falla o Art. 27.

Art. 40. O socio, cujo seguro terminar com o fim do tempo do escravo, perderá o direito ao dividendo do saido.

Art. 44. O socio, que não quiser renovar o seguro, deverá participá-lo á Companhia antes de findo o tempo de seu contracto, para ter direito ao dividendo que lhe tocar relativamente aqquelle tempo.

FOR. 1 A — Apólice de seguro da "Companhia Mútua de Seguro de Vida dos Escravos" (reverso).

grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira;

Resolve:

1.<sup>o</sup> — Serão requisitados de tôdas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria.

2.<sup>o</sup> — Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata dêles, que se fará na casa da máquina da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão.

Capital Federal, 15 de Dezembro de 1890. — Ruy Barbosa”.

Desta forma foram destruídos preciosíssimos documentos para a história da escravidão no Brasil.

Quando os “malungos” chegavam, saindo atordoados dos porões dos navios negreiros, eram conduzidos para o Valongo, mercado dos escravos. Ficavam amontoados, na promiscuidade, enquanto não eram leiloados.

Visitantes do Brasil Colonial e Imperial, em suas memórias, relatam as impressões desagradáveis que tiveram vendo os desfiles de escravos nus, sujos e mal alimentados quando iam para o Valongo.

Havia também leilões particulares, dos quais reproduziremos alguns anúncios a título de curiosidade. Como se tem estudado, numerosas nações africanas labutaram nos eitos das fazendas e engenhos. Negros congos, benguelas, minas, moçambiques, malês...



Eis os anúncios: “Vende-se pela metade do seu valor, um negrinho de 11 anos por ter o mal de gota; na rua de S. Jorge n. 11 Loja.” “Leilão de escravos, hoje, 31 do corrente, na rua do Ouvidor n. 90 ás 10 horas. J. Bouis vende em leilão uma porção de escravos, entre os quais se comprehendem pretos de varios officios, ditos de serviço de roça e ganho, cozinho, moleques e pardinhas para pagens, pretas boas mucamas, costureiras, lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras, ditas do serviço da roça e quitandeiras e outros mais que estarão patente na ato do leilão e serão vendidos por todo e qualquer preço, por saldo de contas”. Estes anúncios são de mais de 100 anos atrás. Por êles, pode-se ter uma idéia da multiplicidade de atividades exercidas pelos escravos.

Agora nos referimos aos castigos dos escravos. Havia as *novenas*, e *trezenas*, que, conforme os nomes indicam, eram castigos repetidos treze ou nove dias seguidos. Os escravos eram amarrados de braços em bancos, açoitados com chicotes de couro cru até o sangue correr. Muitos não aguentavam e morriam. Eram então enterrados na bagaceira.

O *tronco do batente de porta* prendia o escravo pelas pernas; as *peias*, conforme indica o nome, tolhiam seus movimentos, e as *gargalheiras* apertavam seus pescoços. Mais adiante descreveremos êste instrumento.

Os *troncos* são instrumentos de captura, contenção e aviltamento. Todos os engenhos, em suas *casas de purgar*, continham tais instrumentos. Aqui no Rio, no tempo antigo, na rua da Prainha (1), havia muitas serrarias. Nelas trabalhavam muitos negros escravos por conta dos senhores. Fabricavam troncos, entre outras coisas...

Até meados de 1930, os ladrões de cavalos, no interior, eram presos em troncos.

Esta Casa possui vários, de diversos tamanhos, de madeira e de ferro. Estes últimos são denominados “viramun-

---

(1) *Rua da Prainha* — Tinha início no Largo da Prainha, situado onde está atualmente o edifício de “A Noite”, na praça Mauá, indo até a rua da Conceição.

dos”. Existe o “viramundo” individual e o “viramundo” tronco de ferro. Um de nossos exemplares ainda conserva a chave (Foto 9 e 10).

Temos *golhilhas*, uma com campainha e outra com ganchos retorcidos. Êstes instrumentos eram destinados a impedir a fuga do escravo, pois lhe prendiam o pescoço, pesavam bastante, e, além do mais, tinham pontas que se prendiam na vegetação e nas árvores e campainhas que alertavam os feitores. O Instituto Histórico de Alagoas tem em suas coleções uma golilha com uma placa, com os dizeres “ES-CRAVO FUJÃO”.

Pedimos que seja observada a fotografia n. 10, de um dos troncos de madeira de nossas coleções. Trata-se de uma peça muito bem conservada.

A fotografia n. 3, que se segue, é a de uma gargalheira, com campainha.

As *palmatórias*, conhecidas ainda por nossos pais, tiveram, além de seu papel “moderador e punitivo” nas escolas, outro emprêgo, o de torturar escravos.

Bem cedo, pela manhã, ou então à tardinha, encerrados os trabalhos do eito, o feitor reunia os escravos e mandava que lhes applicassem palmatoadas.

Existe uma gravura antiga, de Rugendas, que representa uma cena dêste tipo. Vêm-se os escravos ajoelhados humildemente, de mão esticada, e a palmatória “cantando”.

As palmatórias, de origem romana, “ferula”, são compostas por pesado disco de madeira maciça, ligada a um cabo do mesmo material.

Os escravos eram punidos com determinado número de palmatoadas, conforme as faltas que cometiam, apanhando até as mãos ficarem cobertas de feridas, verdadeiras postas de sangue, tudo dependendo da maior ou menor severidade do feitor. Portanto, a nosso ver, as palmatórias podem ser classificadas como *instrumentos de suplício*.



FOT. 3 — Gargalheira com campainha.



FOR. 4 — Palmatória.

Temos três em nossas coleções. Vide a fotografia n. 4.

Outro instrumento de suplício, sem denominação certa, que figura também em nosso acêrvo, é uma espécie de alicate aperfeiçoado, com a finalidade de apertar os dedos dos escravos. (Foto 7)

A chibata e o chicote eram usados pelos feitores das fazendas, a fim de dominarem e controlarem os escravos.

O *bacalhau*, muito conhecido pelos estudiosos de nossa história, foi o chicote clássico dos feitores.

Tratava-se de um chicote de cabo curto, feito de couro retorcido, com cinco pontas. Não temos nenhum aqui no Museu, mas conservamos uma *chibata* de flagelar cativos.

Quanto à fabricação dos instrumentos de tortura, as informações de que dispomos são muito escassas.

Sabemos somente, como já foi dito páginas atrás, que os escravos fabricavam troncos. Grande maioria das golilhas, correntes, viramundos, etc., são de ferro batido. Pode-se supor, com alguma certeza, que muitos desses instrumentos vinham da própria África, nos navios negreiros, principalmente os "libambos" (correntes). Chegamos a esta conclusão observando gravuras antigas que representam cenas em que figuram escravos recém-chegados ao Brasil.

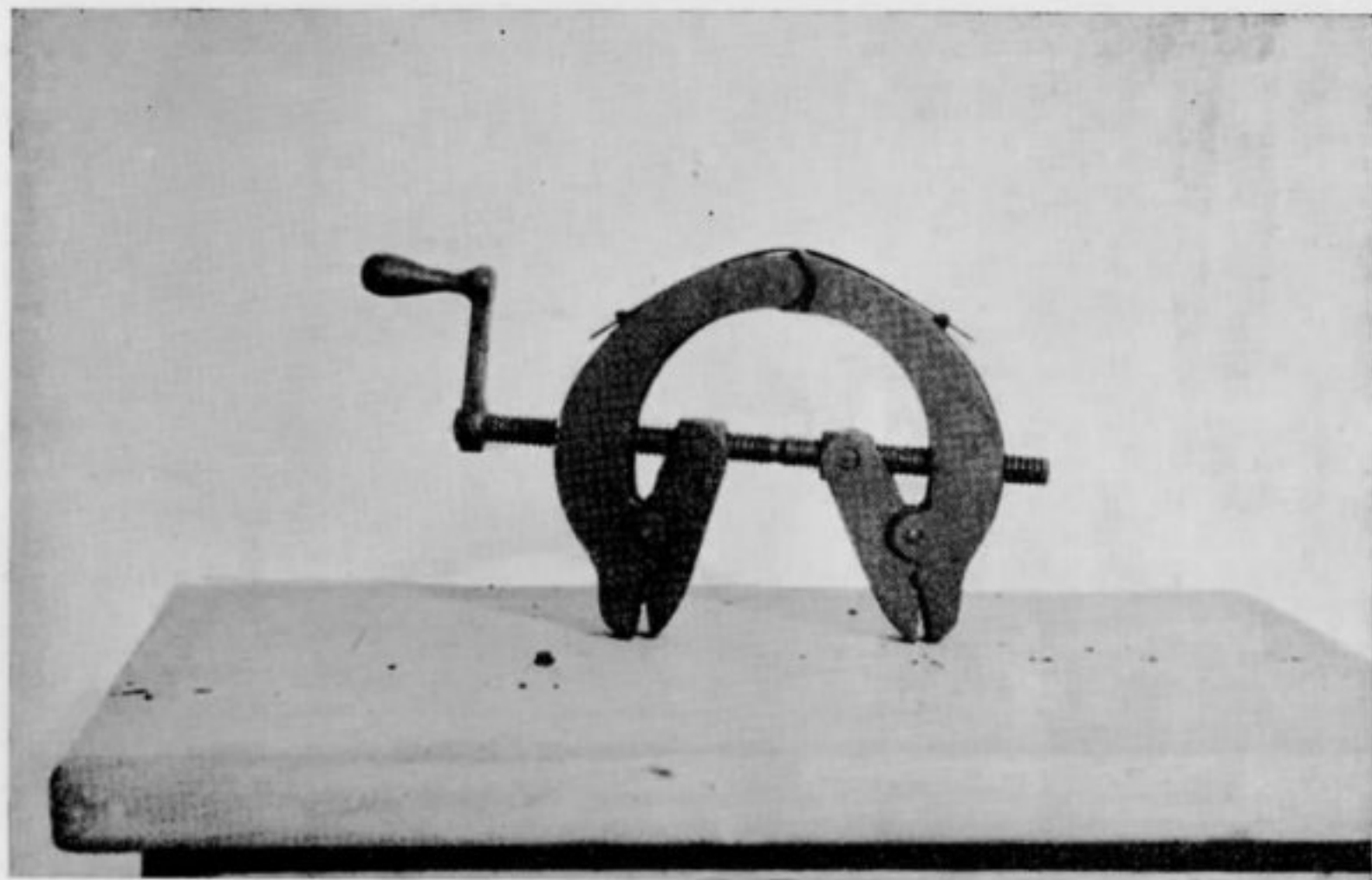
Antonil, referindo-se a castigos de escravos, dizia: "...açoutes moderados... metter em huma corrente de ferro por algum tempo, ou tronco. Castigar, com instrumentos terribes, e chegar talvez aos pobres com fogo, ou lacre ardente, ou marca-los na cara..."

Antonil, infelizmente, era bastante exato. Temos três ferros de marcar escravos, com iniciais, pesados, com cabo. (Foto 8)

Após as torturas e castigos, os ferimentos eram salgados.

Outra tortura consistia em prender os escravos a moirões, usando para isso *cintos de ferro*. Possuímos um deles.

Passando para outro aspecto da vida dos escravos no Brasil, podemos também citar uma mamadeira de cabaça, um tambor e um orixá, que fazem parte de nossas coleções.



FOT. 7 — Alicates para tortura





FOT. 8 — Ferros de marcar escravos



FIG. 5 — Caxambú



FOT. 6 — Orixá

A mamadeira é de feitura extremamente rudimentar. O tambor, fotografia n. 5, é uma peça interessante. Sua classificação é *caxambu*.

O caxambu é uma dança folclórica do interior de Minas. Este atabaque, muito bem conservado, tem no alto da caixa a seguinte frase: "VIVA O BRASIL E TODO O SEU VALOR E VIVA O NOSSO IMPERADOR". Esta dança, o caxambu, era ritmada por este tambor, ou atabaque, que tem o mesmo nome. Podemos inclusive dizer que o caxambu foi o antepassado da macumba atual.

Quanto ao orixá, classificado como a deusa joruba Obá, temos nossas dúvidas, devendo ainda ser feito um estudo mais aprofundado da peça para que se possa ter certeza do que realmente representa. (Foto 6)

De qualquer modo, esta Casa contém vários e interessantíssimos objetos dos escravos e da Abolição, que merecem ser vistos e apreciados.

A influência dos escravos africanos na formação da nossa sociedade é de primordial importância, em seus vários aspectos. E um estudo mais aprofundado de nossas coleções poderá ajudar aos estudiosos que se interessem por este ramo de nossa formação.

#### BIBLIOGRAFIA

- NINA RODRIGUES — "Os Africanos no Brasil".  
ARTUR RAMOS — "O Negro Brasileiro".  
GUSTAVO BARROSO — "Introdução à Técnica de Museus".  
Novos Estudos Afro-Brasileiros — 1.º Congresso Afro-Brasileiro do Recife.  
OSORIO DUQUE-ESTRADA — "A Abolição".  
LUÍS DA CAMARA CASCUDO — "Dicionário de Folclóre".  
EDISON CARNEIRO — "Negros Bantús" e "Antologia do Negro Brasileiro".  
ROCHA POMBO — "História do Brasil".  
Revista do Arquivo Municipal de São Paulo.  
NELSON DE SENNA — "Africanos no Brasil".

## SÃO VICENTE DE FORA E OS NOSSOS IMPERADORES.

GILDA MARINA DE ALMEIDA LOPES

Conservador classe I do Museu Histórico Nacional

São Paulo quis incluir, entre as comemorações do seu IV centenário, a construção de um mausoléu, no monumento do Ipiranga, para os restos mortais dos nossos primeiros imperadores.

Assim, depois de 85 anos de descanso no Convento da Ajuda e de 43, no de Santo Antônio, a grande Imperatriz D. Leopoldina encontrou, enfim, abrigo condigno.

D. Pedro I, todavia, continua em Portugal. É justo, aliás, que êle permaneça lá. D. Pedro já havia encerrado, definitivamente, o episódio brasileiro de sua vida, quando a morte o colheu em Lisboa, no Paço de Queluz, a 24 de setembro de 1834. O "Rei Cavaleiro" cerrou para sempre os olhos no mesmo aposento que o viu nascer, tendo a contemplar-lhe a agonia a efígie do "Cavaleiro da Triste Figura", pintada nas altas paredes.

Êle, também, foi um D. Quixote, um paladino da causa liberal, homem contraditório, cujas imensas qualidades obscureceram os grandes defeitos.

Evaristo da Veiga, um dos mais intransigentes adversários de D. Pedro I, ao receber a notícia de sua morte escreveu: "O ex-imperador do Brasil não foi um príncipe de ordinária medida..." (Aurora Fluminense de 3-12-1834). Sim, o ex-imperador do Brasil era um ser de "extraordinária



D. Pedro I no leito de morte.



medida”, dêssees que não aparecem muitas vêzes no decorrer das gerações.

Sepultaram-no como um simples general, segundo o seu desejo, na Igreja de São Vicente de Fora. O coração, porém, doara-o à cidade do Pôrto, aquella que lhe presenciou o esforço e o heroísmo.

Passaram-se anos, pouco mais de meio século, e o filho que D. Pedro I deixara pequenino, além mar, veio juntar-se-lhe no mesmo jazigo. Precedera-o, de 2 anos, a espôsa, D. Teresa Cristina. Por uma dessas reviravoltas do destino reuniram-se todos na morte, sob o teto acolhedor de São Vicente de Fora. Singular encontro entre um pai jovem e ardente, morto no apogeu da vida, e um filho velho, alquebrado, que nunca conheceu a mocidade. O pai morreu na glória, em sua terra natal, em seu palácio predileto. O filho colhido pela morte num banal quarto de hotel, na terra do exílio. Que fizera para merecer êste triste fim? Nada, “apenas a solidez e a paz do novo regime, a segurança e preservação da Nova República exigiram o banimento de Pedro II e sua família”.

Logo a seguir à proclamação do dia 15 de novembro de 1889, na madrugada do dia 17, foi a família imperial embarcada numa lancha, saindo dela para bordo do Cruzador Parnaíba, que a conduziu até a Ilha Grande. De lá, na noite do mesmo dia 17, passaram todos para bordo do vapor “Alagoas”, que, imediatamente, seguiu para a Europa, comboiado pelo Cruzador Riachuelo. Só durante a viagem soube D. Pedro II que o Govêrno Provisório resolvera fazer-lhe a doação de cinco mil contos, para a sua manutenção na Europa. De Cabo Verde escreveu ao Visconde de Nogueira da Gama, seu ex-mordomo-mor e procurador, ordenando-lhe que recusasse a oferta.

O Imperador chegou à Lisboa a 7 de dezembro de 1889, hospedando-se no Hotel Bragança. Pouco depois partiu para o Pôrto com a Imperatriz, temendo perturbar, com sua pre-



Funeraes de D. Pedro I. Igreja de São Vicente de Fora. 1834.

sença triste, os festejos da coroação de seu sobrinho-neto, o rei D. Carlos de Portugal.

Foi no Pôrto, no Grande Hotel, que a 28 de dezembro veio a falecer D. Teresa Cristina. A pobre senhora não resistiu ao rude golpe do exílio. Para as despesas do funeral da Imperatriz viu-se D. Pedro forçado a recorrer ao capitalista português, enriquecido no Brasil, Visconde de Álvares Machado, que lhe emprestou vinte contos de réis. D. Teresa Cristina foi sepultada em São Vicente de Fora, já no Panteão da Casa de Bragança. D. Pedro iria sobreviver-lhe dois anos. Passou-os viajando pela França, convivendo com os sábios, freqüentando os Intsitutos e Academias, sempre bom, digno, altivo, sem queixas nem rancores.

No comêço do inverno de 1891, em Paris, voltando o Imperador de uma Sessão no Instituto de França, resfriou-se fortemente. A gripe degenerou em pneumonia. Foram vãos os esforços do seu médico e amigo, o fidelíssimo Mota Maia. Os doutores Charcot e Bouchard, também, nada puderam fazer. O abade Le Rébours da Madalena foi chamado para administrar-lhe a extrema-unção, na noite de 4 de dezembro. Na primeira meia hora do dia 5 de dezembro de 1891 faleceu D. Pedro II, num quarto do Hotel Bedford. Três dias antes completara 66 anos.

Lavrou o auto de falecimento o devotado Conde de Aljezur, assinando a certidão de óbito os médicos acima mencionados.

Assistiram os últimos momentos do Imperador, além da Princesa Isabel e sua família, os condes de Mota Maia, Aljezur e Nioac; os Viscondes de Cavalcanti e da Penha; os barões de Estrêla, São Joaquim, Penedo, Muritiba e Nioac; o Conselheiro de Estado Dr. Silva Costa; os doutores Eduardo Prado e Alfredo Rocha; o Sr. Calogeras, o professor Seybold; a condessa de Mota Maia, a baronesa de Muritiba; a viúva Silva Coutinho e alguns criados. O fiel e dedicado André Rebouças não se encontrava em França, na ocasião.



D. Pedro II morto.  
(crayon de M. J. ANDRÉ).

D. Pedro II foi embalsamado pelo Dr. Poirier, ajudado pelos doutores Charcot Júnior, Tramand e Baudiau. Vestiram-no com a farda de almirante do Império Brasileiro, uniforme que êle, sempre, preferiu; nas mãos puseram-lhe um crucifixo de prata, presente de Leão XIII; sob a cabeça um travesseiro com terra do Brasil; cobriram-no, também, com uma bandeira imperial brasileira.

O Govêrno francês determinou que se prestassem ao illustre morto honras de chefe de Estado. O presidente Sadi Carnot, embora ausente de Paris, marcou o dia 9 de dezembro para as exéquias majestáticas do ex-imperador do Brasil. O ataúde foi transportado da câmara ardente do Hotel Bedford para o templo da Madalena, onde se realizaram solenes cerimônias fúnebres. Um exército de oitenta mil homens enfileirou-se na rua Arcade, cercanias da Madalena, até a estação de Orleans, onde o corpo embarcaria para Lisboa.

Ao começar o ofício fúnebre, os históricos canhões da Praça dos Inválidos deram uma salva de vinte e um tiros. Depois, o esquife foi conduzido ao vagão do comboio oficial, transformado em câmara ardente, tendo o cura da Madalena, ali, recitado as últimas orações.

Na fronteira espanhola foram prestadas, ao grande morto, novas homenagens. Em Lisboa era esperado pelo Rei D. Carlos, seus ministros, figuras da corte, etc., que o acompanharam até São Vicente de Fora, onde D. Pedro II iria repousar quase trinta anos.

Por estranho que pareça, entretanto, a idéia da restituição dos direitos de cidadania ao ex-imperador surgiu, ainda, em vida, dêste. O primeiro projeto, neste sentido, foi apresentado em 5 de agosto de 1891 pelo deputado federal, por Mato Grosso, Caetano de Albuquerque. A Câmara julgou-o não objeto de deliberação, por 106 contra 10 votos. A tentativa de Caetano de Albuquerque malogrou quando já estava em vigor a Constituição de 1891, cujo artigo 72, parágrafo 20 aboliu as penas de galés e o "banimento judicial".



D. Pedro II morto, fardado de Almirante. Litografia segundo uma gravura de Wendt



Câmara mortuária de D. Pedro II. Croquis de Tinayre, 1891.



Mais tarde, com a data de 7 de julho de 1906, surgiu o projeto número 2 para a transladação dos corpos de D. Pedro e D. Teresa Cristina. Êste, tinha a assinatura de republicanos históricos, como Coelho Lisboa e Barata Ribeiro. Não teve, porém, andamento no Congresso.

Apareceu, depois, em 20 de julho de 1912, um projeto mais amplo de Maurício Lacerda, seguido, logo, de uma emenda do deputado por São Paulo, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, datada de 19 de setembro de 1913. Nenhum dos dois conseguiu triunfar.

Começou, então o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a desenvolver brilhante campanha em prol da transladação dos restos mortais dos ex-imperadores. O primeiro passo, nesse sentido, foi uma "indicação" apresentada pelo sócio efetivo Basílio de Magalhães, em 26 de agosto de 1916. Em sessão do mesmo ano, o sócio Alfredo Valadão, a propósito do Congresso Internacional de História da América, convocado pelo Instituto para o dia 7 de setembro de 1922, propôs que a comissão encarregada do referido Congresso providenciasse, junto ao Governo Federal, para que durante os festejos do Centenário já estivessem "agasalhados no Brasil os restos mortais de D. Pedro de Alcântara e D. Teresa Cristina".

Ainda em setembro de 1916, o Conde de Afonso Celso, presidente perpétuo do Instituto, escreveu à Princesa Isabel e ao Conde D'Eu, pedindo-lhes autorização para a obra de desagravo que estavam preparando. A resposta afirmativa veio por carta enviada de Boulogne-sur-Seine, a 18 de outubro de 1916.

O Instituto continuou a pugnar pela justa causa da transladação, solicitando ao presidente Wenceslau Braz, que, a exemplo do que fizera com os despojos mortais de Saldanha da Gama, fôsem repatriadas as relíquias mortuárias de D. Pedro II e D. Teresa Cristina.

Finalmente, a 3 de março de 1920, o então Presidente da República, Epitácio Pessoa dirigiu ao Congresso Nacional

uma mensagem pedindo uma lei, não só autorizando a transladação dos imperiais despojos, mas, também, a anulação do Decreto de Banimento. Recebida a mensagem pela Câmara, coube ao Sr. Francisco Valadares o encargo da apresentação do projeto, consolidando o pensamento do Presidente da República.

O projeto do representante mineiro foi favoravelmente recebido, passando por unanimidade em ambas as Casas do Congresso, para ser logo em seguida transformado em lei, sancionada de modo solene em 3 de setembro de 1920.

O Decreto n. 4.120, de 3 de setembro de 1920, está assim redigido:

“Revoga os artigos 1.º e 2.º do decreto n. 78-A, de 21 de dezembro de 1889, e autoriza a transladar para o Brasil os despojos mortais do ex-imperador D. Pedro II e de sua esposa D. Teresa Cristina, abrindo para esse fim os necessários créditos”.

O Presidente da República dos E. U. do Brasil:

“Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução legislativa:

Art. 1.º — Ficam revogados os artigos 1.º e 2.º do decreto n. 78-A, de 21 de dezembro de 1889.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévio assentimento da família do ex-imperador D. Pedro II e do Governo de Portugal, transladar para o Brasil os despojos mortais do mesmo e os da sua esposa D. Teresa Cristina, fazendo-os recolher a mausoléu condigno e para tal fim especialmente construído.

Art. 3.º Fica o Governo autorizado a abrir para tal fim os necessários créditos.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1920, 99.ª da Independência e 32.ª da República” — EPITÁCIO PESSOA.

A 19 do mesmo mês de setembro de 1920, recebeu o Brasil a visita dos reis da Bélgica, Alberto I e Elisabeth. Os soberanos belgas viajaram no couraçado brasileiro São Paulo. A êste vaso de guerra, depois de haver reconduzido os ilustres visitantes, coube a honrosa missão de transportar os restos mortais dos nossos ex-imperantes.

D. Pedro II e D. Teresa Cristina abandonaram, para sempre, o panteão de São Vicente de Fora. O Conde D'Eu e seu filho, o príncipe D. Pedro (os outros dois já descansavam na cripta dos Orleans em Dreux) acompanharam os ex-imperadores nesta viagem de regresso a pátria.

O São Paulo chegou ao Rio no dia 8 de janeiro de 1921. Os pesados esquifes de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina desembarcaram às 4 horas da tarde, na Praça Mauá. O Governo prestou aos despojos imperiais honras de chefe de Estado. As fôrças de terra e mar formavam alas desde o cais da Praça Mauá até a entrada principal da Catedral Metropolitana, na Praça Quinze de Novembro, entendendo-se pela Avenida Rio Branco e Rua da Assembléia.

Os ataúdes ficaram expostos à visitação pública, primeiro na nave da Catedral, depois na Capela do Senhor dos Passos, na mesma Catedral. Celebraram-se solenes exéquias, milhares de visitantes, tôda uma série de homenagens, um imenso desagravo póstumo ao grande brasileiro e sua digna espôsa. Os esquifes imperiais, a bordo do São Paulo, estavam abertos, como em São Vicente de Fora, mas na Catedral permaneceram fechados, tendo sido resolvido não mais abri-los.

Os despojos mortais dos ex-imperadores ficaram no Rio de Janeiro até 5 de dezembro de 1925, quando foram transferidos para a Matriz de São Pedro de Alcântara ou Catedral de Petrópolis. Lá, numa Capela, foi-lhes, enfim, erigido um mausoléu definitivo. Sôbre a lápide de mármore de Carrara destacam-se as estátuas jacentes dos ex-imperantes, obra do escultor francês Jean Magrou, oferta da fiel Baronesa de São Joaquim. Neste jazigo, foram depositados a 5 de dezembro de 1939, quatorze anos depois do seu regresso a Petró-

polis. Assim, D. Pedro e D. Teresa Cristina aguardam o Juízo final na aprazível e pitoresca cidade serrana que ambos muito amaram.

Na nossa confusa e atormentada época começavam a ser reconhecidos os verdadeiros valores do passado. D. Pedro II e sua consorte podem dormir tranqüilos, já obtiveram “a justiça de Deus na voz da História”.

Falemos, agora, do primeiro lugar que serviu de abrigo aos nossos ex-imperadores, quando a morte os chamou — o Panteão da Casa de Bragança em São Vicente de Fora.

Foi numa suave manhã de outono que, pela primeira vez, encontramos São Vicente de Fora. O grupo de turistas brasileiros buscava a Feira da Ladra, espécie de *Marché aux Pucés* lusitano, quando, ao desembocar no Largo de São Vicente, viu surgir, de chofre, a imponente fachada do mais belo templo de Lisboa. Mesmo os ultra-modernos, que se jactavam de possuir um “cérebro sadio” e criticavam Igrejas e Museus, sentiram-se abalados ante a grandiosa frontaria de calcário branco, que o tempo não conseguiu patinar. Beleza de proporções, majestade de conjunto, privilégio de situação, tudo, enfim, contribui para tornar o templo renascentista um dos primeiros de Portugal.

O autor da bela planta de São Vicente foi o italiano Felipe Terzi, discípulo de Giacomo Barozzio, o Vignola, que se inspirou na grande obra do mestre — a Igreja do Gesu, de Roma. Terzi veio para Lisboa durante o reinado de D. Sebastião, tornando-se, depois, o arquiteto de Felipe II. Ao italiano é atribuído, sem contestações, o monumental projeto da reconstrução de São Vicente, embora exista uma planta assinada por João Nunes Tinoco, na Academia de Belas Artes da capital portuguesa.

O rei espanhol encarregou, também, Terzi da execução do claustro filipino do Convento de Tomar e de muitas outras obras.

A reedificação de São Vicente de Fora, entretanto, atravessou todo o século XVII, pois a primeira pedra foi lançada em 1582, sendo a obra concluída, somente, em 1629. Concluída é modo de dizer, até 1704 ainda se trabalhava em São Vicente.

O belo templo sofreu em 1755 (terremoto de Lisboa) o desmoronamento do seu grande zimbório, que não mais foi reconstruído.

À direita da Igreja, estende-se o grande edifício do Convento que já funcionou, também, como Paço Patriarcal. Atualmente, nas diversas dependências do velho mosteiro, funcionam repartições públicas, o Liceu de Gil Vicente e o Museu de Nuno Álvares. Foi numa galeria, parte do antigo refeitório dos frades de Santo Agostinho, que se construiu o Panteão da Casa de Bragança.

Com o interêsse e a curiosidade alertados, nós, os brasileiros, passamos pelos claustros, ricos em azulejos, como, aliás, é todo o São Vicente, e por êles chegamos ao jazigo.

Foi D. Fernando II, viúvo de D. Maria II o regente do Reino (em nome de D. Pedro V), quem mandou edificar o Panteão, em 1855. Seu sogro, o nosso D. Pedro I, desde 1834 jazia em São Vicente. Êle e os demais mortos da família de Bragança foram, então, reunidos neste grande abrigo, que ó o Panteão. Há duas exceções: D. Maria I, sepultada na Basílica da Estrêla (por ela mandada construir) e D. Miguel, que, até hoje, dorme o sono eterno no exílio, em Bronnbach, Alemanha.

O "Jazigo" mede 33 ms. por 8 ms., sendo o seu risco de autoria de José da Costa Sequeira. Em 1932 foram nêle realizadas importantes obras de restauração, que, sobremodo, melhoraram o seu aspecto; obras estas executadas a mando do Govêrno de Portugal.

Assim, o Panteão é, atualmente, limpo, simples, severo mesmo, revestido daquela nobreza que só a morte confere.

Agora, depois da reforma, apenas três túmulos estão colocados no centro: o de D. Carlos e o de D. Luís Felipe (unidos), e o de D. Manoel II, último rei de Portugal. À cabe-



Corpo de D. Pedro II, depositado em S. Vicente de Fora — 1891.





Coroas que repousavam sôbre os ataudes de D. Pedro II e D. Tereza  
Cristina em São Vicente de Fora.

ceira dos dois primeiros, assassinados em 1908, há uma estátua, “ADor”, grande e pesada, destoando, um pouco, da austera harmonia do ambiente. Num dos extremos da galeria temos o túmulo (mármore e jaspe) de D. João IV, o restaurador.

Nas paredes longitudinais, dispostos em dois andares, infantes e princesas bragantinas, todos êles vedados por placas de mármore branco. Entre êles distinguimos os nomes tão familiares, para nós, de D. João VI, D. Carlota Joaquina, D. Amélia e, sobretudo, o de D. Pedro IV, o nosso D. Pedro I.

No Panteão repousam, ainda, o duque e a duquesa da Terceira e o duque de Saldanha, os heróicos companheiros de D. Pedro IV. Ali estiveram, também, até 1920, os nossos D. Pedro II e D. Teresa Cristina.

Fora do jazigo, numa capela, jazem dois filhos bastardos de D. João V, conhecidos por “Meninos de Palhavã”, por terem residido no Palácio dêste nome.

Antes do nosso regresso ao Brasil voltamos a São Vicente de Fora para um adeus definitivo ao nosso D. Pedro I e ao mais representativo edifício português.

A primitiva construção de São Vicente de Fora data do ano da tomada de Lisboa, 1147. O templo nasceu de um voto do primeiro rei de Portugal. D. Afonso Henriques fê-lo edificar no local onde pereceram os cavaleiros teutões que o ajudaram na conquista da cidade. A invocação ou o orago do templo deve-se, também, a êle, muito devoto de São Vicente, diácono de Saragoça, martirizado na época de Deocleciano. O corpo do santo, por ocasião da invasão árabe havia sido levado de Valença para o Promontório ou Cabo Sacro (depois Cabo de São Vicente). D. Afonso Henriques mandou buscar os despojos do mártir, depositando-os na Sé de Lisboa, em 1173.

Diz a lenda que, na embarcação que conduzia o corpo do santo, surgiram dois corvos, que nunca dêle se separaram. Esta é a origem das armas de Lisboa: um navio com dois corvos, um à proa e outro à pôpa.

Mais tarde outros vestígios do mártir, encontrados no Cabo Sacro, foram conduzidos para São Vicente de Fora. Estas relíquias são as únicas que chegaram até nós, pois a urna com os despojos do santo, depositada na Sé, ardeu por ocasião do grande terremoto, em 1755.

Assim, é São Vicente de Fora quem guarda, até hoje, relíquias e o culto do primeiro padroeiro de Lisboa.

O que foi o primitivo São Vicente de Fora, nem de leve, podemos imaginar, contemplando o majestoso templo de Felipe Terzi. Ambos, porém, tiveram as raízes plantadas no mesmo local, — o cemitério dos cruzados ou cavaleiros teutões, que auxiliaram o fundador da nacionalidade na conquista de Lisboa. Não cremos, portanto, que possa haver melhor túmulo para o Rei Cavaleiro.

Dorme êle o sono eterno no tradicional solo pátrio, embalado pelas vozes de seu povo, aquecido pelos leves ares de sua cidade natal.

#### BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, NORBERTO — Pequena Monografia de São Vicente. Ed. do Grupo dos Amigos de Lisboa.
- CALMON, PEDRO — O Rei Cavaleiro.
- CALMON, PEDRO — O Rei Filósofo.
- CELSO, AFONSO — O Imperador no Exílio.
- FLEIUSS, MAX. — D. Pedro II.
- HUISMAN, GEORGE — Histoire Générale de l'Art. Librairie Aristide Quillet.
- LIRA, HEITOR — História de D. Pedro II.
- MOSSÉ, BENJAMIN — Dom Pedro II, empereur du Brésil. Paris, 1899.
- SANTOS, PAULO F. — O Barroco e o Jesuítico na Arquitetura do Brasil. 1951.
- TAUNAY, VISCONDE DE — Pedro II. 2.<sup>a</sup> edição.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO. — Tomo Especial Contribuições a Biografia de D. Pedro II. 1925.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO. — Tomo Especial — Transladação dos Restos Mortais de D. Pedro II e D. Teresa Cristina. 1925.

## A CONDIÇÃO SOCIAL E A INDUMENTÁRIA FEMININA NO BRASIL-COLÔNIO

*SÍGRID PÓRTO DE BARROS.*

Conservador classe I do Museu Histórico Nacional

Há sempre uma presença feminina, notável ou anônima, se projetando na vasta iconografia que documenta nossas páginas históricas, quer compulsemos a obra de Franz Post, um Zacharias Wagner, Debret ou Rugendas ou mesmo de artistas menores, desenhadores toscos, gravadores, aquarelistas, que desde o século XVI, ilustram impressões de viagens, fixando cenas domésticas, movimentando com seus traços, senhoras de engenho, sinhás das Casas-grandes, proprietárias de chácaras ou tipos populares.

A iconografia é vasta, porém um elemento ajuda-nos a fixar a figura feminina à sua época: a INDUMENTÁRIA, que colocando a mulher na plenitude de suas graças, é capaz de aliar a beleza ao espírito. O desconhecimento da indumentária característica de cada povo ou época, tem conduzido pesquisadores e artistas à erros cronológicos, que poderiam ter sido evitados, se melhor fôsse feita uma sistematização de usos e costumes, sob uma orientação realista e objetiva.

A indumentária feminina no Brasil é a resultante da interpenetração de vários elementos de cultura. Já na carta de Pero Vaz Caminha, a certa altura, o nosso primeiro cronista, alude ao fato de terem os indígenas retribuído com um cocar de penas e um colar de contas miúdas à oferta dos brancos descobridores, de um gorro e um sombreiro. É a

primeira alusão à troca de influências que se verificaria, no choque de culturas e raças que se caldearam nestes quatro séculos de História, porquanto culturalmente somos um produto, não só de mestiçagem, mas também de transculturação.

Ao referirmo-nos à influência exercida pelo elemento indígena, teremos que assinalar não uma, porém várias tribos com as quais os portugueses mantiveram relações, tôdas entretanto portadoras de estágios culturais mais pronunciadamente diferentes do que semelhantes. Porém, o grupo que influiu mais preponderante foi, sem dúvida, o Tupi-Guarani, sendo os seus traços de cultura os que mais penetraram na sociedade criada pelo elemento colonizador. Já em 1551, Nóbrega assinalava a conveniência do casamento do colono com a mulher índia, com a devida licença do Arcebispo. Passando assim, a sociedade a girar sob o fundamento da família organizada.

As mulheres indígenas usavam os cabelos soltos ou presos em uma ou duas tranças enleadas com cipós finos, segundo os relatos de Staden, Lèry, Thevet e Abbeville. Cortavam, em sua maioria, uma franja na testa. Seus ornatos mais comuns eram flôres e sementes sêcas, enfiadas em diademas à meia frente ou cingindo tôda a cabeça. Com o algodão por elas cultivado, teciam macias *rêdes* e as restritas *tipóias*, que adaptadas às costas serviam para o transporte dos filhos pequenos. Sendo curioso observar, que no norte e nordeste do país, as pequenas rêdes, são ainda chamadas: *tipóias*. (1)

As cunhãs, é bem verdade, não poderiam transmitir-nos, uma indumentária característica — por não a possuírem —

---

(1) O uso da rêde, por estar de acôrdo com o clima teve larga aceitação em nossa sociedade colonial — foi leito e foi meio de transporte. As senhoras das casas-grandes, comandavam suas escravas e mucamas, sentadas em rêdes colocadas nos alpendres ou capiães.

O exagêro de seu uso chegou ao fato de algumas senhoras se fazerem transportar para o interior dos templos, em suas rêdes suspensas dos ombros dos escravos, e nelas permanecerem “aninhadas” durante os officios religiosos, o que foi objeto de formal proibição do Bispo.

mas tão somente uma pequena soma de hábitos, como: o gosto tão generalizado entre as nossas caboclas, de andar descalças, de tomar banho de rio, o uso de óleo de côco nos cabelos (que costumeiramente perfumam com cheirosos jasmims), as fitas e ornatos colocados a meio da fronte; são inegavelmente sobrevivências dos costumes indígenas, que permanecem nos hábitos das caboclas, que sãbiamente adaptam seus trajes ao clima tropical.

Por outro lado, o elemento português colonizador, não constituía uma raça, mas um conjunto étnico que vinha se formando à longos séculos. A herança lusa deu-nos o tronco básico sobre o qual se formou nossa sociedade. Evidentemente, tôda esta herança foi dosada e mesclada pela contribuição dos dois outros elementos étnicos: — o negro e o índio. Foi com êstes elementos que se forjaram valores da cultura, hoje peculiar ao brasileiro.

Entre outros traços legados pelo branco colonizador, vamos encontrar: — o tipo de habitação, o mobiliário, a culinária, a vida básica de família e o *traje*, que usado na Metrópole sofreu a influência do clima e das condições sociais.

\* \* \*

A vida da colônia nas primeiras décadas do século XVI, foi profundamente marcada por um caráter rústico e militar, que não deixava margem, em sua aspereza e hostilidade à faceirice de uma indumentária feminina de pura índole europeia.

A colonização sistemática se processou em fins do século XVI, fase áurea da expansão portuguesa. A Metrópole era o centro das grandes atividades econômicas da época; empório de produtos procurados pelos meios consumidores europeus. Senhores de possessões na Ásia e África, traziam consigo para o Brasil, elementos transplantados daquelas regiões e que devido às condições climáticas, difficilmente adaptar-se-iam ao solo europeu.

Produtos de finas e opulentas civilizações asiáticas e africanas foram doados ao Brasil e aculturados, em face de suas condições sociais e climáticas, como: o leque, o chapéu de sol, os móveis, a cerâmica da China e da Índia, plantas, especiarias, etc.

Foi ainda o elemento português o intermediário na transmissão de certos costumes árabes em nossa cultura.

Iniciada na colônia, a expansão agrícola, o homem afasta-se do litoral e tende a uma vida segregada em fazendas e engenhos situados às margens dos rios; tendo início também o ciclo pastoril, que deu margem à formação de uma intensa vida rural.

Nas incipientes aglomerações urbanas ficavam somente os mercadores e artífices para se ocuparem ds pequenos ofícios e negociar.

Os portos de Pernambuco e Bahia tornaram-se escalas obrigatórias das naus que voltavam do Oriente, abarrotadas de mercadorias de valor, como sêdas e veludos. Gabriel Soares aludindo ao luxo nos engenhos de açúcar e fazendas diz que "... as mulheres não vestiam, senão sêdas5..." consequência, por certo da prosperidade trazida pelo açúcar e pelo trabalho do braço escravo.

Transplanta-se o requinte oriental para os engenhos pernambucanos e baianos, onde em vez do mobiliário completo, de gôsto europeu, eram encontrados tapetes turcos de sêda ou esteiras de piripiri substituindo cadeiras e poltronas; onde as mulheres passavam a maior parte do dia sentadas à mourisca, com os pés, recatadamente, escondidos sob as saias, cosendo ou fazendo renda.

Ficavam afastadas completamente dos olhares dos forasteiros, quase que em cárcere privado; não aparecendo jamais aos estranhos. As moças solteiras, como narra Capistrano de Abreu, passavam parte do dia em suas "caminhas", espécie de quatro onde dormiam tôdas juntas. A esta submissão muçulmana contrapunha-se um domínio abso-



luto e despótico sôbre os escravos, sendo o som, de suas vozes estridentes, constantemente ouvido em ordens às mucamas.

As gravuras que ilustram a obra de Barleus, testemunho do domínio holandês no Brasil, fazem entrever por vêzes, a figura de uma senhora de "Modus gestandi lusitana" ou aninhada num couro de boi, envôlta em panos e xales. Outras vêzes, surgem figuras mais definidas, vestindo uma espécie de camisola de saia franzida, de tom escuro, e sem muita roda. Blusas com mangas compridas e fôfas, presas aos punhos; amplos dcotes. Por vêzes acrescentavam ao traje simples, um corpete justo, com alças sôbre o ombro. O elemento constante é a mantilha de côr clara, que cobrindo a cabeça, desce pelos ombros (evidente sobrevivência de hábitos árabes). É curioso notar-se que nunca surgem nas gravuras desta época no Brasil, modelos europeus como os sôbre-vestidos — Vertugade — a capa, a gola alta ou abundância de enfeites.

As índias, as negras, as mamelucas ou caboclas são apresentadas nestas gravuras num traje claro decotado e folgado, sem talhe, muito raramente com a cintura marcada, corpete justo e saia até os tornozelos, em geral em vermelho ou outro tom vivo, arrepanhada num dos lados, deixando entrever as anáguas e os pés descalços. Tanto homens como mulheres amarravam os cabelos com uma faixa de pano claro, passando pela frente e prêso atrás. Êstes são aliás, padrões que com insignificantes variações de ornatos e tecidos, se repetiram através dos tempos coloniais.

Diz uma relatório de Adriaen Verdonck (2) à Companhia das Índias Ocidentais, que nesta época, Olinda tinha "muitas e mui belas moradias, onde residiam pessoas de qualidade e bastante ricas", também a hospitalidade e a mesa farta, foi um dos pontos mais observados, havendo sempre a possibilidade de serem acolhidas de dez a doze pessoas;

---

(2) Negociante católico que estêve em Pernambuco entre 1618 e 1620.

mesmo que surgissem inesperadamente e vindas de onde quer que viessem, nada lhes seria cobrado pela cordial hospedagem fornecida.

Desta mesma fase, outro relatório de Adriaen van Bullestrate, faz alusão ao casamento de meninas de doze, treze e quatorze anos, casos que se repetiam ilegalmente, em todo o Brasil patriarcal; sendo até muito comum o fato dos noivos se encontrarem, pela primeira vez, no próprio dia do casamento. A escolha era acertada pelos pais, com única base na conveniência pecuniária, repetindo os enlaces dentro da própria família e recaindo, em geral, a escolha sobre primos, tios e sobrinhos, o que dava origem à grupos fechados de família — que fazem lembrar o espírito de clã, escossês.

À alegria e vivacidade da adolescência, sucedia após êsses casamentos, uma absurda maturidade aos dezoito anos, idade em que observadores estrangeiros descreviam as mulheres brasileiras, como matronas gordas de espáduas volumosas e de andar desgracioso e cambaleante, resultante do número excessivo de horas que elas permaneciam sentadas. Também, cedo perdiam os dentes e com êles estava perdido o encanto do traço da bôca. A pele sem viço, tornava-se amarelada. Em suas crônicas, Cardim alude ao uso de pintura no rosto, pelas senhoras das casas-grandes.

Enfim aos vinte e cinco e trinta anos, estavam transformadas em velhas de faces enrugadas.

Nas casas-grandes, a roupa caseira feminina, de uso diário, constava de uma camisa decotada com um cabeção picado de rendas e uma ampla saia franzida na cintura. O casabeque só começou a ser usado mais tarde. Andavam geralmente sem meias e calçavam chinelas. As crianças andavam nuas ou de sunga, até aproximadamente os cinco anos, quando passavam a usar, apenas camisas. Em ocasiões especiais, eram vestidas, com a austeridade e o rigor dos adultos, sendo mantidas, tão somente, as diferenças naturais das dimensões.

As jovens senhoras casadas prendiam os cabelos em coque (3) na nuca; as senhoras de mais idade, prendiam os cabelos ao alto da cabeça. As moças solteiras davam preferência a usar os cabelos soltos ou arranjados em cachos. As índias e as escravas procuravam repetir em seus penteados as formas usadas por suas sinhás.

Com a extrema simplicidade dos trajes domésticos, contrastava a opulência dos de cerimonia. Nos domingos e dias santificados, as senhoras saíam em seus palanquins forrados de veludo e damasco, fechados por grossas cortinas e pesados tapetes de cores vivas (azuis, verdes, e encarnados) e iam assistir aos ofícios religiosos na cidade. Os trajes confeccionados especialmente para essas ocasiões, seguiam os ditames da moda ibérica, e eram em veludo, sêdas pesadas, cetins, cambraias e cassas bordadas, mas sempre em modêlos frontalmente em desacôrdo com o clima tropical. Êstes trajes opulentos destinados quase que exclusivamente às atividades religiosas, foram irônicamente denominados no interior do Brasil de “roupas de ver a Deus”, que segundo comentaristas da época, podiam custar até mais de 400\$000. O Padre Antônio Vieira, num dos seus sermões (4) verbera o excesso de luxo e a penetração da vaidade feminina nos rituais religiosos, “. . . tem chegado o luxo e a vaidade das mulheres a tal excesso, que até nas Horas ou livros de orar, que levam à igreja, vão entre as fôlhas encadernados espelhos, nos quais estão compondo de novo seus enfeites, a fim de que as suas fervorosas orações não apareçam diante de Deus desacompanhadas deste ornato. . .” Na verdade, os breviários transformavam-se em magníficos acessórios, ricamente ornamentados e incrustados, enquanto os terços, ficavam nas mãos das senhoras mais idosas.

---

(3) COQUE — cocó, totó ou pirote, é o penteado feminino caracterizado por um enrodilhado de cabelos, um pouco acima da nuca. Foi denominado na Espanha RODETE e em Roma TUTULUS.

(4) Padre Antônio Vieira — Sermões — Vol. III, pág. 309, Livraria Chardron. Pôrto, 1907.

Nas classes de menor poder aquisitivo, o traje de cerimônia, sempre dispendioso, era um só e devia durar toda uma existência, tanto servindo para o casamento, para o batizado dos filhos e muitas vezes chegava a acompanhar seu possuidor à sepultura. Como na atualidade, as variações se faziam, tão somente, em torno da qualidade do pano e dentro de tons sóbrios.

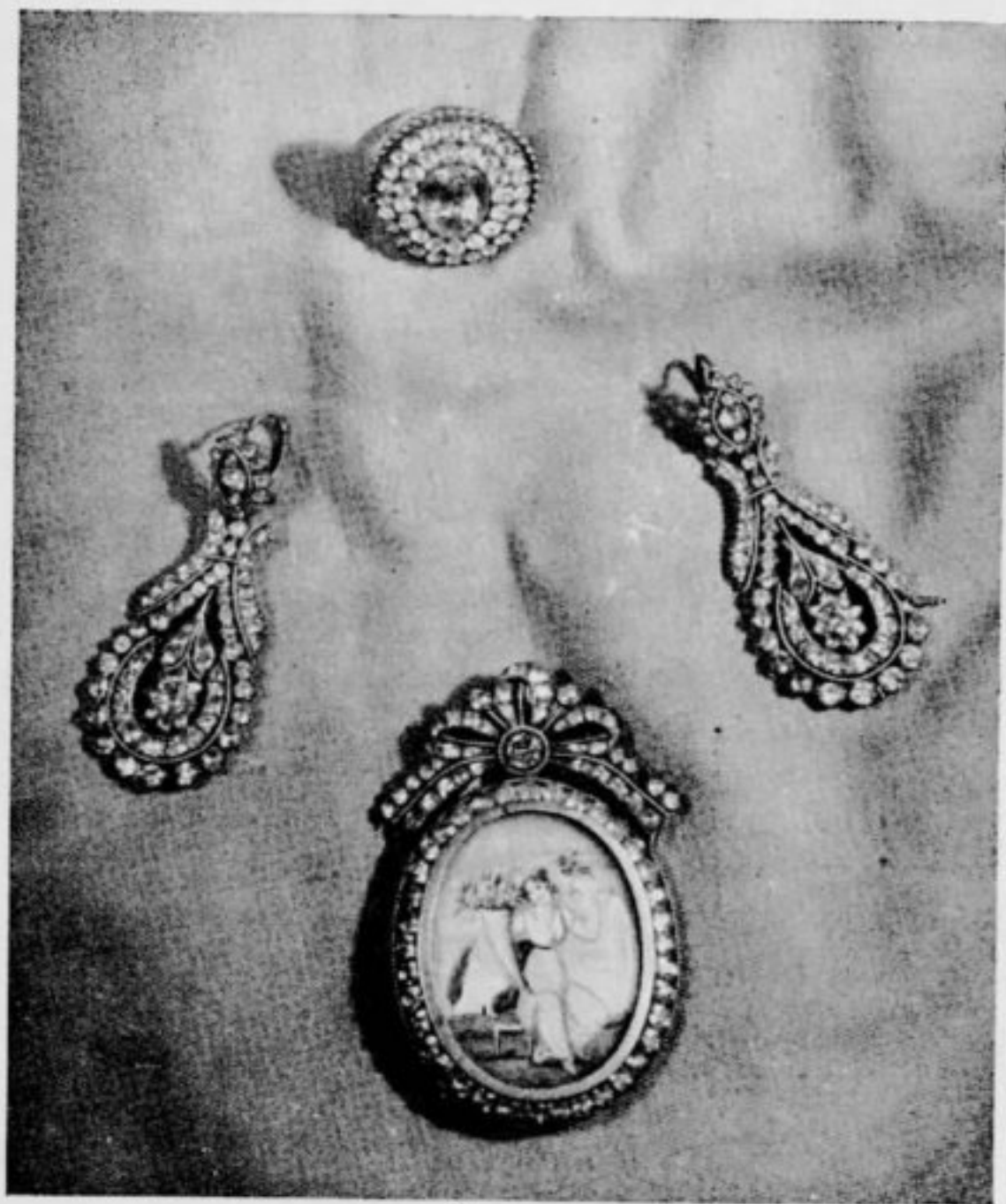
Largamente também eram usadas jóias: colares de ouro, cujo número de varas de cordão era sempre o índice da hierarquia de sua possuidora (fot. 1 e 2), brincos, braceletes, berloques em grande quantidade, como: — figas, bentinhos. Esta grande quantidade de jóias era guardada de ordinário em arcas ou pequenos cofres, ou por vezes, nas capelas das casas de fazenda. Expediente que servia para afastar a cobiça dos larápios, que naqueles tempos piedosos raramente, ousavam perpetrar roubos sacrílegos e despojar as santas de seus adereços. A continuação do hábito de adornar as santinhas com jóias, deu ao Brasil um cristianismo lírico e humano com as imagens da Virgem e do Menino Deus, ostentando coroas de ouro e diamantes e ornatos de toda espécie, como arrecadas, broches, colares de contas confeitadas, rubis, crisólitas, etc.; como se fôsem pessoas da própria família de seus possuidores.

Para dar ênfase à sua prosperidade, as sinhás se faziam acompanhar nos dias festivos, de mucamas ricamente adornadas em seus trajes de cetim, com becas de lemistes finíssimo e camisas de cambraia bordada. Este requinte de ostentação estendia-se ao farto uso pela mucama também, de jóias e tetéias, cujo valor, afirmam crônicas coevas, daria para comprar duas ou três outras escravas.

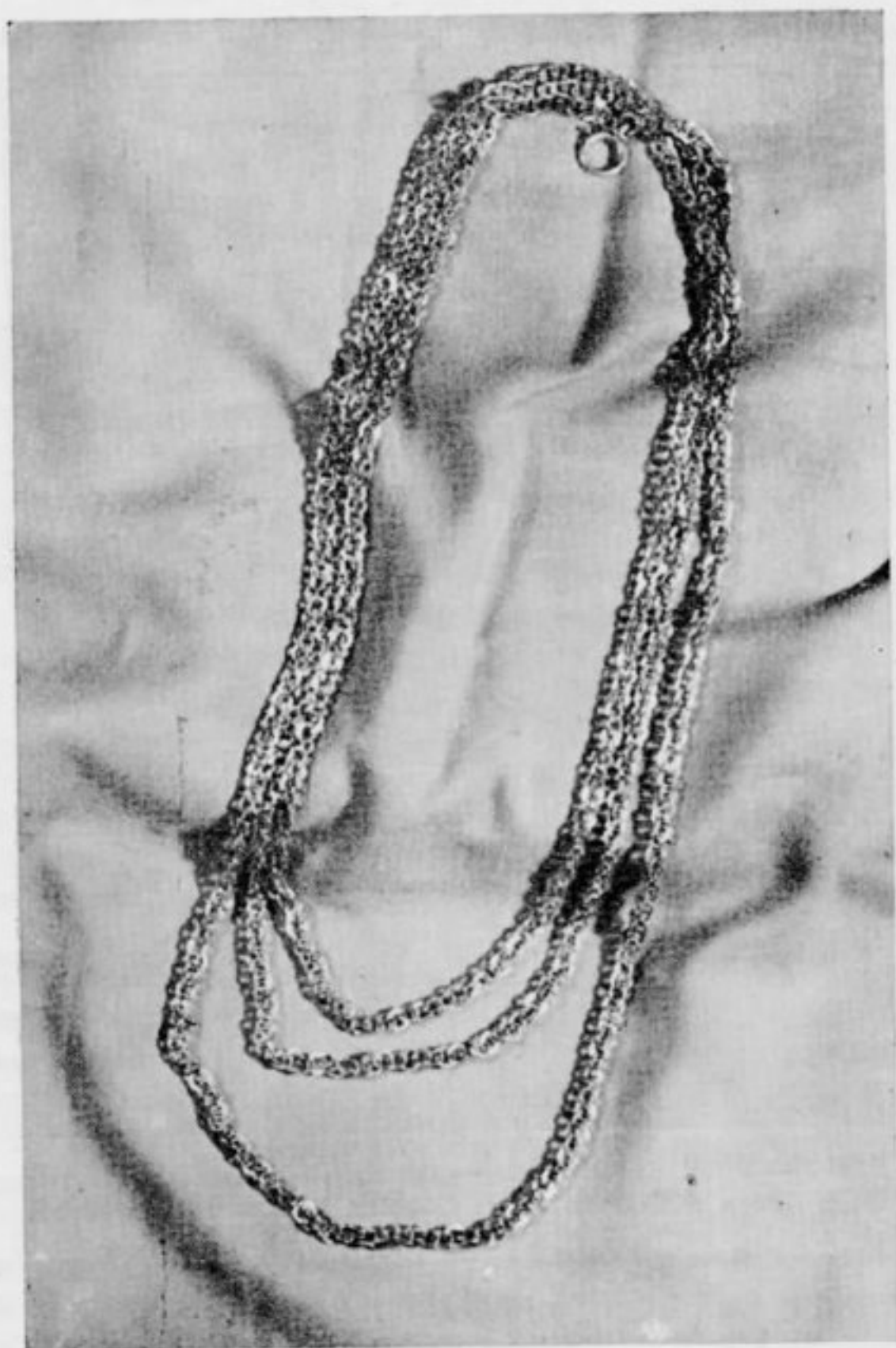
Todos estes produtos, largamente usados, eram introduzidos pelos bufarinheiros que penetravam nas brenhas levando objetos de diferentes procedências, como utensílios domésticos, fazendas, jóias de baixo preço e fácil aquisição (5),

---

(5) As jóias mais finas, bem trabalhadas e de ouro puro eram importadas do Reino, e vendidas nas nossas cidades litorâneas, por joalherias já conceituadas junto à uma freguesia de destaque.



FOT. 1 — Jóias de crisólitas — Século XVIII. Argolão, par de brincos e miniatura. (Das Coleções do Museu Hist. Nac.).



FOR. 2 — Colar de ouro — Século XVIII. medindo um metro e setenta centímetros.

(Das coleções do Museu Hist. Nac.).



miudezas entre as quais, a de melhor aceitação era o espelho — aliado inseparável da faceirice feminina, e que naquela época podia ser considerado um verdadeiro objeto de luxo, pois não havendo nem no Rio de Janeiro, na Bahia ou em Pernambuco, um espelheiro capaz de estancar um cristal, — os espelhos eram raros e artigo de importação.

Tentando pôr cêbro ao luxo excessivo e controlar as despesas da vida faustosa, o govêrno da Metrópole, nos séculos XVII e XVIII, lançou mão da intimidação do povo, através das Ordenações e das Leis da Suntuária ou da Pragmática. Contudo, pelo que já ficou exposto, foram inúteis as tentativas de cerceio aos gastos, considerados supérfluos.

\* \* \*

O fim do século XVII foi profundamente marcado pela descoberta das minas, passando o eixo econômico a deslocar-se do norte para o sul, desde o dia em que foi verificada a extensão e a riqueza das lavras.

Já em princípios do século XVIII teve início uma larga exploração das novas regiões, sendo então substituída a base agrária pela mineração do ouro e mais tarde também dos diamantes e pedras preciosas. Nas regiões auríferas, o desperdício do ouro e diamantes foi tanto, que sobrava até para os escravos, que após lavrar para seus senhores, sempre achavam meios e modos de guardar algumas faíscas, que um dia lhe assegurariam a compra da alforria e depois até a compra da liberdade da mulher e dos filhos, pelo lucro advindo como trabalho livre.

À despeito de ser o mineiro obrigado a entregar o ouro à Casa de fundição, onde o govêrno deveria receber o Quinto, os descaminhos do ouro continuavam a processar-se, e em meados do século XVIII já eram conhecidos na colônia, ourives, lapidários, cravadores e fundidores, entre oficiais brancos e escravos. Para coibir êste desembaraço, mal visto pela Côrte, leis foram promulgadas impondo penas, como: prisões,



confisco, degrêdo na África e Índia, contudo os descaminhos e o luxo subsistiam. O Bando de 31 de julho de 1751 mandava expulsar os ourives das minas, e uma Carta Régia de 30 de junho de 1766 proibia em todo o Brasil o ofício de ourives. De onde conclui-se que, mesmo sendo a colônia, o maior centro produtor de ouro (desde o século XVII), a arte da ourivesaria só aproveitava aos escravos, que embora às voltas com as limitações e proibições, nos legaram peças que são monumentos de beleza e originalidade.

Tôda esta movimentação de riquezas atrairia, inevitavelmente, correntes migratórias que iriam atuar de forma intensa no intercruzamento étnico e cultural de nosso país. Novos valores surgiram e se fixaram, em meio à ostentação e o luxo, havendo como que uma elevação das classes sociais.

Fazia-se necessário um escoadouro rápido da produção, e o ponto sôbre o qual recaíram as atenções, foi o Rio de Janeiro, que nesta época começava a apresentar um certo desenvolvimento, em virtude das atenções da Metrópole terem convergido para a capital do sul, como consequência do domínio espanhol, seguido das invasões holandesas.

Através do século XVIII a praça comercial do Rio se expande, e a cidade aos poucos, vai ganhando novos aspectos. Tem ainda, contudo, uma vda acanhada e tosca.

Nas habitações de melhor padrão, as mulheres cuidavam da faina caseira, preparando doces, bordando ou fazendo renda de almofada, enquanto a velha avó sentada à um canto rezava o têrço ou contava histórias aos netinhos. Diz Capistrano de Abreu, que até as refeições eram tomadas separadamente. Primeiro eram servidos os homens, a quem se destinavam as facas. Depois as mulheres e as crianças, em geral, sem talheres, servindo-se dos alimentos com as mãos.

Isoladas em suas residências, apenas entreviam as ruas pelos muxarabies das fachadas, e sômente às mucamas competia, através dos postigos e gelosias, chamar e lidar com os vendedores ambulantes. Esta clausura foi a origem da intensa vida doméstica que caracteriza fundamentalmente, a

cultura do elemento branco colonizador. Costumes ancestrais prendiam-nas à fiscalização e manutenção da numerosa família, sempre de 12 ou 13 filhos. Os filhos homens, cedo se afastavam para as cidades maiores, enquanto as filhas logo traziam-lhes o consôlo da nova descendência. Em seus hábitos rotineiros levantavam-se cedo, tomavam seu banho matinal e após o rápido passeio pela vivenda, entregavam-se às atividades domésticas ou ao repouso.

Nenhuma influência tinham na vida dos maridos, ou mesmo no desenvolvimento dos filhos. A nota profunda era dada pelo patriarcado. O lidar com o elemento servil e a constante reclusão embotava-lhes o espírito e as formas. Sabiam suas preces de cor e calculavam de memória — sem escrever — e se executavam trabalhos de agulha, deixavam tudo mais a cargo das escravas.

À falta de maiores conhecimentos e leituras, levava-as a compor um código amoroso, usando flôres, o abrir e fechar dos leques, o agitar de lenços, tudo executado durante o culto religioso, que lhes dava o único pretexto de participar de reuniões públicas; onde suas prenesças eram marcadas, pela suave fragância da água de flor de laranjeira, apreciada essência preparada pelos incipientes perfumistas coloniais.

Saindo, nunca estavam lado a lado do espôso, e sim em posição especial numa fila indiana, cuja cabeça era o espôso, seguido dos filhos, depois vinha a espôsa seguida por sua vez da mucama e dos demais escravos (Fot. 3). Só no século XIX, quando se acentuou a influência francesa, em nossos costumes, é que as mulheres passaram a sair de braço com seu marido, e as jovens aos pares.

Ainda pelas tradições européias, a mulher viúva vestia o prêto, pelo resto de sua existência (numa sobrevivência do burel, branco ou do DO — chita de dó ou pano de dó do século XV, denominação que resistiu ao tempo no Brasil). O hábito de usar o roxo ou lilás para “aliviar o luto” é costume bem mais recente; pois data da última metade do sé-



FOT. 3 — "Um funcionário sai a passeio com sua família."  
J. B. Debret, prancha 5 in "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil".

culo XIX. Pelo interior do Brasil, foi comum o fato de as viúvas cortarem os cabelos à maneira masculina, em sinal de renúncia às vaidades femininas. Por outro lado foi usadíssima a PENA POPULAR DO CABELO CORTADO, tida como infamante, que mandava cortar o cabelo às mulheres de “má vida” e expulsá-las da cidade (6).

Em fins do século XVIII e começo do XIX começou a fazer-se notar o uso de uma espécie de balandrau com capuz, quase sempre em tecido fino, côr de rapé ou verde escuro — preferido pelas senhoras idosas a que o povo denominava *SUTUÉ*. Outras vêzes eram confeccionados com grandes golas de veludo que caíam até o meio das costas, à semelhança de murça. A origem do vocábulo Sutué, é ignorada, embora seja registrado em diferentes pontos do Brasil.

Nas regiões mais frias, as mulheres acrescentavam ao simples traje caseiro, um “quimono”, peça de origem oriental, introduzida no Brasil pelos portugueses. O vocábulo em corruptelas sucessivas, ora surgia como — *quimão, queimão ou timão*. Esta espécie de bata, era confeccionada em chita ou em pano grosso de lã, em geral de côr escura. Num passado menos remoto, a mulher de baixa condição era apodada de “mulher de saia e *timão*”.

Também os homens adotaram em sua indumentária, o quimono, à guisa de “chambre”, colocado sôbre a roupa caseira comum (camisa e ceroula) ao ser inesperadamente anunciada uma visita. Também foi de uso infantil, para estar em casa ou em tecido especial designava a roupa para cerimônia, sendo registrada a expressão — “timão de batizado”.

\* \* \*

As atividades sociais restringiam-se à pequenos grupos, que giravam em tórno de tímidas assembléias familiares, em

---

(6) Luís da Câmara Cascudo, Dic. do Folclore Brasileiro. Cabelos — pág. 133.

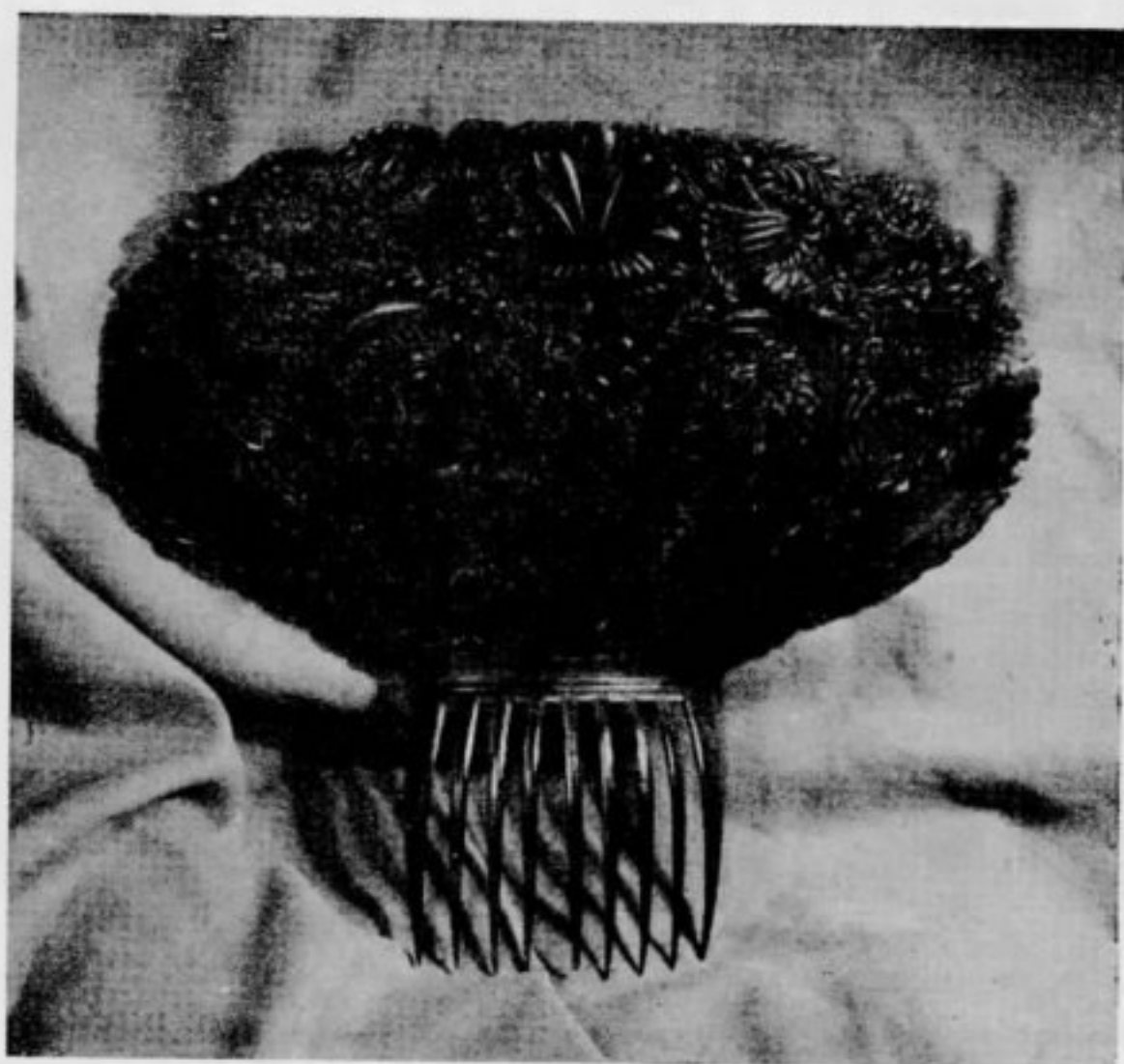
que jogavam o gamão ou ouviam viola, sob o austero olhar policial do chefe da família. Foi pois em vão, que o Conde de Bobadela tentou conseguir a participação feminina nas festividades programadas para homenagear a oficialidade francesa em visita de cordialidade à cidade do Rio de Janeiro. Não havendo um só chefe de família concordado com a presença de suas filhas ou espôsas no baile, teve o governador que lançar mão de um ardil (7), fazendo surgir no salão de festas, alguns jovens em "travesti". Mas logo a farsa foi descoberta pelos franceses, que reputaram como muito mau gosto, o expediente de vestir rapazinhos "à Pompadour" e fazê-los dançar desgraciosamente pelo salão.

\* \* \*

Sòmente as festas dos diferentes santos, a Semana Santa, as procissões e funerais suntuosos ofereciam oportunidade às mulheres de participar da vida coletiva da cidade. Mesmo assim surgiam envôltas em trajes semelhantes a um dominó prêto, chamados *Rebuços*, já assinalados em Portugal por Sebastião José Pedroso em sua obra "Itinerário de Lisboa a Viana do Minho", quando faz menção a "... mantilhas fúnebres em que andavam amortalhadas muitas beldades portugêsas..." Largamente também foram usadas as mantilhas, presas ao alto da cabeça por grandes pentes ou marrafas de marfim ou tartaruga, moda que perdurou através do século XVII, XVIII e segunda metade do XIX. Êstes vistosos pentes, de guarnições côncavas, elípticas ou trapezoidais, apresentavam finos ornatos rendilhados, incrustações de pedraria, prata, ouro; ora em formas ingênuas, recortadas em fôlhas e flôres (Fot. 4) ou em figuras geométricas. Eram de origem espanhola (peinetas) e no Brasil foram bizarramente denominados *Trepa-moleque*, pelo fato de terem alguns pentes mais de 30 cms. de altura, que somados à sua colocação na

---

(7) La Flote, "Essai sur l' Inde", citado por Luiz Edmundo in "Olhando para trás" — Rio de Janeiro, 1954.



FOR. 4 — Pente-Trepa-moleque em tartaruga para toucado e mantilha.  
(Das coleções do Museu Hist. Nacional).



parte posterior da cabeça, por sobre o coque das senhoras, constituíam um tão sólido e elevado conjunto, que facilmente, dizia a voz popular, permitiria que um moleque por ali subisse. Popularmente, foram também chamados de *Tapa-Cristo ou Tapa-Missa*, alusão ao fato de impedirem a visão da elevação durante a missa, de quem ficasse na igreja, por trás de uma senhora assim ornamentada.

O Museu Histórico possui, em suas coleções, sete pentes "Tropa-moleque". Exemplares magníficos em variado motivo decorativo.

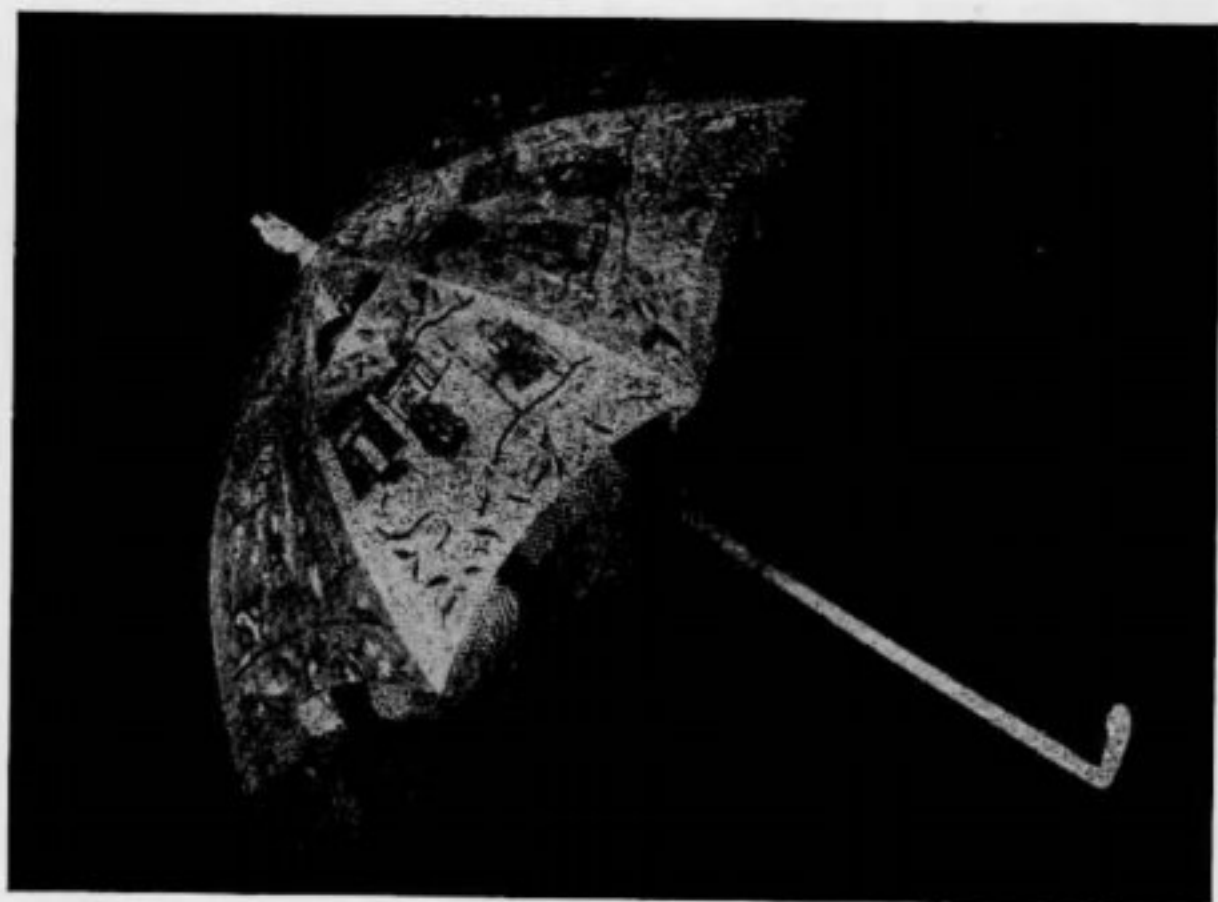
Entre os acessórios mais usados pela indumentária feminina, não podemos deixar de aludir aos chales, sombrinhas e leques, todos objetos de origem oriental.

A exibição de vistosos *chales* constituía motivo de orgulho para as suas possuidoras. Os preferidos eram os de finíssima sêda de Tonquim (Indochina), com delicadas franjas, ora lisos ora com sugestivos desenhos matizados. Mário Sette recolheu a seguinte quadra, à propósito:

*"Meu pai quero sêda,  
quero um chale de Tonquim.  
Quero um anel de brilhantes,  
quero um leque de marfim."*

Na metade do século XVIII, surgiu o uso de *sombrinhas*. À princípio muito pequenas e que aos poucos foram sofrendo uma variação de ornatos, formas e cores. Foram muito comuns na época, as de sêda com franjas. O M.H.N. possui um exemplar, que no século XIX, pertenceu à Marquesa de Santos. (Foto 5). É em sêda de Tonquim com delicados motivos coloridos bordados à mão, tem franjas multicores, ponteira e longo cabo finamente trabalhados em marfim.

Do oriente, em meados do século XVII em diante, começaram a chegar à Europa os *leques* que também foram trazidos para o Brasil. De grande utilidade em face de nosso clima, não deixaram de ser belos ornatos e aliados ideais da coqueteria de uma indumentária citadina. Em suas fôlhas



FOR. 5 — Sombrinha de sêda de Tonquim. Pertenceu à  
Marquesa de Santos.  
(Das coleções do Museu Hist. Nac.).

de sêda, pergaminho, renda, papel, filó e linho, se desenrolavam cenas de fino sentido ornamental, ou eram compostos finos bordados. Varetas de marfim, madreperola, prata, ouro, tartaruga, xarão, filigrana, sândalo, osso, etc., completavam a riqueza do conjunto. Era afirmação corrente na Europa, que "... uma senhora sem leque correspondia a um cavalheiro sem espada..." A Coleção Miguel Calmon do M.H.N. possui belos e raros exemplares de leques europeus e orientais, todos de grande originalidade e riqueza. A foto 6, apresenta uma delicada peça dêste gênero. Trata-se de um leque do século XVIII, com varetas de marfim finamente trabalhadas, obra chinesa. A montagem contudo foi feita na França. A fôlha apresenta na frente: "cena clássica — os gêmeos, filhos da Vestal Réa Sílvia, Rômulo e Remo, levados à presença de Amúlio, usurpador do trono de Alba a Longa, que os condena a serem expostos às margens do Tibre. Nas costas, figura feminina erguendo um cajado." (8)

O último têrço do século XVIII, na Europa, foi marcado pelo matiz sentimental introduzido na literatura por Jean Jacques Rousseau, resultando no que tange à indumentária feminina, numa série de ornatos e adereços, cujo valor material era bem restrito, porém de grande poder evocador. Em medalhões, braceletes os motivos ornamentais eram compostos pela sutil combinação de fios de cabelos, que também reunidos e entrançados, formavam curiosas fitas que serviam de pulseiras ou cadeias de relógio. Nos lenços, presente tradicional de namorados, matizavam-se os desenhos (flôres, iniciais, figuras ou pássaros) com os vários tons de cabelos.

O Museu Histórico Nacional possui variados exemplares que testemunham a influência romântica na indumentária, mas que naturalmente penetrou no Brasil com certo atraso, porquanto os braceletes, cadeias e lenços, assim confeccionados que integram as coleções são exemplares de meados do século XIX.

---

(8) Gustavo Barroso, "A Coleção Miguel Calmon no M.H.N.", pág. 145. Rio de Janeiro — 1944.



FOR. 6 — Leque — Século XVIII — Obra chinesa. Montagem feita na França.

(Das coleções do Museu Histórico Nacional).

Outro detalhe característico da indumentária feminina no Brasil, cuja origem está por certo ligada aos tempos coloniais é a frequência do uso da cor vermelha, tanto entre os tipos caboclos puros, como híbridos, no nordeste e no extremo norte, ou em São Paulo e Rio de Janeiro. A preferência por esta cor viva, talvez esteja associada à herança mística indígena, de proteção contra as influências más, que veio transformar em vestimenta a pintura do corpo com urucu. Ou talvez, ainda, deva-se à sobrevivência de elementos culturais árabes ou negros, que se repetem nos turbantes, saias e chales das mulheres dos candomblês (Xangôs ou Macumbas) e que está sempre presente em tôdas as atividades e folguedos dos reisados e maracatus. Esta preferência pela cor vermelha, é portanto inegavelmente um produto das três influências raciais, resultando num costume místico para afugentar os malefícios, que se mantém e prolonga na sedução contante pelo brilho da cor, que sugere o colorido primário, atraente e violento.

\* \* \*

As senhoras mais ricas usavam como meio de transporte cadeirinhas ou serpentinas, legado da cultura luso-espanhola, que no Brasil teve larga aceitação, chegando a transformar-se num sestro do século XVIII. Sendo sua possuidora abastada, fazia-se presceder de uma mucama ataviada domingueiramente, que carregava a bolsa e o livro de missa de sua sinhá, bem como servia a esta, para transmitir ordens aos escravos carregadores da cadeirinha, que vestiam librés luzidias, mas andavam descalços.

Uma ordem de 1723, do Ouvidor Antônio Abreu Grade, restringia o uso das cadeirinhas às senhoras de origem nobre ou tão somente às casadas com fidalgos. Ordem que, evidentemente, teve pouca aceitação, pois não foi pequeno o número de mestiças que alcançando posição financeira, primavam em exhibir nas festas públicas, cadeirinhas pomposamente orna-

mentadas, ao gôsto barroco, em dourado contrastando com os tons brilhantes das cortinas de veludo agaloadas e sobrecarregadas de franjas e laços de fita.

Sendo úteis e necessárias, as cadeirinhas foram também adotadas pelas famílias remediadas, que muitas vêzes as guardavam suspensas no teto do corredor de suas residências.

Para casamentos, uma era reservada ao transporte da noiva e outra destinava-se à madrinha; seguindo o noivo e o cortejo a pé.

O casamento foi sempre um dos fatos que maior atenção atraia, na vida do Brasil colonial. As cerimônias mantinham em geral, as mesmas tradições características de Portugal, em se tratando das classes mais elevadas; contudo nas demais passaram a sofrer influências locais e a aliar à tradição, costumes curiosos que as páginas de nosso folclore registram. Por mais humilde que fôsse a família não deixava de oferecer aos amigos, uma pequena festa comemorativa das bodas, para fugir às ameaças da superstição que vaticinava vida "misérável" (pobre, cheia de dificuldades) aos que não tivessem feito uma festa no dia do casamento.

Nas famílias melhor aquinhoadas pela fortuna, as festas chegavam a durar de seis a sete dias. E os convidados eram tão numerosos, por vêzes, que obrigavam aos senhores de engenho, a mandar construir barracões e alpendres, especiais, para alojá-los.

À chegada dos noivos á residência, mandava a tradição que troassem as roqueiras (9) num espocar ruidoso de alegria.

Durante o baile, era de bom tom, que os noivos permanecessem sentados no sofá da sala, em longa exposição. Trazia boa sorte, distribuir os cravos (10) do "bouquet", mor-

---

(9) *Roqueira ou ronqueira*, denominação dada no interior do Brasil, a uma pequena peça de carregar pela bôca, feita de um cano de espingarda ou pedaço de ferro, prêso a um toro de madeira, à guisa de carreta. As antigas ronqueiras disparavam balas de pedra.

(10) O *cravo* de forma geral, foi a flor mais popular e tradicional da Europa, desde o século XV. E no Brasil surgia, ora ornando os



didos pela noiva, entre as moças e rapazes. Os presenteados casariam logo.

A noiva jamais deveria dar, peça alguma de seu traje nupcial, porquanto isto implicaria em dar a outrem a sua sorte ou felicidade. Os escravos mantinham as suas tradições tribais, assim os Malês iam à presença do Lemane (sacerdote), continuando as tradições do Amurê. A noiva vestia-se de branco, tendo o rosto coberto por um véu de filó e o noivo trajava bombachas (de influência oriental).

\* \* \*

Se as próprias cidades litorâneas custavam a sentir as novas tendências européias, o que dizer das distantes cidades do interior. O que lá se passou através dos dias coloniais, só ficou registrado através das tradições folclóricas, e de crônicas esparsas de viajantes, ora enamorados da terra, ora profundamente inclinados a ridicularizar, usos e costumes por vezes denunciando um atraso até de um século. Ferdinand Denys, por exemplo, em andanças pelo interior, através de Sabará, Mariana e Vila Rica ainda viu senhoras trajando ao gosto do século XVII.

Algumas gravuras mostram damas em viagem, umas em liteiras puxadas por animais ou carregadas por escravos. Outras montadas à amazona e vestindo um longo sobretudo escuro, a cabeça protegida por um chapéu de feltro redondo, meias botas com longas esporas de prata (sul) e um fino lenço de "mousseline" passado no rosto, para proteger contra a poeira da estrada.

A falta de divertimentos públicos faz compreender a frequência das festas religiosas em que "... sobressaiam principalmente as procissões de grande luxo, com certo apa-

---

cabelos, ora em ramalhetes, presos à cintura. Tornaram-se indispensáveis, como agentes de um código amoroso de sinais, entre os namorados dos dias coloniais.

rato teatral e jogralesco...” (11), quando Frei José Fialho fala da “profanidade com que se trajavam as pessoas do sexo feminino, usando modas e inventos diabólicos”, pois mesmo nas procissões, por volta de 1750, apareciam grandes decotes, mal velados de “écharpes” de Veneza, luvas de pala de cordovão e sapatos de salto de perdiz; cabelos penteados exòticamente e adornados faustosamente com grampos de diamantes. Os objetos e peças da indumentária chegavam ao interior por preços exorbitantes, que só podiam ser pagos por pessoas de regiões mais ricas ou enriquecidas por ganhos rápidos que lhes aumentavam a prodigalidade. Froger, em fins do século XVIII, em sua viagem com a esquadra de M. de Gennes, diz que os habitantes da Bahia “...n'épargnant rien pour les femmes, dont ils sont extrêmemment jaloux...” (12).

Cêrca de 1760, Frei Anibal de Gênova, citado por Wanderley Pinho (13) diz que as pernambucanas não mais viviam enclausuradas, nem escondidas, mas já eram vistas mais freqüentemente, mostrando-se afáveis no trato, ostentando flôres nos cabelos e mantilhas de renda ou gase, e jóias de ouro e crisólitas. Nas grandes ocasiões, penachos e bordados de lantejoulas. Seus leques se agitavam constantemente, num toque de garridice impôsto pelas condições climáticas.

Para o sertão mesmo não houve qualquer preocupação de atualizar a indumentária. Nas terras agrestes se forjou uma raça bem mais pura que a do litoral, com pouca mestiçagem com o índio e quase nenhuma com o negro. Homens corajosos para o trabalho, sóbrios na alimentação, e vivendo simplesmente uma vida pastoril e agrária que não deixava margem ao luxo, em sua aspereza.

\* \* \*

---

(11) Capistrano de Abreu, “Capítulos de História Colonial, pág. 281.

(12) Oliveira Lima, “Formation historique de la Nationalité Brésilienne” (série de conferências feitas na Sorbonne) — Paris, 1911.

(13) Wanderley Pinho, “Salões e Damas do II Reinado.” S. Paulo, 1942.

É inegável que foram variadas as influências que se fizeram sentir na indumentária usada pela mulher no Brasil. Contudo uma das mais curiosas foi o conjunto de objetos e detalhes introduzidos, pelas mucamas e amas de leite, escravas negras, que participando da vida doméstica dos brancos, se tornavam indispensáveis, pela dedicação e índole carinhosa, aos filhos dos senhores e traziam além do mais, uma nota alegre ao ambiente taciturno português.

Em geral, elas mesmas fiavam e teciam suas próprias vestes, porquanto para evitar a concorrência brasileira na indústria, a Metrópole, pelo Alvará de 1785, limitava nossa indústria aos tecidos grosseiros para uso dos escravos. Por outro lado, também, era proibido o uso de certos tecidos de maior categoria e qualidade, à mulher escrava, ficando êstes reservados às suas senhoras.

Quer na orla marítima, no interior ou no nordeste, adotaram um calçado de origem árabe, as alparcatas, que se resumiam numa sola de couro presa ao pé por meio de correias, ou simplesmente andavam descalças.

Seus cabelos curtos e difíceis de acomodar, exigiam um maior cuidado nos enfeites; usavam, então, dividí-los em duas porções subdivididas por sua vez num enorme número de trancinhas. Os negros livres, ou escravos de senhores abastados, marcavam sua posição, com uma tira de crina bordada com contas e pingentes, colocada sobre a fronte, ou entrançavam os cabelos com vidrilhos, que caíam até os ombros. Em geral, preferiam amarrá-los com uma garrida tira de pano, que os acomodava e protegia da poeira, dando maior ar de asseio. Junto à orelha, sempre um raminho de arruda, para livrar dos malefcios.

Entre os adornos mais curiosos, citam-se os usados pelos escravos provenientes do Congo. As mulheres usavam uma série de pulseiras de metal dourado, cujo número variava segundo a condição hierárquica, de sua possuidora, dentro do grupo tribal. Estas pulseiras em geral, ornadas com motivos geométricos, foram denominadas *Malungas*, vocábulo de

origem africana, que anteriormente à abolição do tráfico, designava o escravo — *Malungo, companheiro de viagem*. Depois de 1850, perdendo a sua razão de ser, o vocábulo passou a ter outra aplicação, numa translação semântica, designando as pulseiras usadas pelas escravas. Em nossos dias, a denominação *Escravas* serve para designar uma coleção de finos braceletes, usados pelas mulheres, em número variado, em ouro, prata, com pérola ou pedraria, ou resume-se tão somente numa longa pulseira lisa ou fartamente ornamentada com variados motivos decorativos.

\* \* \*

Não podemos deixar de fazer referência, dentro das sobrevivências culturais negras, à cultura Guineanosudanesa islamizada, notadamente ao Grupo dos Haussá (negros maometanos), que no Brasil se mesclaram com os jorubas, de alto nível cultural e que se conservaram fiéis à seu culto religioso. Mesmo espalhados pelas senzalas, importavam da África, seus objetos de culto, o azeite de dendê e acessórios de sua indumentária, como o chamado "pano da Costa". A predominância dos escravos sudaneses no Salvador, explica o fato de tôdas as demais negras daquela cidade adotarem o seu traje característico, que possuía um evidente sentido sócio-econômico-religioso. "Foi o matriarcalismo que decidiu da fixação do traje típico da negra, o que não se deu nas regiões em que o influxo negro foi menor ou diluído.

Enquanto o traje do homem negro se perdeu, dissolvido no meio, a vestimenta da mulher negra persistiu e tornou-se uma expressão da tradição". (14)

A negra baiana era a vendedora e era a sacerdotista. Os trajes das "filhas de santo" obedecem a determinadas regras, a côr de seus colares varia de acôrdo com o dia do santo.

---

(14) Joaquim Ribeiro, "Folclore baiano" M.E.C. R. de Janeiro — 1956, página 19.



FOT. 7 — "Bahiana endomingada," escultura em casca de cajazeira de Erotides Américo de Araújo Lopes. Observe-se a colocação da penca de balangandãs na cintura. (Das coleções do Museu Hhist. Nacional).

Se o traje se difundiu na larga zona de influência negra, não apareceu, contudo, no meio rural, pois enquanto os *bantus* eram preferencialmente enviados às regiões agrícolas e pastoris, os negros *sudaneses* eram mantidos nos centros urbanos, em face de sua cultura material elevada, que os tornava mais úteis nos maiores centros citadinos.

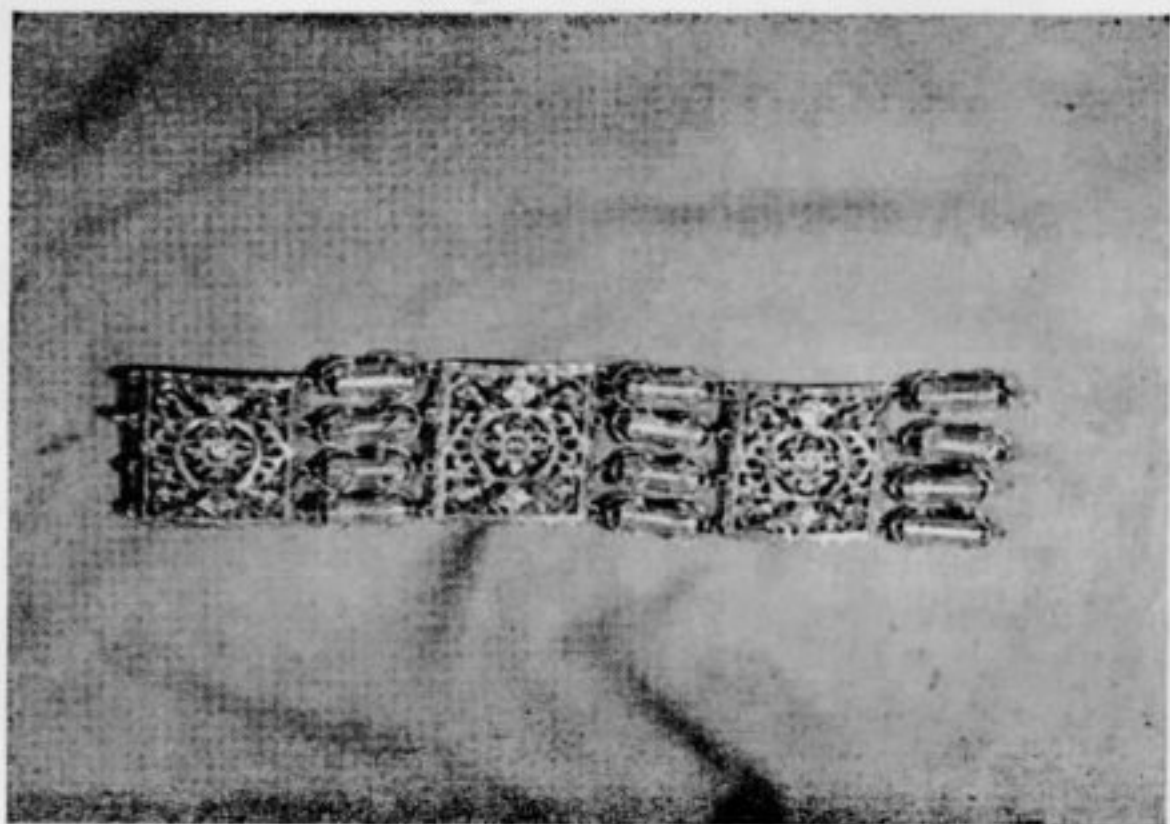
Assim ficou famoso o traje das negras doceiras, e vendedoras de aluá, altas, de porte aristocrático, que eram logo reconhecidas dentre as demais, tanto pela garridice como pela riqueza de seu traje característico. (Foto 7).

*Turbante ou rodilha* de gosto muçulmano. Jóias com predominância de ouro e ausência de pedrarias. *Argolões* de ouro nas orelhas. Pescoço e colo, recobertos de cordões de ouro, *quimbembèques* como: figas de Guiné, estrêlas marinhas de prata, objetos de culto fálico, fieiras de missangas, contas coloridas, colares de búbios. *Cabeção de renda*, envolvendo o busto. Largos *braceletes de ouro* cinzelado, com figuras exóticas, de quase 10 centímetros de largura, tanto usados nos braços como nos antebraços. (Foto 8). Várias saias de linho alvo para armar a chamada *saia nobre*, que poderia ser rendada ou adamascada de côr viva. O *chale riscado* de "pano da Costa", atravessado aos ombros. Prêsa à cintura, a *penca* de balangandans (Foto 9) de prata, (em geral do lado esquerdo) com suas figuras dos mais variados motivos (15), *chinelinha* na ponta do pé.

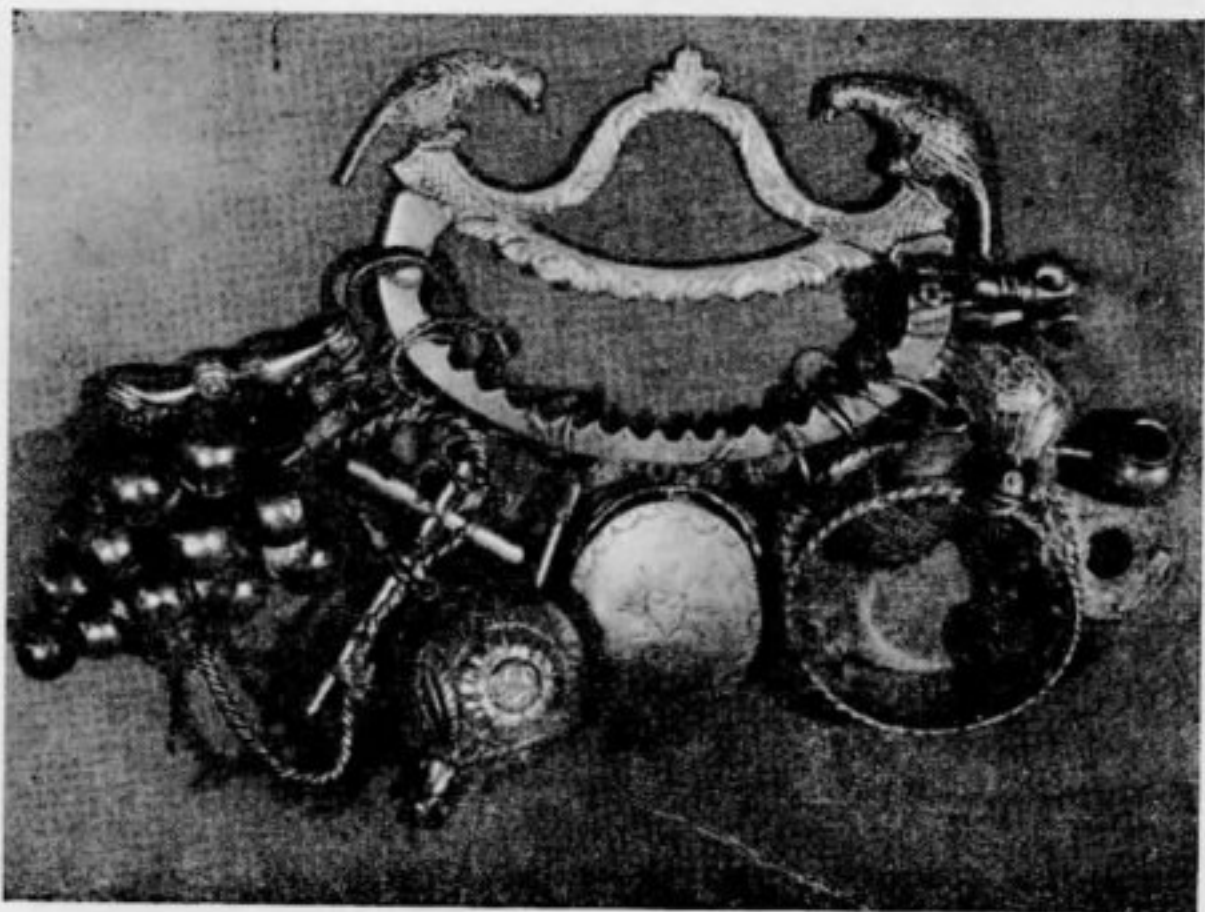
---

(15) O vocábulo Balangandã tem diversas variantes: — barangandã, berenguendén, belenguendén, balançançan, é tipicamente onomatopaico e designa uma coleção de miniaturas de ouro, ou mais comumente de prata, reunidas numa argola ou fivela de formato especial rematada nos cantos por figuras de aves. Em sua parte superior passa uma corrente que serve para fixar a penca ao lado esquerdo da cintura da baiana. A argola presenta, em sua parte interna inferior, sulcos para impedir que as figuras se desloquem de um extremo para o outro. Suas figuras ora são zoomórficas, ora fitomórficas, ergológicas ou mitomórficas, outras vêzes seguem motivos místico-superticiosos, mnemônicos ou lúdicos. São uma síntese de crenças e supertições.





FOT. 8 — Bracete de ouro de uso das "bahianas", — *Trabalho* semi-rústico da ourivesaria local.  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional).



FOT. 9 — Balangandãs — Prata — Trabalho bahiano com 12 peças.  
(Das coleções do Museu Histórico Nacional).



Depois das perturbações políticas de 1822 na Bahia, muitas escravas alforriadas, transferiram-se para outras regiões, passando a mascatear chales, "mousselines" ou gulo-seimas e logo foi se generalizando a denominação de *baiana*, à tôda negra que usasse o sugestivo traje. Atualmente, o mesmo vocábulo designa também a indumentária pitoresca.

Pela sua originalidade, o traje foi aos poucos se credenciando e ganhando foros de traje típico-regional e se oficializando em festas e representações. A própria Princesa Isabel, quando em viagem de núpcias, pela Europa, foi convidada a participar de um "bal-masqué" e a êle compareceu fantasiada de *pretinha-baiana*, conforme relato que fêz, em carta a seu pai, o Imperador D. Pedro II (14).

Ao fim da escravidão, a influência da *Bá* cedeu lugar a uma suave revivescência, na bruxa preta de pano, que abraçada pela criança tornava presente a ternura da mãe preta. Estas bonecas são feitas com panos grosseiros, de côres vivas, cosidas e recheiadas de trapos ou algodão, bordadas com missangas e cabeleiras de retroz e constituem a reminiscência feliz de tôda a infância. Com o correr dos tempos, foram abandonados os tecidos grosseiros e passaram a artigo de luxo, deixando de ser material lúdico para se tornar ornamento. O traje da baiana é hoje fantasia carnavalesca, largamente difundida, realizando numa mobilidade vertical, a ascensão às classes mais elevadas de um traje característico da escrava negra de outros tempos.

\* \* \*

A vinda da Côrte para o Brasil representou a oportunidade para a renovação dos costumes. Oliveira Lima calculou em 50 mil, o número de pessoas transmigradas com a família-real. A presença de gente nova trazia novas oportunidades comerciais. As despesas cresciam e os encargos avultavam.

---

(14) R. Magalhães Júnior, in artigo publicado no Diário de Notícias de 28/21954.

Em consequência, os próprios habitantes da terra passaram a adotar costumes, até, então desconhecidos no meio colonial.

A abertura dos portos e a concessão de terras aos estrangeiros (Leis respectivamente de 28/1/1808 e 25/11/1808) fizeram crescer a imigração e diminuir o trabalho escravo. Podemos dizer que nesta fase começou o declínio do patriarcado rural e o aparecimento do patriarcado urbano. Os grandes proprietários de Minas e São Paulo logo se sentiram atraídos pelo brilho e pela ostentação da Côrte. Honras, títulos e dignidades atraíam mais que qualquer outra coisa os ricos senhores das terras do interior. O convívio com elementos estrangeiros teria que alterar o aspecto físico e moral da população. Os hábitos se apuraram e a vida social passou a ter novos encantos.

Quanto à indumentária feminina, dizem os cronistas que em face de todos os traumas consequentes desta revolução nos hábitos, não apresentou alterações profundas durante os primeiros oito anos, isto é, até 1815 (data em que o Brasil-Colônia foi elevado a Reino Unido), e um exemplo é a Foto n.º 10, um dos retratos oficiais da Rainha D. Maria I (15) feito pelo pintor da Escola Fluminense — José Leandro de Carvalho (16). O óleo que está exposto na Sala de D. João VI do Museu Histórico Nacional é um trabalho de grande

---

(15) *D. Maria I* começou a reinar em Portugal aos 34 anos. Filha de D. José e casada com seu primo e tio D. Pedro, mãe de D. João VI, aqui chegou com a família-real em 1808. Abalos políticos, questões de família e religiosas abalaram o espírito da infeliz rainha que passou a ter só raros intervalos de lucidez. Faleceu no Convento das Carmelitas a 20 de março de 1816, quando o Rio de Janeiro teve a oportunidade de assistir pela primeira vez à cerimônia de uso português, "da quebra dos escudos", efetuada pelos vereadores sôbre tablados pretos, levantados nos largos do Rocío, Santa Rita, do Capim e da Lapa. Seu sarcófago foi depositado no Convento da Ajuda.

(16) *José Leandro de Carvalho*, (1750-1831) foi um dos maiores retratistas da pintura colonial. Seu único ambiente de formação artística foi o próprio Rio de Janeiro. Alcançou êxito ao retratar o Príncipe Regente, pois logo todos os palacianos passaram a disputar-lhe as obras, principalmente, suas telas sacras, sempre de fino tratamento.

expressão e solenidade. Nêle a rainha traja ao gôsto do fim do século XVIII, embora o retrato tenha sido feito no Rio de Janeiro em princípios do século XIX. O amplo decote do vestido é arrematado por fina renda, corpete justo, adornado com ricos trabalhos de passamanaria, rebordada de contas e pendentés e pedras preciosas, bem ao gôsto europeu. Mangas fôfas e amplas de tecido fino. Prêso aos ombros, o manto de veludo marron. A mão direita segura um cetro e a esquerda pousa sôbre a coroa real. (Desde a morte de D. Sebastião, na África em 1850, a coroa real portugûesa era colocada nos retratos oficiais dos reis, sôbre uma almofada de veludo, ao lado do soberano, e nunca sôbre a própria cabeça do monarca). Penteado simples, adornado ao alto por um broche de contas e pedrarias.

\* \* \*

A partir de 1815, dizem as crônicas, passaram a chegar navios "...com muitas medas, enfeites e bugiarias mais baratas que as inglêsas..." O luxo continua a fazer grandes progressos.

As brasileiras passam a concorrer com as parisienses e conseguem os melhores resultados ao conservar certo toque de sobriedade, mantendo as linhas mais elegantes da moda, em vez de logo adotarem a cintura demasiado alta e todos os excessos do estilo Império. As jóias cintilavam nos colos e penteados.

A síntese das novas tendências está numa gravura aquarelada de Debret (Foto 11) de 1816, que é um dos melhores retratos de D. Carlota Joaquina, a quem o próprio autor da "Viagem pitoresca e historica ao Brasil", descreve como sendo de "pequeníssima estatura, e de olhos vivos, que traem sua origem espanhola. À despeito de seu grande amor ao luxo, aos trajes ricos e jóias (17), conforme evidenciam seus

---

(17) *Carlota Joaquina*, mandava que mensalmente a Casa da Moeda entregasse ao seu ourives, José de Siqueira, um marco de ouro fino, para a confecção de suas jóias.



FOT. 10 — D. Maria I — de Bragança — Rainha de Portugal, 1734-1816 Óleo de José Leandro de Carvalho, S/D.  
(Das coleções do Museu Histórico Nac.)

vários retratos, neste a espôsa de D. João VI, surge trajada discretamente. Usa um chapéu ornado de plumas, ao gôsto inglês, e um simples vestido escuro, de cintura alta e busto trespasado, mangas fôfas e "écharpe" envolvendo os ombros. A única nota alegre é dada pelo fino "jabot".

\* \* \*

As coleções do Museu Histórico Nacional, contém um farto e excelente repositório de peças da indumentária feminina e seus acessórios, que a qualquer tempo poderão trazer subsídios a desenhistas, pintores, pesquisadores, romancistas e teatrólogos, que jamais poderão reconstituir cenas ou movimentar personagens sem atentar aos sutís detalhes do meio, condições sociais e da indumentária.

Além das peças já descritas é citadas em nosso trabalho, podemos acrescentar, *do século XVIII*, variada coleção de jóias e leques; *do século XIX* — "carnets e porta-bouquets", trajes, sendo um nupcial de 1830, bordado à fio de prata, um traje completo das Damas do Paço Imperial, miniaturas, colares, braceletes, brincos, anéis, relógios, lunetas de ouro e prata, relicários, sombrinhas, mantilhas de rnda, chales, lenços, pentes de tartaruga do tipo "Tropa-moleque" e outros de guarnição côncava, um par de sandálias — de veludo bordado à fio de ouro, variada coleção de leques — confeccionados nos mais diversos materiais; além da vasta iconografia exposta em susa galerias ou conservada em seu precioso Arquivo histórico, tôdas peças do melhor acabamento, fino gôsto e expressivo valor artístico-histórico, em função do nome de seus possuidores; e que muito facilitam a reconstituição dos costumes num passado mais remoto.

Se os ditâmes da moda são fugazes, tornar-se-ão úteis e permanentes, se postos a fornecer subsídios à Iconografia, ao Folclore, e à Ergologia, expressivs fontes históricas.



For. 11 — Carlota Joaquina de Bourbon — 1775-1930.  
(Das coleções do Museu Hist. Nacional).



BIBLIOGRAFIA

- ABREU, CAPISTRANO DE — “Capítulos de Hist. Colonial” — R. Jan. 1928.
- BARLEUS, GASPAR — “Rerum per octenium in Brasilia Histori” — Amsterdam. 1647.
- BARROSO, GUSTAVO — “Introdução à Técnica de Museus” — R. Jan. 1947.  
“A Coleção Miguel Calmon no Museu Histórico”. — R. Jan. 1944.  
“Ao Som da Viola” — R. Jan. 1921.
- CÂMARA CASCUDO, LUÍS DA — “Dic. do Folclore brasileiro” — R. Jan. 1954.  
“Geografia do Brasil Holandês” — R. Jan. 1956.
- CORRÊA, VIRIATO — “Terra de Santa Cruz”.
- DEBRET, JEAN BAPTISTE — “Viagem pitoresca e historica ao Brasil” — Livr. Martins. S. Paulo. 2 Tomos. 1940.
- DIÉGUES JÚNIOR, MANUEL — “Etnias e Culturas no Brasil” — M.E.C. R. Jan. 1952 e 56.
- DELGADO DE CARVALHO — “Historia da Cidade do R. de Janeiro” — R. Jan. 1926.
- DUQUE ESTRADA — “A Arte brasileira”.
- FAZENDA, JOSÉ VIEIRA — “Antiquilhas e Memórias do R. Janeiro” — Tomo 86 da Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro. 1919.
- FREYRE, GILBERTO — “Casa Grande e Senzala” — R. Jan. 1936.
- GONÇALVES DE MELLO, neto (José Antônio) — “Dois Relatórios holandeses” — Recife. 1949.
- LECLÈRE, ROSANE — “Petite histoire du costume” — Lausanne. 1954.
- LUIZ EDMUNDO — “Olhando para trás” — R. Jan. 1954.
- MAWE, JOHN — “Viagens ao interior do Brasil” — B. Horizonte. 1922.
- MAX VON BOEHN — “La Moda” — Tomos 5.º, 6.º, 7.º e 8.º — Barcelona — 1929. “Accessorios de la Moda” — Barcelona — 1940.
- MOREIRA DE AZEVÊDO — “O Rio de Janeiro” — R. Jan. 1887, 2 vols.
- MÚRIAS, MANUEL — “História Breve da Colonização Portuguesa” — Lisbôa. 1940.
- OLIVEIRA LIMA — “Formation historique de la nationalité bresilienne” — Paris, 1911 e “D. João VI no Brasil” — R. Jan. 1908, 2 vols.
- RIBEIRO, JOAQUIM — “Folclore baiano” — M.E.C. — R. Jan. 1956.
- RUGENDAS, JOÃO MAURÍCIO — “Viagem pitoresca ao Brasil” — Livr. Martins. S. Paulo. 1940.
- SANTOS, PADRE LUIZ GONÇALVES DOS — “Memórias para servir à História do Reino do Brasil” — 2 vols. anotados por Noronha Santos.

- SAINT-HILAIRE, AUGUSTO — “Viagem pelas Províncias do R. de Janeiro e Minas”. — R. Jan. 1938.
- SETTE,, MÁRIO — “Anquinhas e Bernardas” — S. Paulo. 1940.
- SOARES DE SOUZA, GABRIEL — “Tratado descritivo do Brasil em 1587” — R. Jan. 1879.
- STADEN, HANS — “Viagem ao Brasil” — R. Jan. 1930.
- TOUDOUZE, GEORGES G. — “Le costume français” — Paris. 1945.
- WASTH RODRIGUES — “Trajes civis e militares em Pernambuco durante o domínio holandês” in Rev. do Arquivo Público. Ano IV, n.º VI. Recife, Pernambuco — 1949.
- Carta de Pero Vaz de Caminha, segundo versão de D. CAROLINA MICHÄELIS DE VASCONCELOS;
- História da Colonização Portuguesa no Brasil, Pôrto, 1923;
- L'Art, Des origines a nos jours, 2 vols. Larousse. Paris, 1950.

# ESTUDO DA MOEDA DE 960 RÉIS OU TRÊS PATACAS CRIADA NA REGENCIA DO PRÍNCIPE D. JOÃO — 1799-1818.

MARIA LAURA RIBEIRO

Conservador cl. I do Museu Histórico Nacional

Ao estudarmos a moeda provincial (1) cunhada desde 1695, cuja forma foi estabelecida pelo "Assento" de 5 de Janeiro do citado ano, por certo, a série de valores então lavrados para o meio circulante do Brasil Colônia, não continha esse *novo valor* — 960 réis ou três patacas, somente criado pelo Real Erário, sob o govêrno do Príncipe D. João.

O Alvará de 20 de Novembro de 1809 ordenou que nas Casas da Moeda do Rio de Janeiro e da Bahia, se cunhasse moeda provincial de prata do valor extrínseco de 960 réis ou três patacas (peso-7½ oit.), na mesma base das patacas correntes.

Vejamos, para o caso, o que diz Alv. em aprêço:

"Eu o PRÍNCIPE REGENTE, faço saber aos que o presente Alvará virem, que attendendo a grande falta, que experimenta de Moeda Provincial de Prata neste Estado do Brazil, e para facilitar as transacções mercantis no maior giro de Commercio que ora tem: Sou Cervido Ordenar, que na Casa da Moeda desta Cidade, e na da Bahia se fabrique, cunhe Moeda Provincial do Valor extrinseco de novecentos e sessenta réis, ou três patacas, na mesma proporção do valor intrinseco da de tresentos e vinte réis que

---

(1) A moeda provincial foi criada pela lei de 8 de Março de 1694.

actualmente corre; e corra nas transacções civis, e mercantis do Estado, como qualquer outra moeda Provincial já estabelecida. Pelo que; Mando ao Presidente de Meu Real Erário, e do Conselho da Fazenda; Meza do Dezembargo do Paço, e da Conscientia e Ordens; Regedor da Casa da Supplicação do Brasil; Real Junta do Comercio, Agricultura, Fábricas, e Navegação deste Estado, e a todas as mais pessoas a quem, pertencer o conhecimento deste Alvará, o cumprão, e guardem, como nelle se contem. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar; e que o seu effeito haja de durar de um anno, sem embargo da Lei em contrário. Dado no Palácio de Santa Cruz em 20 de Novembro de 1809 Com a Assignatura do Principe Regente, e a do Ministro”.

(Collecção da Legislação Portugueza de 1802 a 1810)

Pondo em prática a resolução constante do Alvará, acima referido, o Real Erário, ao invés de fundir a prata, proveniente da moeda estrangeira comprada (fôsse pêso espanhol ou qualquer outra espécie de moeda) laminando-a e colocando-a no título legal de 917 milésimos, procedeu ao *recunho* da moeda espanhola de 8 *reales*, usufruindo desta operação, sem dúvida abusiva, o maior lucro possível. Êsses pesos espanhóis que valiam 750 réis, transformados, como foram, em moedas de 960 réis, davam o lucro de 210 rs. em cada um ao Real Erário.

Em face do grande impulso que tomou a economia colonial brasileira com a abertura dos portos ao comércio estrangeiro (28 de Janeiro de 1808), naturalmente tornou-se maior a procura da moeda, cada vêz mais escassa para atender ao elevado giro comercial. O aumento dos serviços públicos, após à chegada da côrte bragantina, contribuiu também para essa busca ao numerário. Como solução imediata e excelente negócio, o Real Erário resolve comprar os pesos espanhóis,

que corriam, em quantidade, nas colônias vizinhas e mesmo no Brasil, a fim de recunhá-los em moeda provincial brasileira com o valor de 960 rs.. Além do mais, a diminuição da oferta da moeda dos mercados, enquanto mais aumentavam as razões de sua procura, forçou o Govêrno a lançar mão de medidas que lhe pareceram eficazes para resolver tal situação.

No período de 1810 a 1818 inclusive, cunharam-se 8.967.116 moedas, cujo lucro líquido foi de 1.142:347\$970, tendo importado a *recunhagem* em 8.608:431\$360, na Casa da Moeda da Côrte. (2)

O ato do Govêrno fazendo recunhar os pesos espanhóis com o valor 960 rs., tem sido objeto de apreciações diversas, sendo algumas delas muito rigorosas por parte daqueles que se ocuparam da história monetária relativa ao período que ora tratamos.

Sr. Harace Say no seu livro "Histoire des relations commerciales entre la France et le Brésil" diz o seguinte: — "O govêrno do Rio de Janeiro imaginou de comprar quantidades consideráveis destas *piastras* (pesos espanhóis), de fazê-las passar, de novo, pela *prensa* e de lhes dar, por meio desta operação, um cunho nominal de 960 réis. A *piastra*, assim metamorfoseada, se chamou então *peça de três patacas...*"

---

(2) Em 10 de Outubro de 1859 o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Tezouro Nacional, Conselheiro Angelo Moniz da Silva Ferraz, nomeou uma Comissão para estudar as causas da grave crise financeira por que passava o país. A 30 de abril de 1860 a referida Comissão entregou ao Ministro o seu Relatório, no qual se evidencia essa operação de *recunhagem* de pesos espanhóis como "desastrosa" — cunharam-se 15.869.773 moedas, cujo lucro líquido foi de 1.348:692\$0005 no período de 1810 a 1827, importando a *recunhagem* em 15.234:982\$080, vindo a provocar "como consequencia inevitavel, a expulsão das moedas de ouro de nosso mercado, as quais fungiram de seu domicilio emigrando afim de procurarem o seu nivel em outros paizes". (Documento publicado pelo Sr. Edmur de Barros Souza na Rev. Numária N.º 15. Fortaleza).

No Relatório sôbre o *meio circulante*, apresentado à Câmara dos Deputados em abril de 1833, encontram-se, do Sr. C. J. de Araújo Viana (Ministro da Fazenda), as seguintes palavras: — “No ano de 1810 o Govêrno fez fabricar a nova moeda de 960 réis, e mandou recunhar os pesos fortes espanhoes neste valor; circumstancia esta, que deu occasião à uma enorme introdução de pesos, recunhados nos paizes estrangeiros, em razão do forte interesse que dava o troco desta moeda pela nossa moeda de ouro, a saber, de 28% em relação às moedas de 68400 (isto é, em relação a 750 réis — 7½ oit. de prata, segundo a relação de 1:16); e dahi em diante a prata veio a ser a moeda legal, pelo desaparecimento das espécies de ouro...”

O Conselheiro Miguel Arcanjo Galvão, na sua obra “A moeda no Brasil” dá publicidade vários onde se evidencia a prática da compra de pesos espanhóis a 800 e tantos réis cada um, e que, quando recunhados, passavam no trôco ao valor nominal de 960 rs. ou três patacas, verificando-se o lucro extraordinário que semelhante operação trazia ao Real Erário.

A tal respeito assim se exprime o Dr. Alfredo Solano de Barros no seu profundo trabalho técnico (3):

“Era portanto, na época, um lucro fabuloso aurido pelo Real Erário do govêrno; pois, um praticava a fraude oficial e, outros, os particulares procuravam tirar a maior soma possível de interêsse pecuniário com a *falsificação* do novo valor decretado (960 rs.), fôsse recunhado o pêso espanhol legítimo — como fazia o Real Erário —, ou não. O fato é que a *fraude* para a obtenção do lucro era praticada na cunhagem de pesos, evidentemente falsos (ligas metálicas variadas, mesmo de prata baixa e ainda de cobre); motivo êsse que deu lugar à enorme quantidade de 960 rs. que foram introduzidos na circulação do brasil vindos do estrangeiro”.

---

(3) “Comentário em tôrno da “nota 39”, da História do Brasil de J. Armitage. 2. ed. 1914 — 2a. prova impressa e inédita.



João Armitage (4), assim se manifesta com relação à falsificação obtida pelo recunho do pêso espanhol:

“...de sorte que uma quantidade imensa de pesos espanhoes recunhados à imitação dos que se cunhavam na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, foram ilícitamente introduzidos por especuladores particulares”.

Pelo exposto, verifica-se que grande número de espécimes de 960 rs. recunhados ou não, foram falsificados em larga profusão no estrangeiro, especialmente nas oficinas particulares de procedência americana.

Azeredo Coutinho, em sua obra (5) faz considerações a respeito do Alv. de 20 de Novembro de 1809, pelo qual criou D. João Regente, o novo valor de 960 rs. para o meio circulante do Brasil Colônia — Na opinião do referido numólogo, o objetivo era enriquecer a nação transformando os pesos espanhóis em moedas de três patacas, ou elevando a 960 rs. o que em outros países só valia 750 rs.; êste plano (de Targini, diretor do tesouro) é exposto a D. João que concorda com o mesmo e decreta a falsificação. Desde êsse momento os estrangeiros começam a bater três patacas; mas felizmente “em prata boa”. Quanto à expressão “prata boa”, entende-se que a falsificação, a princípio, era obtida pelo recunho do pêso espanhol legítimo que valia 750 rs. Depois é que appareceu o novo valor 960 rs. cunhado em disco próprio, de ligas metálicas variadas e raramente *recunhado* em pêso falso, de baixo toque. Existem moedas de 960 rs. cunhadas em disco próprio, de 1811 e 1813, de gravura delicada e em prata baixa. No exemplar de 1811, a letra monetário B é habilmente trabalhada, dando a impressão de ter sido o gravador exímio em reproduzir cunhos monetários. O espécime de 1813 apresenta o reverso gravado em posição horizontal,

---

(4) J. Armitage — História do Brasil. Pag. 183.

(5) C.M. Azeredo Coutinho — Reflexões sôbre o nosso Systema Monetario e indicações das melhores maneiras de retirar o papel. Pag. 4. Paris, 1837.

tendo a letra monetária R no centro do Zodíaco. Êstes dois exemplares, entre vários outros, constituem uma prova marcante de que grande número de moedas falsas de 960 rs. foram introduzidas na circulação monetária do país, desde que entrou em vigor o Alv. de 20 de Novembro de 1809. Há, porém, exemplares legítimos que trazem as datas contrafeitas, portanto, uma fraude obtida por buril de hábil gravador.

Evidentemente, o exame da moeda falsa exige, na maioria dos casos, conhecimentos muito especializados, devendo o observador ter sempre em mente as seguintes características principais: o peso específico da moeda, a sonoridade, o toque, a cor, a análise química de sua liga, a determinação de seu modo de fabricação, o exame e estudo comparativo dos detalhes de seus desenhos em confronto com os das moedas legítimas novas e usadas, ou já desgastadas.

Azeredo Coutinho (6), ampliando as suas considerações a respeito do Alv. de 20 de Novembro de 1809, nos declara: "Por êste Alvará o preço da prata baixou, ou antes o peso da moeda aumentou. A oitava de prata foi emitida com o valor de 128 rs., e como pela ordem de 1747 (7 de agosto) devia ser comprada por 111  $\frac{1}{9}$ , deixava a senhoriagem de 15, 19%. A relação entre a *moeda nacional* de ouro e a prata, que o Alvará mandou circular por 128 réis a oitava, ficou sendo 1:12,5; — entre a de *ouro provincial* e a última prata 1:13 $\frac{1}{2}$ ".

Como sabemos, porém, o toque dos pesos espanhóis não era de 11 dinheiros, título êste legal para a antiga moeda de prata, como o de 22 quilates era para a moeda de ouro. Acrescenta ainda Azeredo Coutinho: "que a moeda de prata nunca teve dinheiros prova-o a circulação dos pesos hespanhóis antes da existência das Casas de Moeda provisórias e daí em diante, o emprêgo quase exclusivo dêsses pesos na moedagem praticada nos estabelecimentos monetários da Colônia; — pois

---

(6) Azeredo Coutinho, Cândido — Necessidade de aumento de senhoriagem na moeda auxiliar de prata do Brasil.

a afinação dos metais só começou no Rio de Janeiro em 1819. O toque da moeda de prata variava de 888 a 907.”

Em resumo, o título das moedas do Brasil só foi legalmente cumprido, a rigor, depois de setembro de 1850.

A julgar pelo que se observa consoante êsses argumentos, o mesmo Alv. de 20 de Nov. de 1809 não diminuiu o toque da prata, mas aumentou a quantidade de prata que se devia dar em troca de determinado pêso de ouro.

Pelo exposto nos pareceres emitidos a respeito da recunhagem dos pesos espanhóis, depreende-se que a razão principal da conduta do Govêrno, onde muito influira a idéia do lucro, era o empenho de remediar a grande falta de meio circulante para atender aos diversos compromissos públicos e particulares.

Acontecimentos como a grande diminuição da extração do ouro, fazendo quase cessar a cunhagem de novas moedas; o desenvolvimento progressivo do comércio interno e externo, e ainda, a necessidade do numerário para atender ao maior número de novas repartições públicas, assim como a execução de obras e a criação de vários serviços, constituíram fatôres que, entre outros, deram como resultante a grande procura da moeda dentro do país, como também provocaram a sua saída em grande profusão.

Ainda com relação ao valor 960 rs., não desconhecemos que, anteriormente, já o Alvará de 1 de Setembro de 1808, proibindo a circulação do ouro, em pó, determinou que em tôdas as Capitâneas do interior circulassem tôdas as moedas de ouro, prata e cobre que corriam nas de beira-mar e cujo curso era ali proibido (§1.º); e não cabendo nas fôrças das casas da Moeda do Estado recunhar as moedas estrangeiras com a prontidão que convinha e, atendendo à precisão da moeda de prata na Capitania de Minas Gerais, para que o numerário tivesse a devida proporção com os mais valores etc., mandou que os pesos hespanhóis marcados com o cunho das armas reais corressem na dita Capitania, com o valor de 960 rs. (§2.º) alterado pelo §3.º do Alv. de 12 de Outubro

do mesmo ano que determinou que os pesos marcados só na dita Capitania corressem, como moeda provincial (\$4.<sup>o</sup>) (7).

A medida foi tomada por proposta do Escrivão Deputado da Junta de Fazenda, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, mais tarde Marquês de Baependi.

A carimbagem foi executada nas Casas de Fundição, sendo, para isso, remetidos, por Aviso de 9 de Novembro de 1808, à Junta da Fazenda de Minas, 24 pares de cunhos com as Armas Reais e 70.137 pesos espanhóis a fim de serem empregados no resgate do ouro em pó, depois de marcados. Tais remessas foram repetidas em outras datas.

Os pesos espanhóis foram, por Provisão de 8 de Maio de 1809, mandados adquirir a 750 rs., expedindo-se circular nesse sentido em 6 de Junho do mesmo ano. Por Aviso de 19 de Junho, pouco posterior, mandou-se comprar até 100 mil ao preço de 800 rs., para serem tais pesos remetidos às Capitánias de Goás, Mato Grosso e S. Paulo, com o mesmo objetivo de substituírem, uma vez contramarcados com o valor 960 rs., o ouro em pó.

Os carimbos de 960 rs. aplicados sobre pesos espanhóis tinham anverso e reverso, havendo um único tipo aplicado indistintamente nas mesmas Capitánias, para o resgate do ouro em pó.

Anv/ As Armas de Portugal entre os ramos de louro, sob os quais o valor 960.

Rev/ A Esfera armilar.

Exemplificando, (fig. 1) temos um "Carimbo de Minas-960", recaindo em moeda de 8 reales, vulgarmente chamada peso, cunhado no Mexico (M), de Carlos IV — 1807 (Exemplar pertencente ao Museu Histórico Nacional).

Os citados carimbos de Minas-960 também foram aplicados em barras de ouro, no período de 1809 a 1813. Isso se explica pelo fato de, havendo o Alv. de 20 de Novembro de

---

(7) M.A. Galvão — Op. cit., pág. 28.

1809 criado o novo valor de 960 rs. e tendo sido os novos cunros remetidos em 1810 para Minas, cessava, conseqüentemente, a utilidade dos ferros de que nos fala o Aviso de 9 de Novembro de 1808, os quais foram aproveitados na marcação das barras de ouro, com o objetivo de se identificar as mesmas com o cunho das armas reais.

Do que ficou exposto, podemos dizer que, tendo sido reconhecida a inconveniência dos *carimbos*, pelo fato de muitos não parecerem legítimos, o Govêrno foi forçado a suspendê-los e a proceder à recunhagem do pêso, deliberação esta que, posteriormente, facilitou em larga escala a *fraude*, já comentada, do novo valor.

Os pesos espanhóis foram, portanto, comprados pelo Real Erário sempre com o objetivo de serem transformados em nova moeda *provincial* de prata com o valor extrínseco de 960 réis, cujo trabalho, iniciado pela Casa Monetária do Rio de Janeiro, a partir de 1809 continuou até 1818 inclusive. A Casa da Moeda da Bahia, por sua vez, começa o fabrico dêsse novo valor em 1810, indo até 1816. Da mesma maneira a Casa de Minas também procedeu ao recunho do pêso espanhol com o valor de 960 rs., isto apenas nos anos de 1810 e 1816.

Algumas vêzes não se colocava a serrilha (8) de Portugal (floreada) no pêso espanhol, ficando a moeda de 960 rs. com a própria serrilha do pêso, o que é amplamente conhecido dos estudiosos do assunto. Comumente a aplicação da serrilha floreada não era feita a rigor. A prova disto está no fato de se encontrarem exemplares procedentes das Casas Monetárias do Rio, Bahia e Minas, apresentando parte da serrilha espanhola (8 reales). A imperfeição do recunho, por sua vez, deu margem a que, por baixo das mutras portugêsas,

---

(8) Manuel Rodrigues da Silva — Inventor da serrilha na moeda portugêsa para impedir o cerceio. A serrilha ou cordão foi mandada colocar na moeda de ouro pela lei de 9 de agosto de 1866 e na de prata a 14 de junho de 1888. (Teixeira de Aragão, A.C. — Descrição das Moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal e D. Antonio Caetano de Souza — “Hist. Genealogica da Casa Real Port.”).



FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3



podiam-se ver os cunhos espanhóis, tornando os exemplares mal apresentáveis para uma boa classificação.

Descrito e comentado o Alvará de 20 de Novembro de 1809, passaremos a descrever o tipo monetário da moeda de 960 réis ou três patacas (9).

### CASA DA MOEDA DO RIO

((letra monetária R) Fig. 2

Anv/ Na orla JOANNES. D. (EI) G. (RATIA) PORT. (UGALIAE) P. (RINCEPS) REGENS. ET. BRAS. (ILAE) D. (OMINUS) — “João Por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e Senhor do Brasil”. Ao centro as Armas de Portugal (10) encimadas pela corôa real — (O n.º de pérolas nos arcos da coroa varia muito, de acôrdo com o grau de habilitade do abridor e é o ponto de referência para a classificação das variantes de cunho). Cruz irradiada.

Acima da linha superior do escudo, a data do cunho, bi-partida 18-10. O exemplar em apreço (pertencente à coleção do M. H. N.), tem o ferro de anverso aberto em 1809, tendo sido emendado no próprio cunho para 1810; trabalho êste executado na Casa do Rio em 1810. Podemos assegurar

---

(9) Esta moeda era também chamada *patacão*, nome com que circulava o pêsso ou *patacon* espanhol.

(10) São diversos os símbolos que compõem o escudo do Reino, ei-los: sôbre um pequeno escudo de prata estão assentes as Quinas — cinco escudetes azuis (representando os escudos e adargas de combate) dispostos em forma de cruz (único e predominante símbolo usado nos documentos régios desde os primeiros Reis de Portugal); cada um dos escudetes tem cinco bezantes de prata postos em santor. — A partir de D. Diniz é que, começa a se insistir no n.º cinco, que, nas moedas é quase invariável. Nos selos, porém, os bezantes se conservam em maior número e por mais tempo. Foi do n.º cinco, tanto para escudetes como para bezantes, que se originou o nome de Quinas. Na orla vermelha do escudo estão sete castelos de ouro, sendo quatro nos cantos e três nos centros superiores e laterais. — Durante muitos anos se disse seriamente, que os castelos representavam a conquista do Algarve!!! Êrro que se tornou oficializado na Carta Régia de 13 de Maio de 1816, em



que há quatro *variantes de cunho* trazendo a data emendada de 1809 para 1810.

Ladeando o escudo d'armas destacam-se, à esqeurda, o valor nominal 960 (réis), entre pontos e à direita três flores, com âmago, também entre pontos. Data e valor em tipo pequeno.

---

que D. João VI deu armas ao Reino do Brasil, e na qual diz que a bordadura vermelha carregada de castelos de ouro é dos Algarves — (Gustavo Barroso — “A Heráldica dos Vice-Reis”. In Anais do M.H.N. vol. III)

Segundo os melhores tratadistas, os castelos representam *aliança* matrimonial com a Casa Real de Castela — Casamento de D. Afonso III com a filha de D. Afonso X de Castela em 1253. A *bordadura* — a primeira grande alteração das armas nacionais, deu-se com D. Afonso III, incluindo no escudo nacional uma bordadura carregada de castelos. Na Heráldica, a bordadura é a primeira das peças honrosas de segunda ordem e usada como diferença nas armas dos *filhos segundos*. D. Afonso III era filho segundo de D. Afonso II.

Sôbre a orla do escudo pousa a Coroa Real que completa as armas do Reino. As armas de Portugal foram, primeiramente rematadas com um coronel real e, depois de D. Sebastião, com a coroa real.

Pela Carta de Lei de 13 de Maio de 1816, El-Rei estabelece as armas do Reino do Brasil, ordenando o seguinte: “I — Que o Reino do Brasil tenha por Armas huma Esfera armilar de Ouro em campo azul. II — Que o escudo real portugûês inscripto na dita Esfera armilar de ouro em campo azul, com uma coroa sobreposta, fique sendo de hoje em diante as Armas do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, e das mais partes integrantes da minha Monarquia. III — Que estas novas Armas sejam por conseguinte as que uniformemente se hajão de empregar em todos os estandartes, bandeiras, selos reais, e cunhos de moedas, assim como em tudo mais, em que até agora se tenha feito uso das Armas precedentes. E esta se cumprirá como nela se contem. Pelo que mando etc.. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 13 de Maio de 1816. El Rei com guarda a) *Marquez de Aguiar*. Com os registros competentes.”

Só depois que D. João se fêz aclamar e coroar Rei, com o título de D. João VI, em 6 de Fevereiro de 1818, foi que começou a cunhagem das moedas com o novo título e armas do Reino Unido, sendo por Aviso de 23 de Maio aprovado o novo cunho e por Aviso de 1 de Junho mandou-se fôsse com êle cunhada tôda a moeda de prata e cobre que se fabricasse nas Casas da Moeda.

Rev/ Na orla SUBQ (OU) SIGN. (O) NATA STAB (IT). — “Sob o qual sinal nasceu e permanecerá” (11) palavras estas interceptadas pelos braços da cruz da Ordem de Cristo, no centro da qual está a esfera armilar. Esta apresenta o Zodíaco cortando todos os paralelos e, ao centro, a letra R (indicava da Casa da Moeda do Rio). Serrilha floreada. Diâmetro — 40 m/m.

Observação: o presente exemplar é recunhado em moeda de 8 *reales*, vulgarmente conhecida pela denominação de pêsso espanhol.

---

(11) Esta divisa SUBQ. SIGN. NATA. STAB. tem tido algumas interpretações: D. Antônio Caetano de Souza (op. cit.) assim a define: “*debaixo do signal da cruz nasceu e se estabeleceu a América*”; Manuel Bernardes Lopes Fernandes em sua obra “Memória das moedas correntes em Portugal” e Cândido de Azeredo Coutinho em “Apreciação do medalheiro da casa da moeda”, interpretam-na: “*sob a Proteção da cruz appareceu e medra o Brasil*.”

João Xavier da Mota (A moeda no Brasil) nos diz que, na primeira moeda de ouro, denominada Português — mandada fabricar e correr no Reino por D. Manuel, foi posta a Cruz da Ordem de Cristo, por ser este Rei o Grão-Mestre da Ordem. E que também a Esfera Armilar surgiu na primeira moeda de ouro do mesmo Rei fabricada e corrente na Índia, como símbolo das emprêsas marítimas levadas a efeito por aquêle Rei, marcando para Portugal a época mais gloriosa. A Esfera, chamada primeiramente Espera, foi dada por emprêsa o Rei D. Manuel, por D. João II, como prognóstico da coroa.

Analisando tal legenda — *sob o qual sinal* — a Cruz, sinal de D. Manuel —, *nasceu e permanecerá* — a Esfera, sinal das emprêsas marítimas do mesmo Rei. J. Xavier da Mota (op. cit. p. 26) chega à seguinte conclusão: “SUB. QUO. SIGNO. NATA. STABIT é uma phrase elliptica, porque foi omittida a palavra MONETA, com que concorda o adjectivo — NATA — e que é o sujeito da oração. Esta phrase sem a ellipse deve ser, SUB QUO SIGNO NATA MONETA STABIT, cuja traducção não pode ser outra que não esta — sob o qual signal nasceu e permanecerá esta moeda. Subentende-se que o signal é — a Cruz com a Esphera.”

Não obstante esta divisa apresentar motivo para dúbia interpretação, a palavra NATA deve ser entendida como se referindo ao surgimento ou aparecimento da moeda, pois que não é comprehensível o seu nascimento, salvo em sentido figurado. A legenda, ao nosso vêr, é, portanto, representativa da criação da moeda.

Grau de raridade: *um tanto rara* pela data ter sido emendada de 1809 para 1810.

É digno de nota a existência do ensaio monetário de 960 rs. (Fig. 3 ), cunhado em Birmingham — Inglaterra (12), em disco próprio e em prata de lei, trazendo gravado o valor 960 (réis) e a data 1809. Os cunhos foram abertos pelo gravador Pidgeon, G. F. (medalhista inglês que trabalhou entre 1795 e 1819 — Escola Inglesa) autor da medalha militar "Caiena tomada aos Franceses". É um belo exemplar de gravura monetária, onde o cunho inglês distingue-se pela finura do traço do abridor. Não sabemos porque motivo o Real Erário deixou de aprová-lo, pois o mesmo traz a data de 1809 de 1809, ano em que, justamente, o valor 960 rs. havia sido cunhado no Rio. Apresenta bordo liso, não tendo, portanto, serrilha floreada como nos exemplares procedentes das Casas Monetárias do Rio, Bahia e Minas. (O ensaio geralmente tem bordo liso e às vezes irregular). Em seguida, daremos a descrição do referido ensaio, principalmente por que a incrição de anverso é bem diversa da dos exemplares cunhados nas Casas monetárias do Rio, Bahia e Minas, de 1810 1818. Os tipos de anv. e rev. são os mesmos tradicionalmente conhecidos da série das patacas, desde 1695.

*Ensaio Monetário — 960 réis — 1809 — AR*

Anv/ JOANNES — D: G: PORT: E BRAS: D: P: REGENS — Coroa grande, base estreita com 9X9 e 5X5 — pérolas nos seus arcos laterais externos e nos seguimetos internos. Cruz simples.

Diadema: losangos filetados com um oval no centro tendo, como ornamento, um ponto em cada ângulo, separados por cruzetas formadas por pontos. Data e valor em algarismos pequenos. Valor e florões entre pontos.

---

(12) In Collection de M. Regnault-Troisième Partie. Catalogue des Monnaies et Médailles françaises et étrangères. Suplement — pag. 138. Paris, 1878.

Rev./ Invertido. Na orla: SUBQ SIGN. NATA STAB.  
Obs. — Soberbo exemplar em prata, muito raro. Estimativa mínima: Crí 8.000,00.

A Casa da Moeda do Rio de Janeiro prosseguiu a cunhagem da moeda de 960 rs. ou três patacas nos anos de 1809 a 1818. Todos os exemplares dêsse novo valor têm as mesmas legendas de anverso e reverso, havendo, porém, várias datas emendas, o que implica no fato de muitos cunhos terem sido aproveitados em emissões suseqüentes.

No estudo classificado dessa moeda, a nossa observação técnica tem procurado, também, estabelecer as *variantes de cunho*, indubitavelmente existentes. Com relação à data 1810 e o valor 960 (réis), os algarismos podem ser maiores ou menores. O algarismo 8 (na data) é feito da esquerda para a direita ou em sentido contrário — 1810; 1810. O valor e os florões estão entre pontos ou não os apresentam. Para o último caso temos um exemplar de 1810 — Rio (Fig. 4), do Museu Histórico Nacional. Há um outro 960 rs. de 1810 — Bahia, com os florões divididos por pontos.

A *coroa*, privativamente apresenta *arcos* laterais, intermediários e internos ornados com pérolas, sendo, naturalmente, necessária a contagem das mesmas para se estabelecer o seu número exato em cada um dos citados arcos. Também deve ser observado o número de pérolas existentes no seu *arco fronteiro* ou haste central. Nota-se, todavia, em certos exemplares, a ausência dos arcos internos e central, consequentemente, as pérolas soltas. Variedade esta muito rara. Ex: 960 réis de 1818 — Rio.

Às vezes a coroa apresenta as extremidades dos arcos laterais e intermediários voltados para dentro e com pérolas, como se fôsem caracóis, particularidade encontrada na moeda de 960 rs. de 1815 — Rio. Podemos encontrar na coroa, partindo de sua base, hastes intercaladas entre os arcos laterais e internos, sendo as mesmas curtas ou longas, encimadas por pérolas — característica observada nas moedas dêsse

valor, lavradas pelas Casas Monetárias do Rio, Bahia e Minas. A coroa pode ser classificada como Grande (alta ou larga) e Pequena (baixa ou estreita). Há também um tipo médio. Encontra-se a grande em exemplares da Bahia de 1810 e 1811. De 1814, há dois tipos de coroa — maior e menor. Observamos a menor na moeda de 960 rs. de 1816 — Bahia.

Os *diademas* apresentam cruzetas, pérolas, losangos filetados ou não, elipses etc...

As *cruzes* das coroas podem ser: simples ou singela, irradiada, e com pérolas nas extremidades, o que em Heráldica se diz *maçaneta*. Encontramos êste tipo de cruz no exemplar de 1813 cunhado na Casa do Rio e que é raro. São tôdas as cruzes da forma geral "latina". Quanto à sua posição, a cruz pode ser inclinada à esquerda ou à direita e em certos casos, por mal cunhado, um dos braços desaparece; são êstes também longos ou curtos.

O *escudo*, do anverso é, às vêzes, mais alto ou mais baixo, mais largo ou mais estreito. A sua ponta apresenta-se também, mais ou menos aguda.

Na inscrição monetária nota-se, em alguns casos, a ausência de pontos em certas palavras, o que ocorre, por exemplo, na moeda de 960 rs. de 1813, onde a letra P (inicial de PRINCEPS) não apresenta ponto, ficando, portanto, a legenda P REGENS; o mesmo pode acontecer em D (de DOMINUS), sem ponto. A letra A da palavra BRAS, às vêzes, não apresenta o traço horizontal, o que está exemplificado numa peça daquele valor, de 1818 do Rio. Também pode ocorrer êrro na abrição de certas palavras da legenda do anverso, como no caso de um exemplar de 960 rs de 1811 (Rio), onde a abreviatura BRAS foi primeiramente aberta com troca de letras, ficando BRBS e depois consertado no próprio cunho para BRAS (a letra A está sobreposta à letra B) — abreviatura de BRASILÆ.

Quanto ao reverso, o nosso exame tem, também, se fixado em certas variedades de gravura que os exemplares possam apresentar. A esfera armilar pode ser maior ou menor, apresentando, às vêzes formato oval. Seus paralelos são, em

alguns casos, mais largos ou mais estreitos, e às vêzes, as suas extremidades ultrapassam o contôrno da esfera — característica esta encontrada no exemplar de 1810 (Rio), já descrito. O Zodíaco apresenta-se reto, curvo, granitado ou liso, mais largo ou mais estreito, interrompendo, muitas vêzes o contôrno da referida esfera. Acima do bordo desta, dentro do braço superior da cruz, há um ponto sôlto, como uma pérola. O pé da esfera (braço inferior da cruz) habitualmente apresenta dois traços horizontais sendo o inferior mais comprido e, às vêzes, do mesmo tamanho. Os braços da cruz, em certos casos são soltos, isto é, suas extremidades não tocam no contôrno da esfera.

Existem naturalmente inúmeras pequenas alterações no desenho da esfera, dependendo sempre do grau de habilidade do abridor. É mesmo quase impossível enumerar e distinguir tôdas as variantes que possam ser encontradas nesse gênero de moeda. No Rio de Janeiro, até 1833 o gravador, que na época tinha o título de (abridor de cunho", abria à mão, com pequenos buris, as gravuras das moedas. Depois dessa data começaram a abrir cunhos a punção ou matriz, iniciando pela série dos cruzados. Naturalmente, que pelo processo primitivo, as gravuras não podiam ser exatas, obrigando-nos hoje, a reunir grande número de exemplares do mesmo valor e data, constituindo as variantes.

Não é de mais cuidar, de passagem, da interpretação do que chamamos na terminologia numismática, de *variante*. Tomando-se uma moeda para exame, encontrando-se na mesma, qualquer alteração entre seus elementos e havendo diversidade de cunho, assim constataremos a *variante*. Contudo, certas diferenças podem não constituir variantes e sim conseqüências de cunho gasto ou cansado. Há autores que classificam as variantes em três tipos:

a) variantes de cunho — são as produzidas por cunhos diferentes; b) variantes de disco — quando as diferenças estão no disco; c) variantes acidentais — são as que resul-





FIG. 4



FIG. 5



FIG. 6



tam de qualquer alteração no momento de cunhagem e, embora defeituosas, as moedas são lançadas em circulação.

Nos exemplares de 960 rs. de 1810 (Rio) podemos assegurar que existem três variedades de cunho distintas, a saber:

- a) algarismos do valor e da data em tipo pequeno;
- b) " " " " " " " " grande;
- c) valor e florões sem pontos, visto que, no cunho normal estão sempre entre pontos.

Entre os exemplares de 960 rs. emitidos no ano de 1815, asinalamos um cunho de reverso errado, pelo fato de terem sido truncadas as palavras da legenda SUBQ. SING. NATA. STAB., dicando dêste modo a seguinte inscrição: SUBQ. SING. STAB. NANTA. — Este exemplar, quando bem cunhado o torna muito raro, valendo no mínimo Cr\$ 6.000,00.

Quanto ao *recunho* da moeda de 960 rs. ou três patacas, podemos frisar que há várias moedas estrangeiras que, compradas pelo Real Erário, serviram para o recunho dessa moeda provincial. A moeda contramarcada ou recunhada deve ser classificada de acôrdo com a data em que foi aplicada a contramarca ou o recunho, e não, pela data de cunhagem da mesma. A moeda estrangeira, quando recunhada ou contramarcada, deixa de pertencer ao país emissor paraa se integrar no que lhe applicou posteriormente o recunho ou a contramarca. Exemplificando, citaremos algumas dessas moedas que serviram no *recunho* da de 960 rs.: moeda de 8 reales, comumente chamada peso espanhol, de Carlos III, Carlos IV (1817-Rio) e Fernando VII (1816-Minas) — Figs. 5 e 6, (da coleção do M.H.N.) recunhos êstes comuns no campo classificativo; recunho em moeda de 8 reales do Peru; recunho em moeda de 1 dolar dos Estados Unidos; recunho em pêsô do Peru, podendo-se ver parte da legenda originária: POR LA VIRTUD Y LA JUSTICIA; recunho em pêsô do Chile; recunho em moeda de 5 francos, tendo no bordo as seguintes palavras gravadas em relevo: GARANTIE NATIONALE — local de cunhagem Paris; recunho em moeda de 5 francos — Napoleão — República Francesa 1807, vendo-se

no bordo a inscrição ☆ DIEU PROTEGE LA FRANCE; recunho em moeda de 5 *liras* da Itália sob o domínio de Napoleão I. (13) Outro recunho muito raro, é encontrado em pêsos espanhol (8 reales) tendo no Zodíaco o nome do gravador ALVAREZ, espécime êste obtido por ferros provenientes da abertura de outro cunho. O recunho foi feito em pêsos de Fernando VII, 1814; recunho em moeda de 20 reales de José Napoleão (ocupação francesa 1808-1814); recunhos em moedas de 8 reales da República Argentina e da República Mexicana.

Como já ficou dito no início dêste trabalho, a moeda provincial de 960 réis recebia, antes do cunho, no seu bordo a serrilha floreada, como era de praxe; porém, em alguns casos, conservava a serrilha da peça originária. No exemplar de 960 rs. de 1809, da Casa do Rio (peça única hoje integrada na col. numism. brasileira do Sr. João Batista da Costa Nunes) podemos observar que, excepcionalmente, a *serrilha floreada* foi aplicada posteriormente ao *recunho*, daí a compressão notada em certas partes do bordo, dando lugar a que algumas palavras da legenda ficassem muito próximas do mesmo.

Dr. Alfredo Solano de Barros, profundo conhecedor do assunto, afirma a existência de um exemplar com a data de 1809, porém, alterada a buril, o que torna a peça falsificada. Ainda, segundo o que nos diz aquêle numismata, trata-se de um patacão legítimo de 1810-Rio, com a data contrafeita, cuja operação, por sinal, muito bem executada, parece ao observador menos analítico, uma peça realmente de 1809.

Existem outros exemplares de serrilha aplicada posteriormente ao *recunho*, como no caso das moedas de 960 rs. de 1815 (Bahia) e 1821 (Rio).

---

(13) Exemplares da Col. Numism. Bras. de Dr. Alfredo Solano de Barros.

Ainda com relação ao reverso da moeda provincial de 960 rs. (14) podemos assegurar que há ferros de reversos completamente invertidos; às vezes, os mesmos se apresentam em posição horizontal ou inclinada à direita ou à esquerda. Nas três patacas de 1810, 1811 e 1816, da Casa do Rio, é que se pode observar, com mais freqüência, o reverso invertido. Dos três exemplos o mais raro é o da data 1811.

Quanto ao grau de estimativa da moeda de 960 rs., depende da *data rara* do exemplar determinado, aliada, naturalmente, à conservação do mesmo. Geralmente a moeda de 960 rs. é encontrada no mercado numismático ao preço mínimo de Cr\$ 80,60, havendo, porém, exemplares de alto valor aquisitivo como, os 960 rs. de 1810 e 1816, cunhados em Minas Gerais, principalmente o da última data, que quando bem recunhado, alcança, no mínimo o preço de Cr\$ 20.000,00. O exemplar de 1810 (Minas) vende-se hoje a Cr\$ 10.000,00.

A Casa Monetária da Bahia, reaberta desde 1714, procedeu, também ao recunho dos pesos espanhóis os convertendo ao valor nominal de 960 rs. ou três patacas.

M. A. Galvão, em sua obra "A moeda no Brasil", faz referência ao Alv. de 31 de Março de 1810, que manda executar na Casa Monetária do Rio, um jôgo de cunhos de 960 rs. para servir de tiço na Casa da Moeda da Bahia, e ainda nos diz aquêle ilustre numólogo: "e, por Portrie de 4 de abril de 1810, mandou-se executar na Bahia o Alv. de 20 de Novembro de 1809, recunhando-se os pesos espanhóis e pondo-se-lhes serrilha, como nas moedas de 640 rs...." Ordem esta efetuada afim de evitar numerosas fraudes e especulações.

A compra de pesos espanhóis visando o fabrico da moeda de 960 rs., foi sempre mantida pelo Real Erário. O próprio Galvão cita vários Avisos que corroboram essa afirmativa

---

(14) Existe uma moeda de 960 rs. (Rio) de 1813 que apresenta, no reverso, a letra monetária R deslocada, à esquerda, sôbre a esfera armilar. Trata-se de um exemplar muito raro.

(15) — “e em Provisões de 15 de Novembro de 1810 e de 25 de Maio de 1811 determinou-se à Junta da Fazenda da Bahia que os comprasse a 800 rs. escriturando-se a diferença em conta separada”.

O Aviso de 4 de Agôsto de 1814 autorizou a compra do pêsô a 840 rs. e, finalmente, a Provisão de 14 de Dezembro de 1815, mandou adquirir, em Pernambuco e no Maranhão, os pesos espanhóis pelo preço corrente da praça.

A cunhagem oficial da moeda de 960 réis, na Casa Monetária da Bahia se efetuou nos seguintes anos: 1810, 11, 12, 13, 14, 15 e 16. Muitas vêzes, porém, os cunhos eram aproveitados nos anos posteriores, como é o caso, por exemplo, do cunho de 1816, que trabalhou até 1818 inclusive.

Existe um exemplar de 960 rs. cunhado com (ligeiro toque de prata) a data 1818, letra monetária B e legenda do Príncipe D. João Regente, que tem despertado certo interêsse entre os colecionadores por ter sido a mesma moeda supostamente lavrada, naquela data, pela Casa da Moeda da Bahia. O Museu Histórico Nacional possui em sua coleção um pêsô espanhol legítimo de Potosi, emitido em 1817, que tendo sido comprado pelo Real Erário, recebeu no *recunho*, procedido pela Casa da Bahia, as mesmas mutras que serviram para o fabrico da moeda de 3 patacas de 1816. Na técnica, é essa operação denominada — *prorrogação de cunhagem*.

Com relação à legenda de certos exemplares lavrados pela Casa da Bahia, nota-se a existência de erros na abrição da palavra REGENS, do anverso, ficando REGENES. Êste êrro é encontrado nas moedas de 960 rs. de 1810 e 1813, sendo muito-raro quando verificado em peças de 1813.

A Casa da Moeda da Bahia também cunhou exemplares de 960 rs. em disco próprio nos anos de 1810 e 1816. Tendo sido o *recunho* a praxe estabelecida para o fabrico dêsse novo valor, causa-nos admiração a existência do mesmo cunhado em disco próprio e, portanto, em prata fudida, posta no

---

(15) M.A. Galvão — op. cit., p. 29.



toque de prata de lei e laminada. Atribuimos êsse fato ao direito que tinha o partiucular (Irmandades, Confrarias, etc.) de transformar suas alfaias ou pratas antigas em moeda corrente. Para isso, recorria-se à Casa da Moeda do Rio ou da Bahia, pagava-se o tributo do cunho e assim obtinha-se a moeda de prata. A cunhagem oficial era então executada logo que as pratas fôsem fundidas, laminadas, ensaiadas, etc. Por êsse motivo é que encontramos moedas de 960 rs. ou três patacas de 1810 e 1816 da Casa da Bahia, em disco próprio e, também do Rio de Janeiro, sob D. João VI, nos anos de 1819, 1820 e 1822.

Os 960 rs. da Casa da Bahia têm os mesmos tipos e legendas das emissões da Casa do Rio, mudando, apenas, a letra monetária no centro do Zodíaco — Figs. 7 e 8. São exemplares de 1810 e 1814, pertencentes ao Museu Histórico Nacional.

Em alguns casos o *recunho* é imperfeito, o que torna a legenda monetária (B) invisível. Neste caso, os cunhos são reconhecíveis por suas coroas mal traçadas, seus meridianos que não atingem os pólos e seus abecedários imperfeitos. Todos os exemplares têm serrilha floreada.

Há certas variantes de reverso tais como: o exemplar de 1810 (letra B) — legenda NATA. STAB., com pontos sôbre os AA; o exemplar de 1811 (letra B) com a mesma particularidade; dêste mesmo ano há o espécime com SU.BQ, com um ponto no meio; de 1812 (letra B) existe NATA, também com pontos sôbre os AA. As três patacas de 1814 (letra B) apresentam, no reverso, a seguinte particularidade: os meridianos centrais ao invés de se unirem no bordo da esfera, ficam com as extremidades sob o 1.º paralelo, terminando no último.

O *recunho* dos pesos foi também feito em Minas Gerais, para o que, em Alv. de 23 de Maio de 1810, mandou-se fazer na Casa do Rio, dois cunhos, tendo-se por Aviso de 9 de Junho ordenado reformá-los para se substituir a letra monetária R pela letra M (de Minas). Êsses cunhos foram reme-



FIG. 7



FIG. 8



FIG. 9



tidos para a Provisão de 7 de Setembro de 1810 à Junta da Fazenda de Minas para a recuhagem dos pesos espanhóis. Em Minas, a moeda de 960 rs. só foi cunhada nos anos de 1810 e 1816. Há dois cunhos de 1810 variantes e de 1816 só existe um. Encontra-se, também a moeda de 960 rs. (M) de 1810 com o reverso invertido, que é de alta raridade. Pelo estudo calssificativo dessa moeda, podemos assinalar que o 960 rs. de 1816 tem o mesmo cunho de anverso aberto em 1810. A prova está no *zero* da data de 1810 emendado para *seis*. A serrilha é floreada. Fig. 9.

Ao encerrarmos êsse pequeno estudo subsidiário sôbre os ocorrências e as diversas fases históricas ligadas à vida monetária do Brasil Colônia, notadamente a respeito da moeda de 960 rs. na época de D. João Regente, desejamos deixar esclarecido que, o nosso trabalho representa tão sômente uma gota d'água no oceano imenso e profundo da história monetária colonial brasileira, tendo o nosso objetivo se firmado precisamente na criação e evolução da moeda denominada *três patacas*, cuja história em seus mínimos detalhes, tudo ainda não foi dito e esclarecido, tal a complexidade de opiniões e de fatos em que se vêm emaranhando os estudiosos do assunto.

#### BIBLIOGRAFIA

- TEIXEIRA DE ARAGÃO, A.C. — “Descrição das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal.” Lisboa, 1874, 1877 e 1880.
- “Cent Ans de Numismatique Française de 1789 a 1889 ou A,B,C, de la Numismatique Moderne” — Paris, 1893. 3 vols.
- Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira — S. Paulo, 1937. 2 vols.
- CAVALCANTI, AMARO — “O meio circulante nacional” — 1893. 2 vols.
- BARÃO SMITH DE VASCONCELLOS — Archivo Nobiliarchico Brasileiro — Lausanne, 1918.
- LEITE DE VASCONCELOS — “Elencho das lições de numismática”. Lisboa, 1889.

- SOUZA LOBO, AUGUSTO DE — “Catálogo da Coleção Numismática Brasileira. 1908.
- LOPES FERNANDES, M.B. — “Memória das moedas correntes em Portugal”. Lisboa, 1856.
- Revista Numária — Fortaleza. Ano II — Nos. de 1 a 8-1937 e 1938.
- Revista Numismática — Diversos Nos. S. Paulo, 1933 a 1952.
- MATTOS, ARMANDO DE — “Evolução histórica das armas nacionais portuguesas”. Porto, 1939.
- MEILI, JULIUS — “O meio circulante no Brasil.”
- SOMBRA, SEVERINO — “Pequeno esboço de história monetária do Brasil Colonial.” Rio de Janeiro, 1940.
- ROMERO, EDGAR DE ARAUJO — Apostilas da cadeira de Numismática do Curso de Museus — Museu Histórico Nacional.
- SANTOS FERREIRA, G.L. — Armorial Português — 1920/3.

# O CORSO E A PIRATARIA NA AMÉRICA ESPAÑHOLA.

ANTÓNIO PIMENTEL WINZ

Conservador interino classe I  
do Museu Histórico Nacional

1.<sup>a</sup> PARTE

## ASPÉCTO HISTÓRICO

### BELIGERÂNCIA MARÍTIMA: DIFERENÇA ENTRE BELIGERANTES OFICIAIS, CORSÁRIOS E PIRATAS.

Por beligerância marítima, entende-se aquela que é exercida nas águas, quer dos oceanos, mares costeiros, continentais ou internos.

Em relação à América espanhola, as principais zonas de beligerância marítima, foram: o oceano Atlântico (costas do Brasil e da África), o mar das Antilhas e as costas da América, centros polarizados de quase tôdas as ações marítimas, desenroladas nas terras do Novo Mundo.

Podemos considerar três tipos de beligerantes: oficiais, corsários e piratas.

*Beligerantes oficiais* — constituem os elementos materiais e humanos criados pela Nação para a sua defesa e constituem as diferentes Marinhas existentes sôbre o globo. Os *elementos materiais* são os navios, não só os de guerra, mas também os auxiliares, transporte de tropas, de víveres, muni-

ções, etc. e igualmente os estaleiros onde são construídos; já o *elemento humano* é constituído pelos tripulantes ds diferentes tipos de embarcações e do pessoal que, permanecendo em terra, é responsável pelos reparos e manutenção desas embarcações.

Vemos que a beligerância oficial, está subordinada totalmente ao Estado, pois êle, no caso de uma guerra, poderá requisitar todos os navios existentes, até os mercantes e transformá-los em navios auxiliares ou de guerra; êsses navios ostentam os seus pavilhões abertamente, a fim de serem reconhecidos pelos das outras nações, e suas tripulações envergam uniforme e distintivos da pátria a que pertencem.

As nações beligerantes que atuaram no cenário da América espanhola, do século XVI ao século XIX foram as seguintes: no século XVI — França, Inglaterra na segunda metade do século e Holanda a partir de 1579. No século XVII — Holanda na primeira metade principalmente, Inglaterra e França durante todo o século. No século XVIII — cabe à França o papel de destaque nos ataques marítimos contra a navegação espanhola na América.

*Curso marítimo* — pode ser definido como: “a emprêsa de um particular contra os inimigos de sua pátria, realizada com a permissão e debaixo da autoridade da potência beligerante, com o objetivo exclusivo de causar perdas ao comércio inimigo e interceptor os neutros”. Os barcos que se destinam à guerra de curso são chamados *corsários*, daí em francês “*corsaires*”, em inglês “*privateers*”; em alemão “*kaperschiff*”; em italiano “*nave corsara*”; em português “*corsário*” etc. O curso era praticado, tanto em tempo de paz como represália e durante a guerra.

*Pirataria* — consiste, numa emprêsa armada com fim lucrativo e sem possuir autorização de qualquer govêrno; esta palavra vem do grego e significa “correr a sorte”, “tentar a

sorte". Ela supõe, em primeiro lugar, a tripulação do barco que se entrega a atos violentos, com assassínios, raptos, visando um único fim *o lucro fácil*; o segundo elemento, é a *ameaça causada* não a uma nação, mas a todos os navios mercantes das diferentes nações, que passam a ser prêsas fáceis, visto navegarem desarmados; o terceiro elemento, é que a maioria dos seus atos de pilhagem devem ser realizados em "*alto mar*" a fim de não cair só, sob a sanção jurídica de um determinado Estado, pois as águas, ali, são internacionais.

O dicionário Webster, define o pirata: "como um ladrão do mar, um homem que se apodera pela violência, da propriedade de outro; especialmente aquêle cuja profissão é navegar, com o fim de roubar e saquear, um bandoleiro do mar é também o que rouba portos" por esta definição, é difícil determinar se Francis Drake, Thomás Cavendish, Walter Raleigh e outros eram ou não piratas, pois, muito embora levassem cartas ou ordenanças de corso, os seus ataques e saques ficaram na memória de muitas populações e cidades litorâneas da América Espanhola.

O pirata passando a categoria de delinqüente, não adquiria o direito de propriedade sôbre as prêsas que porventura capturasse temporariamente, daí, com o fim de dar combate à pirataria florescente nos séculos XVI e XVII, estipulava-se que todo aquêle que capturasse um desses ladrões do mar, poderia apossar-se de todos os lucros, jóias ou riquezas, que encontrasse no seu navio. Surge a seguir o denominado "Direito de auxílio" do francês "Droit de recousse" isto é, como uma atenuante da primeira; o captor recebia uma parte, como reconpensa e indenização pelos gastos em armas os navios, formar a tripulação, etc; e o restante era devolvido aos antigos donos: as vítimas dos piratas. Só no final do século XVII é que se torna estabilizado o princípio da restituição das prêsas aos verdadeiros donos, daí a frase: "pirata non mutat dominium" (a atividade do pirata não modificava o direito de posse).



Um corsário pode ser considerado pirata e portanto passível de penalidades, quando infringe os seguintes dispositivos:

- a) Quando o barco não possui "patente".
- b) Quando continua sua guerra de corso, após ter expirado o prazo da sua "patente"; se a guerra já terminou ou se a dita patente foi retirada.
- c) Quando usa duas ou mais patentes de beligerantes.
- d) Quando se apodera para si dos barcos e carregamentos dos inimigos.
- e) Quando viola o Direito das Gentes ou use um falso pavilhão.
- f) Quando não apresenta voluntariamente suas prêsas a um tribunal competente.
- g) Quando faz a sua guerra em águas fluviais do inimigo.

#### BREVE HISTÓRIA DO CORSO MARÍTIMO NA AMÉRICA ESPAÑHOLA

A guerra de corso se perde nas brumas da história. Ela foi praticada por tôdas as nações marítimas, desde a mais alta antiguidade até a época atual. Em relação à América espanhola, tôdas as ações que se desenrolaram nas águas, tiveram como conseqüências próximas ou remotas, os acontecimentos políticos do teatro europeu. Focalizaremos o seu desenvolvimento desde o século XVI até a sua extinção em meados do século XIX.

SÉCULO XVI — É o período histórico, durante o qual, os pavilhões de Castela, flutuavam sôbre todos os mares do mundo até então conhecidos; o império colonial espanhol compreendia: As Antilhas, as Lucaias, a Flórida, o Yucatan, o México ou Nova Espanha, o Peru, o Chile, etc; sob o reinado de Felipe II e com a passagem de Portugal para o domínio, espanhol à partir de 1580, também o Brasil foi incluído nos



seus domínios, ainda no seu reinado as ilhas Filipinas passaram a fazer parte do seu imenso império. As lutas travadas entre Carlos V da Espanha e Francisco I da França, tiveram como consequência, repercussões na América com vice-versa, eram ataques isolados, pois as organizações de corsários e piratas só iriam tomar vulto no século XVII; após a passagem de Portugal para o domínio espanhol, já ao apagar das luzes do século XVI, intensifica-se o curso marítimo, os antigos inimigos da Espanha, como a França, aliaram-se à Inglaterra, que após o desastre da Invencível Armada em 1588, passam a atacar o tráfego marítimo espanhol; proclamação da República, por parte das Províncias Unidas dos Países Baixos em 1579, acarreta a entrada na luta naval contra a Espanha dos holandeses que possuíam uma forte esquadra.

Os principais ataques, no século XVI que tiveram como a América espanhola foram efetuados por:

*John Hawúkins*, inglês, que em 1595 morreu em águas de Pôrto Rico (nas Grandes Antilhas).

*Walter Raleigh*, inglês, ataca Trinidad (nas ilhas Barlavento em 1595).

*Thomás Cavendish*, inglês, assola de 1586 a 1588 as costas espanholas do Pacífico desde o Estreito de Magalhães até ao México onde incendeia e saqueia as cidades de Payta (norte do Peru) e de Puna (no Equador). Pelo Natal de 1591 ataca a então vila de Santos (Brasil) com 3 navios, queimando e saqueando durante vários dias alguns engenhos no caminho de São Vicente. No ano de 1592 voltando novamente aí, é repellido sendo mortos todos os piratas que desembarcaram. São igualmente repellidos na tentativa contra a ilha de São Sebastião e ilha Grande e maiores ainda foram as perdas ao tentar atacar o Espírito Santo.

*Francis Drake*, inglês, sua primeira ação em 1567 foi adversa no ataque ao Pôrto de S. João de Ulloa (nas costas do México perto de Vera-cruz); em 1572 e 1573 saqueia no istmo do Panamá as cidades de Nome de Deus e Cartagena das Índias (na Colômbia); na viagem de circunavegação de 1577

a 1580 ataca nas costas da Pacífico as cidades de Valparaíso, Coquimbo e Arica (no Chile), Calláo (no Panamá; em 1585 ataca novamente Cartagena das Índias e S. Domingos, assola os estabelecimentos espanhóis da Flórida; em 1595 leva a cabo juntamente com John Hawkins a última expedição à América, ataca Pôrto Rico, Domínica e dirige-se para Pôrto Belo (em Cuba) morrendo na viagem.

O Brasil passando a fazer parte da coroa espanhola é atacado por *Eduardo Fenton*, inglês, que em 1583 investe contra a cidade de Santos.

*Robert Withrington* e *Cristovam Lister*, inglês, em 1587 bombardeiam a cidade do Salvador (Bahia) e esqueiam o Recôncavo, a êles se une o holandês *Osquert*.

O inglês *Jaime Lancaster* associado aos franceses *Wenner* e *Noyer* em 1595 saqueiam o porto de Recife o maior empório de pau-brasil e açúcar da época.

Em 1599, 7 navios holandeses comandados por *Hartman* e *Broer* assaltam e saqueiam durante 51 dias os engenhos do Recôncavo.

SÉCULO XVII — É o período em que as Províncias Unidas lutam ardentemente contra a Espanha a fim de garantir a sua independência; as conseqüências advindas da Guerra dos 30 anos (1618-1648) que: abateu o poder da casa da Áustria, firmou a supremacia da França, reconheceu politicamente o protestantismo e manteve a Suíça e a Holanda independentes; as guerras contra Luís XIV rei de França, etc.; vieram enfraquecer o poderio espanhol, principalmente em relação à marinha que teve arrebatada a supremacia dos mares, primeiro para a Holanda e depois já no fim do século para a Inglaterra e França.

A potência comercial e financeira da Espanha parecia invencível, a Holanda funda então a famosa "Companhia das Índias Orientais" (1602) que passou a operar no tráfico clandestino com as possessões ibéricas da Ásia e em 1621 organiza a "Companhia das Índias Ocidentais" cujo palco de

ação seriam as Índias Ocidentais (América Central, do Sul e Brasil principalmente). O poderio naval holandês era respeitável, pois mantinha por esa época cêrca de 800 velas nos diversos mares do globo.

A Inglaterra começava a desenvolver a sua esquadra, após o desastre da Invencível Armada e o aniquilamento da Liga Hanseática, procura igualmente a rota seguida pelos galeões espanhóis carregados com as riquezas da América, onde o lucro era imediato e de fácil aquisição; após o "Act of Navigation" (1651) de Olivério Cromwell que assegurava o monopólio dos transportes marítimos para as esquadras britânicas, em prejuízo para a Holanda, que procurou se opor numa guerra infeliz, onde os seus almirantes Trompy Ruyter não conseguiram vencer a frota inglesa de Blake e tiveram que aceitar a paz de 1654; com êsse resultado, a Inglaterra alijou a Holanda de sua invejável situação, passando a disputar com a França o domínio dos mares.

No alvorecer do século XVII franceses e inglêses procuram se instalar nas Antilhas, principalmente os franceses que, com a criação da "Companhia de São Cristóvão", se estabelecem nas ilhas de São Cristóvão, Guadalupe, Martinica, Dominica e depois em S. Domingos que veio a ser um centro notável dos famosos e temíveis *boucaniers*. Esta ilha do Mar das Antilhas, chamada Espanhola e mais Haiti ou S. Domingos, estava semi abandonada pelos conquistadores espanhóis, repleta de manadas de gado selvagem com os quais os franceses se alimentavam e salgavam a sua carne prèviamente nos "*boucans*" (grelhas de madeira em que os selvagens defumam a carne), daí o seu nome de "*boucaniers*" (comedores de carne moqueada). Os espanhóis atacam a ilha e os que conseguem fugir passam para a ilha da Tartaruga (Tortuga), pequena e rochosa, onde se fortificam, estabelecendo aí o seu quartel general e "de matadores de reses se converteram em carniceiros de homens" como disse Gesse.

Sob o comando do corsário francês Levasseur formaram uma confraria "Os Irmãos da Costa" (*Frères de la Côte*)



FIG. I — Ajuste de Contas — Tela de Charles M. Paddy.  
Este quadro representa uma cena comum do século XVII no Mar das Antilhas, local onde enxameavam por essa época, inúmeras organizações de piratas que atacavam as embarcações espanholas carregadas com o ouro e a prata das suas colônias americanas; a divisão do "botim" (saque) entre dois ou mais chefes que se reuniam para pilhar os navios, se transformava em sangrentas disputas, pois nunca chegavam a um acôrdo sôbre a equidade da divisão efetuada, terminando por um duelo de morte (geralmente a espada ou a pistola de pederneira), entre os chefes, que era efetuado numa ilhota ou praia deserta e tendo como espectadores as respectivas tripulações.

Notar o navio ancorado ao largo.



militarmente organizados e armados passam a atacar os navios espanhóis carregados com ouro e prata das Américas e que, por essas paragens tinham suas rotas forçadas. Uniram-se depois aos "flibusteiros" (do holandês *vrijbueter-pirata*) e passaram a assolar as cidades e os navios por toda a região do Mar das Antilhas. No final do século XVII, com a conquista de Cartagena das Índias por uma frota anglo-espanhola, êsses "bucaneiros", de piratas que eram, passaram a corsários mercê das patentes que os governadores ingleses e franceses da Espanhola, Bahamas, Jamaica, etc.; lhes outorgaram desassombradamente.

No século XVII aparecem também ao lado dos "boucaniers", "frères de la côte", "flibusteiros" os famosos "*Gueux de la mer*" (Mendigos do mar) apelido dado aos corsários e piratas holandeses que também atacavam os galeões de Espanha. O nome de "*Gueux*" (mendigos) surgiu do seguinte fato: "Felipe II da Espanha, pretendeu, a fim de manter a posição católica na landres, estabelecer a Inquisição e o estrito cumprimento dos Editos contra a heresia protestante. Porém um grupo de aristocratas em Bruxelas, no ano de 1565, juraram um chamado "compromisso" contra a Inquisição e os Editos, que violavam as liberdades e os privilégios da terra. Aderira milhares de cidadãos. Chegaram com sua queixa até à Regente (Margarida de Parma) e, como Berlaymant, seu conselheiro, chamasse aos peticionários de "mendigos" (*Gueux*) foi o nome dado ao partido daí por diante, passado mais tarde para as tripulações dos barcos holandeses que faziam o curso nas Américas."

Os principais acontecimentos verificados na América Espanhola durante êste século foram os seguintes:

*Walter Raleigh*, inglês, é repellido na sua tentativa de atacar a Guiana por volta de 160 ou 1612.

*Henry Morgan*, inglês, em 1668 assola as costas de Cuba, saqueando as cidades de Pôrto Príncipe e Pôrto Belo; destrói em 1669 a fortaleza de Maracaibo e derrota no mesmo ano a

frota espanhola de don Alonso del Campo y Espinosa. Em 1670 ataca o Panamá incendiando e saqueando a cidade.

*Pieter Heyn*, holandês, atacou São Salvador (Brasil) 1624 e a Bahia de Todos os Santos em 1626; em 1628 aprisionou na baía de Matanzas, em Cuba, uma grande frota de prata espanhola.

*El Olonés*, francês, saqueou a partir de 1666 as cidades de Maracaibo (nas costas da Venezuela), Santo Antônio de Gibraltar, Puerto Cabalo (Pôrto Cavallo) e São Pedro.

*Montbars*, francês, agiu de parceria com o anterior nos ataques às mencionadas cidades.

O Brasil sob o domínio espanhol sofreu na primeira metade do século grandes ataques, principalmente dos holandeses inimigos da Espanha com quem estava em guerra.

*Paul van Caarden*, holandês, atacou em 1604 a Bahia de Todos os Santos.

*Joris van Spilberg*, holandês, ataca a ilha Grande, S. Vicente e Santos em 1614-1615 sem resultado.

1.<sup>a</sup> *Invasão holandesa na Bahia, de 1624 a 1625*, por uma esquadra de 26 navios sob o comando de Jacob Willekens.

B.<sup>a</sup> *Invasão holandêsa em Pernambuco* durou de 1630 até a capitulação final em 1654 na Campina do Taborda e foi efetuada a operação de 1630 por uma frota de mais de 50 navios.

SÉCULO XVIII — Quanto à situação política européia; se inicia com a guerra de Sucessão de Espanha (1700 a 1713), em consequência do testamento de Carlos II de Espanha que legara o trono por sua morte a Filipe d'Anjou do soberano da França, o que iria ameaçar a preponderância da Inglaterra, pois os dois países reunidos ficariam muito fortes, daí o teatro de operações ter ultrapassado a Europa e se refletir nas próprias colônias das nações beligerantes, como se deu no Brasil com as invasões francesas de 1710 e 1711. A guerra



de *Sucessão d'Austria* (1740-1748) e logo a seguir como consequência dessa última, a guerra dos *Sete Anos* (1756-1763) entre a Inglaterra e a França tendo ficado ao lado desta última a Espanha; o resultado favorável desta luta para a Inglaterra, veio alijar o seu maior rival nos oceanos, a França; tornando-se a primeira potência marítima do mundo.

A guerra de corso, que já se achava muito desenvolvida na segunda metade do século XVII, vai atingir o seu apogeu durante toda a metade do século XVIII; o papel preponderante nessa guerra de corso, cabe à França, que apresou inúmeros navios ingleses e holandeses durante a guerra que terminou em 1667; no começo do século XVIII os corsários franceses apresaram em menos de dois anos, 520 navios da Inglaterra num valor superior a 10.000.000 de pesos. Daí o governo britânico armar esquadras para proteger suas frotas mercantes e armar corsários com o fim exclusivo de causar danos aos navios franceses; porém os navios espanhóis que vinham da América continuavam a ser atacados por esses corsários—piratas.

Uma medida acertada foi tomada pela Casa de Contratacion; o envio, duas vezes por ano, de 2 grandes frotas mercantes fortemente protegidas por navios de guerra, medida essa em vigor desde o tempo de Felipe II e que foi reforçado no século XVIII, devido aos inúmeros corsários franceses e ingleses que assolavam aquelas paragens. Eram duas essas expedições: "la frota" (a frota) fazia o comércio das Antilhas, percorrendo o golfo do México, tocando em Vera Cruz, Cartanagena das Índias e Pôrto Belo, sortindo-lhe os vários mercados; na volta passava por Havana (Cuba). Era constituída de 60 a 70 navios; a outra chamada dos "galeones" (galeões) percorria as costas do Pacífico, do Chile ao Peru e era constituída de 40 a 50 navios. A carga de volta era em geral de ouro e prata em barras, cabendo ao tesouro real 20% (los quintos del rey). Embora os perigos de ataques fôsem muitos, o comércio espanhol com relação à América

foi em 1778 de 148 milhões de reales e em 1788 atingia a 1.104 milhões de reales.

Em 1755 a guerra de corso renascia novamente entre a França e a Inglaterra, pelo ato do almirante Bascowen que capturou traiçoeiramente 300 navios mercantes franceses; com o resultado dessa luta, a marinha francesa, passou para um plano secundário em relação à inglesa.

O primeiro passo para a extinção da guerra de corso, foi a "Liga da Neutralidade Armada" organizada em 1760 por iniciativa de Catarina II da Rússia e acompanhada por outros estados europeus, a fim de refrear as ações navais da Inglaterra e auxiliar à França, na defesa da causa dos insurretos norte americanos; uma Declaração posterior, de 27 de Fevereiro de 1780, regulava a liberdade dos navios dos estados neutros durante uma guerra marítima e expressando a resolução de empregar a força a fim de ser respeitada a integridade do seu pavilhão.

SÉCULO XIX — É a época, em que as antigas colônias espanholas da América lutam pela sua emancipação política, luta essa que se estende pelo primeiro quartel desse século. As ações navais foram travadas entre os espanhóis e a esquadra do almirante inglês Tomás Alexandre Cochrane, mais conhecido como Lord Cochrane, que estava a serviço do libertador argentino San Martin.

Napoleão I em 1813, projetara uma espécie de "entente internacional" para a proteção do comércio marítimo neutro, porém, somente a Declaração de Paris de 16 de Abril de 1956 veio abolir definitivamente a guerra de corso. Esta Declaração era constituída de quatro grandes princípios a saber:

- 1.º — O corso fica proibido.
- 2.º — O pavilhão protege a mercadoria, com exceção do contrabando de guerra.
- 3.º — Mercadoria neutra não pode jamais ser capturada.
- 4.º — O bloqueio deve ser efetivo.

BIOGRAFIAS DOS CORSÁRIOS E PIRATAS QUE MAIS  
SE DESTACARAM NA AMÉRICA ESPANHOLA E SUAS  
RESPECTIVAS ESFERAS DE INFLUÊNCIA.

*John Hawkins* — (1532-1592). Nasceu em Plymouth em 1532 e faleceu na América a 12 de Novembro de 1595; pirata e negreiro desde os princípios de sua carreira. Obteve em 1564 da rainha Elisabeth o navio "Jesus of Lübeck", para fazer o tráfico, o qual se abastecia na Serra Leoa (África) e vendia na América; foi o primeiro inglês a praticar o tráfico de negros. Em 1568 atacado no porto de Vera Cruz por uma esquadra espanhola que lhe inflingiu grandes perdas e lhe fez inúmeros presoneiros; tendo caído em desgraça, após êste insucesso, procurou entrar em relações com Felipe II de Espanha dizendo que levaria os próprios marinheiros ingleses para servirem-no contra a rainha Elisabeth da Inglaterra. O governo inglês soube dêsse estratagem e logo que John Hawkins e seus companheiros foram libertados, cumulou-o de honrarias e dos favores perdidos. Em 1572 fez parte da Câmara dos Comuns, por Plymouth, depois obteve o cargo de Tesoureiro da Marinha, no qual obteve para si grandes lucros. Amigo de Francis Drake, teve um papel saliente na batalha contra a "Invencível Armada" comandando o "Victory" e após a empreza na ilha de Wight, êle foi armado cavaleiro na mesma ocasião que Frobisher e Tomás Howard; o "Victory" foi o fator decisivo na batalha de Gravelines.

Em 1592 fez construir em Chatham o "Sir John Hawkins's Hospital" que ainda existe até hoje. Em 1595 acompanhou Drake numa expedição às Índias Ocidentais, morrendo em águas de São João de Pôrto Rico, sendo sepultado no mar. Foi homem malvado e sem escrúpulos, porém de grande interpidez; êle escrevia seu nome: *Hawkyns*, os espanhóis o apelidavam *Aquinas* e os portugueses: de *Canes*.

*Martin Frobisher* — (1535-1594). Nasceu em 1535 e morreu em Plymouth a 7 de Novembro de 1594; dos primeiros anos de sua carreira nada se sabe, provavelmente exerceu a pirataria, como muitos do seu tempo; em 1576 percorreu as costas da Groenlândia e a península do Labrador descobrindo o estreito que tem o seu nome, levou a cabo outras expedições à América em 1577 e 1578; em 1585 tomou parte com Drake na expedição às Índias Ocidentais e em 1588 comandando o "Triumph" teve papel saliente na luta contra a Invencível Armada. Foi juiz de paz do distrito de West Riddling em 1593. No ano seguinte, numa expedição de socorro a Brest contra os espanhóis, recebeu um ferimento, vindo a falecer em consequência do mesmo.

*Ricardo Greenville* — (1541-1591). Muito jovem entrou para o serviço do imperador Maximiliano II, tomando parte na guerra contra os turcos; voltando à pátria foi eleito para o Parlamento pelo condado de Cornwall. Em 1585 tomou parte numa expedição ao Novo Mundo, organizada por seu primo Walter Raleigh. No seu regresso, próximo de São Domingos, foi atacado por um navio espanhol, tendo porém o capturado; em 1586 voltando a essas paragens novamente, saqueou muitas populações litorâneas dos Açores onde apriou grande número de espanhóis.

Em 1591 servia na marinha de guerra com o posto de vice-almirante e de segundo comandante da frota de Tomás Howard destinada a interceptar um rico comboio de galeões espanhóis que se dirigia para às Índias; na altura dos Açores, a força naval inglesa constituída de 7 navios encontrou uma frota espanhola de 53 velas cuja missão consistia em escoltar os galeões. O navio Greenville, o "Revenge", separado do resto da sua pequena frota, travou combate com 4 navios inimigos inclusive o navio-almirante durante 16 horas, tendo repellido 15 ataques espanhóis.

Coberto de ferimentos, com grandes claros na sua tripulação, seu navio desmantelado pelos canhões espanhóis, pro-



pôs êle à tripulação, que ateassem fogo ao paiol com o fim de evitar serem capturados pelos seus vencedores; porém os tripulantes preferiram entregar-se aos espanhóis, tendo Grenville no dia imediato ao combate comparecido a bordo da nau capitânea espanhola, vindo a morrer, 3 dias após, em consequência dos ferimentos recebidos.

*Francis Drake* — (1545-1595). Nasceu em Tavistock (Devonshire) pelo ano de 1545 e faleceu no mar (perto de Hombro de Dios) a 9 de Janeiro de 1595. Desde cedo foi familiarizando-se com a vida do mar, graças a um parente seu, o famoso corsário John Hawkins. Aos 22 anos êle era capitão do "Judithe", êste barco aliás foi um dos dois únicos da frota de Hawúins que foi destroçada por uma esquadra espanhola no pôrto de San Juan de Ullôoa nas costas do México durante a meprêsa de 1567; Drake jurou vingar-se dos espanhóis e daí em diante, foi êsse o principal objetivo de sua vida.

A 24 de Maio de 1572 êle parte para a sua primeira expedição contra os espanhóis nas Índias Ocidentais, tinge o ístimo do Panamá, onte ataca e saqueia a cidade de Nome de Deus (Nombre de Dios), local em que se embarcavam para a Europa as riquezas do Peru. Os espanhóis conseguem expulsá-los e Drake sem se afastar muito daquelas paragens ataca a cidade de Cartagena das Índias e consegue apresiar nossas costas três comboios espanhóis carregados de ouro e prata com os quais carrega seus navios que regressam à Inglaterra à 9 de Agôsto de 1573.

Após ajudar o conde de Essex na luta contra os irlandeses, fêz-se ao mar novamente em 1577 com aprovação da rainha Elizabeth, com cinco barcos e se dirigiu na direção das costas brasileiras, capturando os navios espanhóis e portuguezes que porventura fôsem encontrados, penetra no rio da Prata e continua descendo para o sul onde, na baía de S. Jerônimo, sufoca u mlevante de sua gente, tendo mandado enforçar como medida disciplinar o capitão John Dang-



FIG. II — A rendição de Greenville.

Quadro célebre que nos mostra, Ricardo Greenville no dia imediato ao combate, na nau-capitânea espanhola diante do almirante em chefe da frota inimiga.

(Notar os trajés e armaduras da época, fins do século XVI).



thy. Atravessa o estreito de Magalhães; nesse lugar, uma tempestade afunda dois dos seus barcos (um dêles o "Mari-gold"), dois outros retornam à Inglaterra (um dêles o "Elizabeth") porém Drake não se intimida e prossegue com o único que lhe resta, o "Golden Hind" de 100 toneladas de deslocamento e em Valparaíso entre outras prêsas importantes, apodera-se do "Cacafuego" que trazia grande carregamento de ouro e pedras preciosas; ataca Coquimbo, depois Arica onde captura grande quantidade de prata em barras, a seguir penetra em Calláo (no Panamá) e consegue capturar um barco espanhol com riquezas avaliadas em 900.000 libras estrelinas; saqueia outras povoações espanholas ainda não visitadas pelos corsários e, subindo a costa americana do Pacífico, chega até à altura da Califórnia de onde se dirige para as Molucas, passa pelas ilhas Célebes, Java, daí para o Cabo da Boa Esperança e em seguida para Pdymouth em cujo pôrto fundeou em 8 de Novembro de 1580, tendo sido o primeiro marinheiro inglês que deu volta ao mundo.

Os seus inimigos enciumados com tantas proesas e apoiados no protesto do embaixador espanhol que reclamava os ataques perpetrados por Drake em plena paz, o taxaram de pirata. Não tiveram eco aos ouvidos da rainha Elizabeth que, admiradora da sua intrepidez, o admitiu à sua mesa, o armou cavaleiro e ordenou que a sua embarcação fôsse conservada como um monumento duradouro de sua glória e da Inglaterra.

A 15 de Setembro de 1585, partiu Drake para nova empreza nas Índias Ocidentais à frente de 25 barcos e 2.300 tripulantes, fêz algumas presas nas costas da Espanha (Galícia), passa pelas ilhas de Cabo Verde saqueia Vigo e Santiago onde, nesta última, após tomá-la e saqueá-la com 1.000 homens, incendeia a cidade; faz vela para as Índias Ocidentais, ataca sem sucesso Cartagena das Índias e se apodera de São Domingos, onde leva o resgate de 25.000 pesos; assola os estabelecimentos espanhóis da Flórida, destruindo os fortes de S. Antônio e S. Agostinho, visita a Virgínia onde



FIG. II — Medalhão com a efígie de Drake.

Antiga gravura representando o famoso corsário sir Francis Drake, este medalhão está circundado pela seguinte legenda latina:

“Francisco Drake Miles Auratus” (Francisco Drake, soldado áureo).

O primeiro almirante inglês aparece com a mão apoiada sobre o globo terrestre, com justo motivo, pois foi o segundo cronologicamente a realizar a viagem de circunavegação e primeiro marinheiro britânico a efetuar tal empresa.

recolhe os sobreviventes dessa colônia fundada por Walter Raleigh; após descansar em Roanocúe (colônia inglesa) regressa à Inglaterra com um (1) botim de 600.000 libras esterlinas.

Em 1587 recebe o encargo de destruir as concentrações de navios de Felipe II que se preparava para atacar a Inglaterra; Drake à frente de 20 navios ataca o pôrto de Cadiz, onde afunda ou incendeia cem embarcações espanholas ancoradas nesse pôrto, inclusive um galeão de 1.200 toneladas; assola as costas do Cabo São Vicente chegando até Lisboa, de onde segue rumo aos Açores capturando aí um transporte português procedente da Índia, com um carregamento no valor de 2.000.000. Ao voltar dessa expedição foi nomeado vice-almirante.

Em 1588 comandou uma das divisões da esquadra inglesa contra a Invencível Armada, cuja derrota se deve em grande parte à sua cooperação.

Em 1589 parte de Plymouth com uma forte esquadra de 80 navios e 11.000 homens, ataca a praça de la Coruña onde é rechassado, desembarca em Lisboa, porém, não se apodera da cidade, por serem insuficientes suas forças, na viagem de regresso, apodera-se de numerosos barcos espanhóis carregados de munições.

Em 1595 leva a cabo sua última empresa às Índias Ocidentais, juntamente com John Hawkins. Seguem com 6 navios (Espasa Calpe fala em 26 navios e 2.500 homens) ao passar pelas Canárias, Drake tenta um golpe de mão contra Tenerife, porém falha; seguem para Dominique, tentam atacar Pôrto Rico, não conseguem e Sir John Hawkins é morto em combate. Drake como único chefe incendeia na sua passagem as cidades de Santa Marta e Nome de Deus, dirige-se para Pôrto Belo, mas, ao ter conhecimento do insucesso da empresa no Panamá fica muito abalado e contrai

---

(1) botim, do francês butin quer dizer: despojo, espólio, saque prêsas, lucro, riqueza, pilhagem.

uma febre lenta vindo a falecer de um fluxo de sangue em 9 de Janeiro de 1595.

É um dos heróis favoritos do povo inglês, pois graças a êle e seus contemporâneos pôde a marinha inglêsa conquistar a supremacia dos mares; seu ódio aos espanhóis ficou popular na sua frase: “Haja paz ou haja guerra entre a Espanha e a Inglaterra, sempre haverá guerra entre Drake e os sequazes da Inquisição”; também dizia: “No peace beyond the line” (Nunca paz, por baixo do Equador, referindo-se à “linha”).

As armas adotadas por Drake ao ser armado cavaleiro, constituíam num globo terrestre com a jactanciosa divisa latina: “Tu primus cîrcundedistime” (Tu primeiro me circundaste) o que é inexato, pois, a primeira viagem de circunavegação, foi iniciada por Fernão de Magalhães em 1519 e terminada por Juan Sebastian Elcano.

*Walter Raleigh* — (1552-1618). Marinheiro, político e escritor inglês, nasceu em Hayes em 1552 e morreu recaptado em Londres, a 29 de Outubro de 1618; fêz seus estudos em Oxford onde deu provas de sua inteligência.

Em 1569 na França, entrou como voluntário no exército huguenote e tomou parte na batalha de Jarnac. Seis anos depois voltou à Inglaterra com intenção de estudar Direito, mas, um ano após, embarca para os Países Baixos para lutar a favor de Guilherme de Orange.

Em 1578 fretou um barco com o seu cunhado Humfrey's Gilbert, anunciando que iam descobrir novas terras, porém o objetivo da emprêsa era outro: capturar galeões espanhóis, porém a mesma fracassou. Em 1580 foi enviado à Irlanda para sufocar uma rebelião na qual faleceram 600 espanhóis e italianos vítimas de sua crueldade. Muito bem acolhido na côrte inglêsa devido à sua cultura e figura galharda, não tardo a captar a simpatia da rainha Elizabeth que o obsequiou com honrarias e benefícios, com grande escândalo para os mais velhos que se viam usurpados nos seus direitos.



Raleigh atingiu os mais altos postos sendo sucessivamente: membro do Parlamento, capitão da guarda da rainha, vice-almirante etc.

Procurou organizar várias expedições à América em 1584, 1585, 1586 e 1587 porém fracassaram tôdas e a colônia da Virgínia não pôde ser povoada; só no século seguinte teria início a sua colonização. Entre 1587 e 1588 Raleigh fazia parte da comissão de defesa do reino contra a projetada invasão por parte de Felipe II de Espanha; organizou numeroso exército, porém é pouco provável que se encontrasse nas ações contra a esquadra espanhola e tivesse tomado parte com Francis Drake na expedição dêste a Portugal em 1589, pois se achava na Irlanda por essa época, com o poeta Edmundo Spenser.

Em 1592 quando ia partir numa esquadilha, que êle mesmo havia fretado, foi por ordem da rainha encarceirado na Tôrre de Londres onde permaneceu alguns meses, pois esta soube dos amôres do seu favorito com uma de suas damas de honor Isabel Throgmorton.

Saiu da Inglaterra com 5 barcos armados às suas expensas em princípios de 1595, desembarca em Trinidad, fazendo prisioneira a guarnição espanhola e se interna 700 Kms. no território, porém, com a falta de recursos, volta à pátria com algumas pepitas de ouro e amostras de novos vegetais.

Em 1596 toma parte na expedição contra Cadiz da qual resultou ficar gravemente ferido, voltando a ter às graças da rainha. Em 1597 foi nomeado vice-almirante da frota contra a Espanha e mandada por ordem do seu rival conde de Essex; Raleigh se apodera de Fayal (nos Açores) com desgosto para o seu rival que o fêz comparecer a um tribunal, daí a rivalidade aumenta indo até a um duelo entre ambos e termina com a execução de Essex em 1601.

Após a ascensão de Jaime I em 1603 ao trono inglês, o soberano, que não o suportava, o acusa de cumplicidade contra o seu govêrno e o manda encerrar na Tôrre de Londres durante 7 anos. Depois de sôlto, Raleigh se oferece para



FIG. IV — Medalhão com a efígie de Cavendish. Antigo medalhão representado Thomás Cavendish, famoso corsário do século XVI e o terceiro cronologicamente a efetuar a circumnavegação do planeta; era também conhecido como: "o corsário elegante" da época

Circundando o medalhão a legenda latina: "Thomás Candish Armiger" (Thomás Candish, guerreiro).



embarcar para a Guiana, onde estava seguro de encontrar uma mina de ouro; porém as fôrças inglêsas que desembarcaram foram rechassadas pelas espanholas, mas os expedicionários destruíram o estabelecimento de Santo Tomás em cuja ação morreu o filho de Raleigh.

No regersso quis apresiar um galeão espanhol, porém a tripulação se sublevou e Raleigh logo que chegou a Plymouth foi detido por haver atacado uma nação amiga. O tribunal não achou motivo para a sua execução, mas como havia interêsse nela, se exarou a sentença em 1618 sendo decapitado nesse mesmo ano. Escreveu: "Hïstory of the World" versos e poesias, era conhecido pelos espanhóis como "Gualtério Rale".

*Tomás Cavendish* — (1555-1592). Cavendish ou Candish, o terceiro que levou a cabo a viagem de circunavegação do planêta, nasceu em Trimlay (Suffolk) em 1555 e faleceu em 1592. Estudou em Cambridge, porém havando malbaratado o seu patrimônio, lançou-se às aventuras marítimas com o objetivo de recuperá-lo.

Em 1585 fretou um navio que acompanhou a expedição de sir Richard Greenville à Virgnia e durante a viagem capturou três navios hesponhóis.

Em Julho de 1586 faz vela de Plymouth munido de uma autorização da rainha Elizabeth para fazer o curso aos navios espanhóis, segue com três navios passa pela Serra Leoa, ilhas de Cabo Verde, Cabo Frio de onde segue para o estreito de Magalhães, atravessando-o penetra no oceano Pacífico (chamado então Mar do Sul pelos espanhóis), e bordejando a costa sul americana espalha o terror e a devastação nas colônias espanholas, incendeia e saqueia a cidade de Payta e depois a de Puna onde aprisiona; no pôrto, um navio com rico carregamento. Ao atingir a Nova Espanha, captura um navio espanhol onde um pilôto de nome Sanchez lhe fornece preciosos informes sôbre o Mar do Sul e os movimentos



**FIG. V** — Gravura existente na mapoteca do Itamarati.  
Reprodução da gravura holandesa da época onde se descortina o panorama da cidade do Salvador (Sanct Salvador) em 1627, no canto direito a efígie de Pieter Heyn que pilhou o Recôncavo nesse mesmo ano.

dos navios mercantes espanhóis, onde êle consegue capturar ou pôr a pique mais de dezenove.

Na altura do cabo de São Lucas na Califórnia, aprisiona um grande barco de 700 toneladas de deslocamento, denominado "Santa Ana", navio-almirante do Mar do Sul e com uma carga de 122.000 pesos. Cavendish faz vela para a ilha dos Ladrões, a seguir fazendo escalas pelas Filipinas, Borneu e Molucas, atinge o estreito de Sonda de onde, após reparar e aprovisionar o navio, segue para o cado da Boa Esperança contornando-o, vai ter à ilha de Santa Helena e daí para Plymouth onde chega a 9 de Setembro de 1588.

Era tão grande o botim que trazia consigo, que do primeiro até o último dos seus marinheiros estavam vestidos de seda; as velas de seu barco eram de damasco, pois as primitivas se rasgaram durante a viagem, o mastro principal estava chapeado a ouro.

Cavendish pelo seu feito piratesco, foi armado cavaleiro pela rainha Elizabeth em pessoa; esbanjou em menos de três anos tôdas as riquezas obtidas na expedição; empreendeu outra com o objetivo de recuperá-las, porém, morreu pouco depois de vahe atingido a América do Sul e segundo outros, durante a travessia.

*Pieter Heyn* — (1578-1629). Pieter Pieterse Heyn, almirante holandês nascido em Delfshaven em 1578 e morto num combate naval nas costas da Flandres (Dunquerque) em 20 de Agosto de 1629.

Foi aprisionado por piratas espanhóis juntamente com seu pai, tendo ficado cativo de galeras por quatro anos, o que o fêz votar um ódio eterno aos ibéricos.

Foi pelo seu talento nomeado vice-almirante da frota da Companhia das Índias Ocidentais e derrotou os espanhóis em 1624 em São Salvador (Brasil) e em 1626 na Bahia de Todos os Santos onde capturou 23 barcos.

Em 1628 aprisionou na Bahia de Matanzas em Cuba uma grande frota espanhola carregada de prata no valor de 12

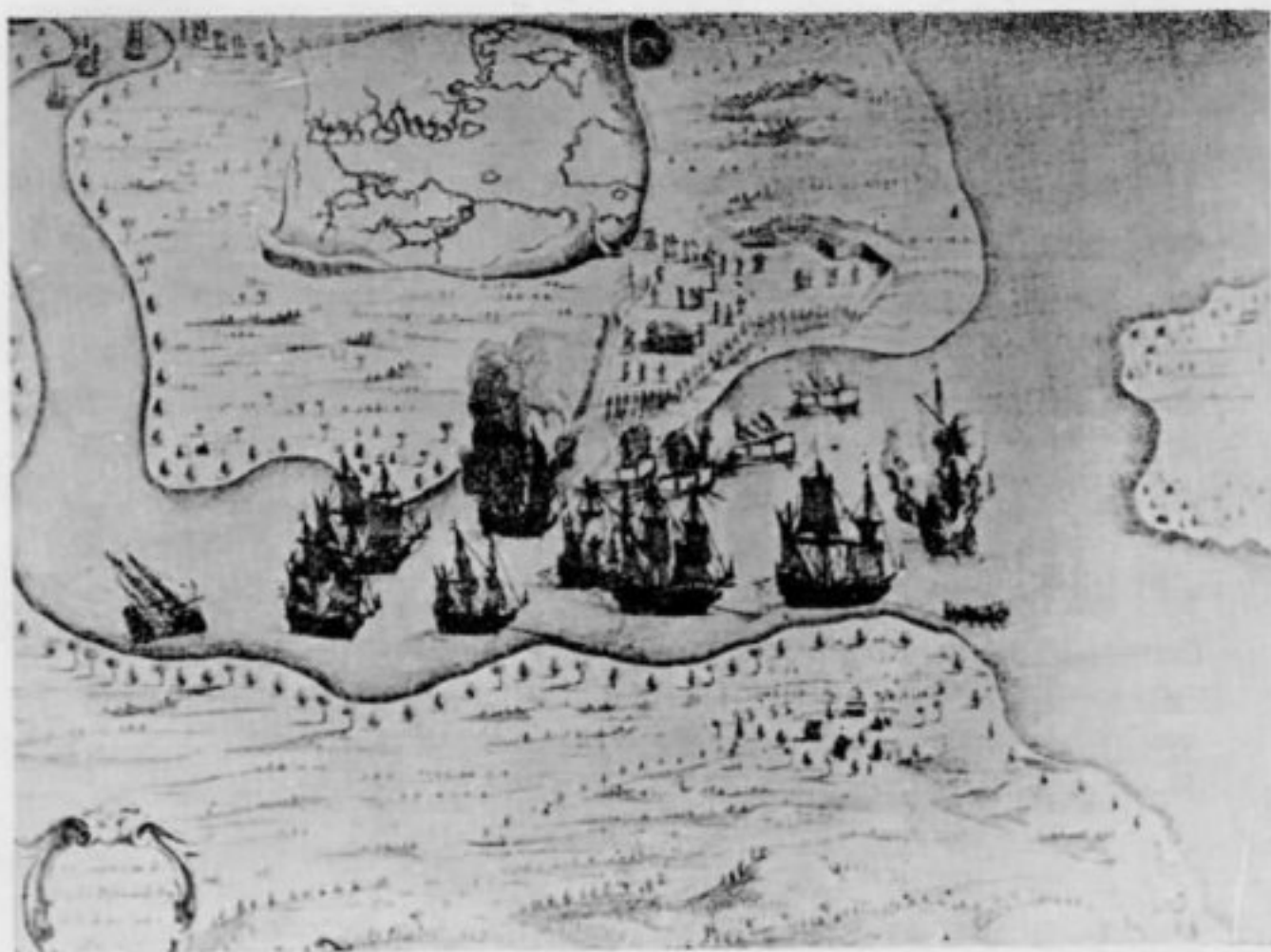


FIG. VI — Gravura existente na Mapoteca do Itamarati.  
Gravura holandesa da época, com a legenda: "A tomada de presas de  
açúcar na Bahia de Todos los Sanctos — Anno de 1627", pilhagem  
igualmente praticada por Pieter Heyn.  
(Notar as naus portuguesas incendiadas).



a 16.000.000 de florins, o que possibilitou o armamento de uma nova expedição contra o Brasil em 1630, a segunda invasão holandesa em Pernambuco.

Recebeu o título de grande almirante da Holanda e ficou também conhecido como o "Terror dos Mares de Delfshaven" após a captura da famosa frota de prata.

*El Olonés* — (1630-1674). Jean David Nau, denominado l'Olonnais, chefe de flibusteiros, nasceu em Sables d'Olonne em 1630 e morto pelos indígenas nas ilhas Barow no golfo de Darien em 1674.

Em 1650 partiu de La Rochelle para as Antilhas onde permaneceu três anos a serviço de um proprietário de embarcações; depois passou-se para a ilha de São Domingos onde chegou a ser um dos mais hábeis bucaneiros da ilha. Os espanhóis resolveram aniquilar todos os caçadores da ilha e Olonnais foi um dos poucos que conseguiu escapar ao massacre, refugiando-se na ilha da Tartaruga que pertencia à França e aí jurou vingança e ódio mortal aos espanhóis.

O governador francês da ilha, lhe forneceu um navio para fazer o curso contra os espanhóis; após diversos sucessos, escapou de ser massacrado na costa de Campeche onde se tinha perdido.

A seguir êle se associa com Michael le Basque (Miguel o Basco), e reúnem uma flotilha de oito pequenas embarcações com 440 homens, apoderando-se e saqueando as cidades de Maracaibo (1666), Santo Antônio de Gibraltar, Puerto Caballo e São Pedro, torturando os prisioneiros.

Êle propõe marchar sobre a Guatemala, mas metade da tripulação o abandona e o seu navio é destruído por uma tempestade perto da ilha de Las Perlas (Pérolas). Olonnais ganha a península do Yucatan mantendo-se aí alguns meses de caça e pesca, mas, faltando-lhe armas e premido pela fome, passa para a ilha Barow onde é capturado pelos indígenas, assado e comido. Foi conhecido como "Flagelo dos espanhóis".

*Henry Morgan* — (1635-1688). Célebre flubusteiro inglês nasceu em 1635 no País de Gales e morreu na Jamaica em 1688; em 1664 aporta êle a esta ilha onde um dos seus tios era tenente governador.

Em 1666 recebe o comando de um navio na expedição do bucaneiro Edward Mansfield contra Curaçao; Mansfield é morto, Morgan é então eleito almirante pelos bucaneiros.

Em 1668 havendo reunido 12 navios tripulados por 700 homens, assola as costas de Cuba, saqueia Pôrto Príncipe e se apodera de Pôrto Belo após um assalto onde cometeu as maiores atrocidades, impõe aos habitantes uma pesada contribuição de 100.000 escudos.

Destrói a seguir a fortaleza de Maracaibo (Venezuela) em 1669 juntamente com o pirata francês Olonnais; a primeiro de maio do mesmo ano trava combate com uma frota espanhola muito superior em fôrças e que era comandada pelo almirante Don Alonso del Campo y Espinosa conseguindo derrotá-la incluindo-se entre as suas presas a nau "Marquesa" equipada com 22 canhões.

Pretendia retirar-se à vida privada, pois já possuía grande fortuna, porém os companheiros se opuseram, recordando que havia prometido levar a cabo uma emprêsa de maior importância.

Em fins de 1670 munido de um comando regular do governador inglês, convocou todos os flibusteiros possíveis, num total de três mil e os distribuiu nas 37 embarcações grande e pequenas que compunham a frota e parte para o ataque ao Panamá. Toma de assalto a Rancheria próximo de Cartagena das Índias, apodera-se da ilha de Santa Catarina e após atravessar o rio Chagres, marcha sôbre o Panamá, onde derrota a 26 de Janeiro de 1671 um exército espanhol de 10.000 homem equipados com peças de artilharia e cavalaria; após o saque ordena que a cidade seja incendiada, retirando-se para a Jamaica com um riquíssimo botim de 443.300 libras de prata, sem contar o ouro e as pedras preciosas.



Em 1674 faz uma viagem a Londres, onde o rei Carlos II o recebe afetosamente e o nomeia tenente governador da Jamaica, onde termina tranqüilamente os seus dias falecendo em 1688 e sendo enterrado na Igreja de Santa Catarina de Port Royal.

*Montbars* — 1645 - ?). Montbars ou Monbars, filibusteiro francês denominado "o Exterminador" nasceu no Languedoc no ano de 1645, embarcou em 1663 com um tio seu, que era comandante de navio, para fazer a guerra de corso aos espanhóis. Aprisionaram um navio espanhol, cujo comando foi dado ao jovem Montbars. No combate seguinte foram postos a pique quatro embarcações espanholas tendo o seu tio perecido na luta foi por êle substituído, tornando-se daí em diante o terror do Mar das Antilhas, tendo atacado e saqueado juntamente com Olonnais e Miguel o Basco, as cidades de Puerto Caballo, Maracaibo, São Pedro etc.

Ignora-se o fim que teve.

## II.<sup>a</sup> PARTE

### ASPECTO JURÍDICO

#### CONCEITO JURÍDICO DO CORSO MARÍTIMO

Tôdas as armadas do mundo tiveram as suas origens no corso e na pirataria, o mar lhes ensinou a pilhar, as próprias conquistas, quer dos navegadores espanhóis, portuguezes, ingleses, franceses, holandeses, etc., nos mostram êste aspecto; o comércio surge depois.

As pequenas ou grandes esquadras dos descobridores ao zarparem dos seus portos de origem, rumo ao desconhecido, achavam-se completamente divorciadas de qualquer regulamento ditado pela nação a que serviam, não havia uma norma de conduta pré-estabelecida; o comandante reunia na sua pessoa tôdas as leis que regiam a vida de bordo, podendo, castigar, punir e até mandar executar qualquer tripulante

que desobedecesse às suas ordens. Para não citar muitos exemplos, o que tornaria enfadonha esta exposição, relembro os episódios da viagem de Fernão de Magalhães, quando consegue subjugar um levante nos seus navios; na baía de São Julião em 24 de Agosto de 1520 fêz executar os cabeças do motim, os capitães Luís de Mendoza e Gaspar de Quesada, sendo Juan de Cartagena abandonado à própria sorte em terras Patagônicas; Francis Drake que sufoca um levante, após haver saído do rio da Prata, na baía de São Jerônimo, mandando enforcar o capitão John Danthy, principal responsável, como uma advertência sombria para novas sublevações.

Entre os *corsários* de pode falar de um *protocolo*, pois eram mandatários de uma nação e do seu govêrno, tinham títulos oficiais, por seguirem estudos e por terem um título profissional e uma patente de autorização expressa que os fazia sentir como um prolongamento da Pátria; porém a maioria dêsses corsários, praticavam atos de pilhagem e carnificinas iguais aos dos piratas, daí ser difícil a sua distinção que se tornou mais intrincada quando piratas-corsários inglêses receberam tratamento de “sir” e títulos de nobreza, como diz Philip Gosse na sua “História de la pirateria”, ao se referir a ida da rainha Elizabeth ao navio de Drake: “hizo remar en su barca rio abajo para armar caballero al ladrón del mundo conocido en el puente de su “Golden Hind”...”

Já os *piratas*, se regiam por um *direito oral* impôsto a cada navio, era uma mistura de comunismo, democracia e absolutismo; porém, antes de se fazerem ao mar, tinham por costume reunirem-se numa espécie de Junta ou Assembléia para decidir as condições em que iam efetuar os assaltos: a participação dos lucros obtidos, como seria feita a distribuição equitativa pelos tripulantes; as recompensas dos feridos e mutilados nos combates, que seriam dadas em espécie ou em escravos, conforme a importância da mutilação sofrida:

perda do braço direito = 600 peças ou 6 escravos, braço esquerdo = 500 peças ou 5 escravos, perna direita ou esquerda = 400 peças ou 4 escravos, um olho = 100 peças ou 1 escravo.

Num antigo documento pirata, vemos que havia direitos e deveres entre a tripulação e os seus chefes:

1) Todo homem deverá obedecer ao mando superior; o capitão receberá metade do botim; o patrão, o carpinteiro e o contra-mestre receberão uma quarta parte.

2) Todo homem que desertar ou ocultar algum segredo com a tripulação, será abandonado numa praia deserta, com um pouco de pólvora, de água e uma pequena arma de um só tiro.

3) Todo homem que roube algum objeto dentro da confraria ou fique com mais de uma moeda que outro, será expulso do barco ou ferido a bala.

4) Todo homem que disparar suas armas ou fume tabaco na bodega (adega) do barco, sem colocar um casquete na pipa ou que leve consigo uma vela acesa sem a lanterna, será castigado mediante a lei de Moisés (isto é, 40 açoites menos um nas espáduas desnudas).

5) Todo homem que não cuide de suas armas e não as possua prontas para o combate, será descontado na sua parte e ficará sujeito a um castigo exemplar, que será impôsto pelo capitão e pela tripulação.

6) Todo homem que, ao encontrar-se com uma mulher honesta, fizer propostas desonestas sem que ela consinta, será condenado à morte.

#### PATENTES OU MARCAS

Os corsários tinham obrigação de se conduzirem conforme as leis e os costumes da guerra, tinham que observar rigorosamente as instruções contidas na sua autorização ofi-



FIG. VII — Reprodução de um quadro de Roque Gameiro. Caravela dos séculos XV, e XVI, acastelada à proa e à pôpa, armando nos dois primeiros mastros duas velas redondas e uma latina no 3.º a ré; notar nessas velas a cruz, que é a da Bandeira da Ordem de Cristo para as Índias, notar igualmente no tópo dos 2 mastros respectivamente: no 1.º a bandeira das Quinas para a navegação e no 2.º a bandeira da Esfera, pendão de D. Manuel, e portanto um navio português. Este tipo de navio é comum, com ligeiras modificações aos usados pelas outras nações durante os séculos XV e XVI para as viagens oceânicas.



cial, que era denominada "patente de corso", em francês era chamada "lettre de course", "lettre de marque" ou "commission en guerre" eram também chamadas "lettres de represailles"); em alemão "úaperbrief"; em inglês "commission".

O direito de represálias tinha por único objetivo a reparação de um dano particular, pois na Idade Média e na própria Idade Moderna, cada cidadão ofendido por outrem apelava para os duelos, a fim de alcançar a reparação do seu agravo, daí ter passado êste costume para o corso marítimo, onde encontramos duas modalidades de cartas:

a) *cartas ou letras de marca* para o corso geral, em tempo de guerra total, exercido por todos os navios e súditos de um governante, contra os súditos do outro beligerante.

b) *cartas ou letras de represálias* para o corso particular, igualmente com aturização do governante, mas sòmente a algumas pessoas que a solicitassem praticar, mediante a apresentação de uma ofensa moral ou prova de danos materiais.

Para obter uma *Patente de corso* era preciso, além de reunir condições pessoais que permitissem tal empreendimento, como bravura, conhecimento profundo das zonas marítimas onde iria exercer o corso, ter-se distinguido em ações navais anteriores, ter o necessário dom de comando e disciplina, a fim de evitar excessos por paret da tripulação, etc.; teria o futuro corsário que depositar, por intermédio de um substituto ou procurador do armador responsável pela expedição, uma certa quantia em dinheiro que variava conforme o país, e era proporcional ao armamento e à indenização pelas perdas ocasionadas ao infringir-se os Regulamentos e Ordenanças de Corso.

#### ORDENANÇAS DE CORSO

Pelos diferentes Tratados e Convênios firmados pelos países interessados no corso marítimo, três famosas condições

foram impostas, para que a guerra de corso se tornasse legítima e reconhecida pelos beligerantes:

a) o corsário devia estar provido da autorização do seu Governo (Patente).

b) ter pago previamente uma fiança que servisse de indenização às vítimas dos possíveis abusos que cometesse.

c) as presas, seriam submetidas ao juízo e sentença de um tribunal especial.

Desde a Ordenança do rei aragonês Pedro IV, que esses dispositivos são conhecidos na Espanha; esta Ordenação, datada de 26 de Fevereiro de 1356, discriminava entre outras providências: o pagamento de um mês adiantado; os soldos para os tripulantes e o numerário para as provisões, num período de 4 meses; uma parte dos lucros obtidos durante a empresa seriam do rei, pois, no caso dos armadores prescindirem do auxílio real, não teriam que dar nada ao soberano.

Os reis católicos Fernando e Isabel legislaram em 1480 sobre o direito do "quinto" de antiquíssimos antecedentes; ficaria reservado para a Corôa a quinta parte do total das presas que obtivessem os espanhóis — no mar ou em terra — por ocasião de guerras.

Desde 1525 que as Côrtes de Toledo (antiga capital da Espanha antes da ascensão de Felipe II, que a transferiu para Madri), legislaram e promulgaram Ordenações Reais para armarem em corso os vassallos do seu reino, a fim de fazerem a guerra a seus inimigos franceses e ingleses, primeiro no século XVI e holandeses no século XVII.

A guerra de corso tendo atingido o auge no século XVIII, inúmeras Ordenações foram emitidas, tendo ficado a cargo dos Intendentes a verdadeira organização da Marinha espanhola com um caráter muito mais militar do que particular. Aos Ministros das Províncias deviam se apresentar todos aquêles que quisessem armar-se em corso pelas respectivas províncias para receber a competente "patente", entregavam



uma relação completa sôbre o tipo da embarcação, sua capacidade, tonelagem, armamento, apetrechos e a sua tripulação; êsse ministro recebia também a fiança; daí, os papéis eram enviados aos Intendentes que os examinavam, aprovavam e devolviam juntamente com a "atente" respectiva. Aos Ministros, também era facultado o conhecimento, isto é, de onde provinham as presas provenientes da guerra de corso.

Outro artigo das ditas Ordenanças de Corso mandava examinar os papéis, os contratos de fretamento, se a carga existente no navio constava nas relações apresentadas, pois, no caso dela ser suspeita o navio devia ser detido; da mesma maneira, os documentos sem as firmas das autoridades que os exaravam ficavam nulos, e os navios podiam ser apre-sados.

Já na época de Carlos IV de Bourbon, que dedicou especial atenção ao corso espanhol contra os inimigos da Pátria, a "Ordenança de 1801 e suas adicionais" que contém 59 artigos descreve extensivamente as normas necessárias para organizar uma expedição de corso, os foros e graças que serão concedidos aos corsários e os sistemas penais que serão empregados e observados.

#### O CORSO NA DOUTRINA INTERNACIONALÍSTICA CLÁSSICA

Os tratadistas clássicos da doutrina jurídica internacional que se ocuparam com o corso marítimo, foram os holandeses: Hugo Grócio (do latim Grotius que foi diplomata e jurisconsulto na Holanda, cujo nome de origem era Hugo de Groot — 1583-1645) e Cornélio van Bynkersoek.

*Hugo Grócio* autor de um livro célebre "De jure belli ac pacis" de 1624, onde procura estabelecer a diferença entre o corso marítimo e a pirataria, porém, baseando-se em textos de historiadores antigos como Tucídides, Homero, Sólon, nada de novo pôde trazer para a sua época, em que as lutas navais se estendiam por todos os mares do mundo.

Já a obra de *Cornélio van Bynkersoek* "Questionum juris publici" nos apresenta comentários que se ajustam na órbita do curso marítimo, principalmetne nos capítulos XVII, XVIII e XIX, que tratam respectivamente: do conceito de piratas e corsários; as presas efetuadas por ambos e as responsabilidades que contraíam os possuidores de navios corsários. Ele começa a obra definindo as palavras *pirata* e *ladrão*, pois os que roubavam tanto em terra como no mar, sem autorização de um Soberano, seriam considerados como tal e ficavam sujeitos às penas e às sanções da lei.

O Editto de 29 de Janeiro de 1658 dos Estados Gerais das Províncias Unidas, considerava como piratas todos aquêles que, sob as ordens de um príncipe estrangeiro ou de vários príncipes, praticassem depredações saqueando os neutros e pondo um Estado em guerra com outras nações; êste Editto foi cotnra as patentes outorgadas pela França e Portugal contra a Holanda.

Eram também castigados como piratas, os que cometiam atrocidades com os vencidos, cometessem fraudes ou cortassem as redes dos pescadores de arenques (artigo 23 do decreto de Felipe II de 9 de Março de 1580).

Detem-se extensivamente analisando o caráter de corsários e não de piratas como supunham outros países, dos povos africanos do Mediterrâneo como Argélia, Tunísia, Tripolitânia, pois são Estados organizados com territórios, onde existe um Govêrno e não bárbaros como são chamados pelas nações da Europa.

Discorre sôbre as atribuições do Tribunal do Almirantado. A cláusula 3.<sup>a</sup> das Regras dadas pelos Estados Gerais de 13 de Agôsto de 1597 dizia: "Êste Tribunal terá jurisdição sôbre todo o botim e presas que possam se capturar por navios de guerra ou particulares equipados sob as ordens do almirante."

Bynkersoek cita êstes capítulos e disposições, tanto para os corsários como para os piratas, sem estabelecer diferenças entre os mesmos.

O castigo normal para os piratas consistia no confisco dos bens obtidos durante os seus assaltos e na pena capital para o mesmo, em virtude dos assassínios e atrocidades cometidas durante as suas emprêsas; esta norma era seguida e adotada na época por tôdas as nações da Europa.

Quanto ao tratamento que seria dado aos corsários, estava na alçada do Direito Público, pois o curso requeria autorização pública do Estado. No caso, havia uma licença dada pelo mesmo (patente), daí existirem leis especiais e sanções para os corsários que durante as suas emprêsas cometessem assassínios injustificáveis ou pilhagem desnecessárias, passando nesses dois casos a condições de simples piratas.

Detem-se citando inúmeros exemplos e considerações relativas à divisão do botim, no caso de um único navio armado em curso ou no caso de diversos que se associam para a emprêsa.

Já os principais autores espanhóis relacionados com a época da dominação da Espanha na América, serão apenas citados, pois um relato muito longo dêsse assunto, fugiria ao tema do trabalho.

*Juan de Hevia Bolaños* publicou em Lima, no ano de 1603 uma obra "Curia Philippica" onde no livro III se ocupa de várias questões do Direito Martimo, dizendo que: "os particulares podem armar navios para exterminar os inimigos infiéis, tendo direito ao quinto das presas que fizerem" e sôbre as presas pacturadas: "se as tiraram do mar e levam para um lugar seguro e vendem-nas logo a um terceiro; não será permitido tirar ou recuperar dêste".

*Francisco de Montemayor y Córdova de Cuenca* na sua obra: "Discurso político, histórico, jurídico del Derecho y reparto de presa y despojos aprehendidos en justa guerra, premios y castigos a los soldados" (México 1658) discorre muito sôbre o assunto, apresentando curiosas regras para a determinação da legitimidade das presas, o tempo que ficarão em poder dos capturados, etc.



FIG. VIII — Mortalmente atingido — Tela de Montague Dawson. Representa a gravura uma Nau do século XVII, acastelada na proa e com 3 mastros armando velas redondas. Contemporâneos desse tipo foram os Galeões espanhóis, as Urcas dos holandeses, Galeras etc.



*José Monrás* publicou em Barcelona por volta de 1669 ou 1670 uma obra: "Discurso Jurídico Sobre Presas de Armadores y Quinto de su Magestad, según Constituciones de Cataluña" onde dizia que, aos armadores estava permitido: "não só limpar os mares de piratas e corsários inimigos, como também depredar seus navios e apresar suas bagagens; podendo vistoriar legalmente os navios de contrabandistas, pedindo os passaportes e cartas de mar e examinar as mercadorias".

## II.<sup>a</sup> PARTE

### O CÔRSO ESPANHOL SOB O ASPECTO JURÍDICO

Foi uma consequência dos inúmeros ataques sofridos pelos navios da Espanha, vindo das Américas e das Índias, pelas organizações de piratas e corsários que infestavam aquelas rotas marítimas.

Nos fins do século XVII e durante todo o século XVIII, os ataques aos galeões espanhóis por parte de piratas e corsários ingleses e principalmente franceses, atingiu o auge; daí a necessidade de armar-se e aumentar não só a Marinha de Guerra, como também a todos os particulares que desejassem fazer o corso contra os inimigos da Pátria; porém, o poder naval espanhol já não era o mesmo da época de Felipe II, e daí os seus extensíssimos domínios ultramarinos ficarem expostos aos ataques de outras nações inimigas, como a Inglaterra e a França, que incrementaram o seu comércio clandestino nesses territórios desguarnecidos.

As *Ordenanças de corso* constituíam a espinha dorsal da organização espanhola, exigia-se sempre, que elas fôsem cumpridas com o maior rigor e pontualidade, especialmente na parte referente a legitimidade ou ilegitimidade, das presas, cuja declaração seria feita antes de completar 24 horas de sua captura, a fim de que, sobre as mesmas, não houvesse intervenção alguma das autoridades da Marinha, como auditores ou escrivães, com o fim de evitar complicações durante

a venda; a divisão, nas mãos de uma pessoa honrada e idônea em assuntos comerciais, e que tivesse sido eleita de comum acôrdo com o armador e o capitão do navio corsário.

As Ordenanças consideravam como boa prêsa todo navio mercante que não se sujeitasse ao reconhecimento pelo corsário ou fizerem fogo contra o mesmo, alegando como desculpa a suspeita de que "fôssem mouros" o que era impossível, pois o corsário espanhol arvorava sempre a bandeira da sua pátria, como determinavam as regras por ocasião da vistoria em navios suspeitos.

Consideravam também que, a fim de evitar a demora nos despachos dos papéis autorizando o curso a um súdito qualquer, fôsse feito exclusivamente pelo Intendente e pelo Ministro, respectivamente, o armamento do navio e a fiança do armador. Terminava dizendo: "de hacer frenar buena guerra, y de que no hará daño a Vasallos amigos y confederados de esta Corona, que navegasen o comerciasen..."

Velhos documentos do século XVIII falavam das queixas, da maioria dos armadores, pos prejuízos que sofreram por parte dos Escrivães sob o pretesto das fianças ou de pretensa intervenção nas descargas, vendas e divisões de presas.

Os próprios corsários, aborrecidos com essas dilações burocráticas, abandonavam às vêzes tais negócios e iniciavam as suas correrias em busca de emprêsas, nas quais obtivessem um lucro mais afortunado e mais rápido, isto é, navios que trantportassem valores, quer fôssem em ouro, prata ou quantias em dinheiro, do que os mercantes cujos produtos se deteriorariam com grande facilidade, devido ao tempo que duravam os trâmites burocráticos como: a publicação de Pregões para as vendas das presas; notificações e diligências jurídicas dos Auditores, Delegados e Sub-delegados; o acúmulo dos navios corsários para serem atendidos, etc.

Uma das partes mais importantes das Ordenações era relativa a: *Concessão de Direitos aos corsários* cujas vantagens eram as seguintes:

a) Era dispensado aos mesmos isenção de pagamento nos serviços de ancoragem, capitania do pôrto e outros assi-



nalados no Almirantado; daí se entenderem às embarcações corsárias e às suas presas os privilégios que se concediam aos navios de Sua Majestade ou "fretados por sua Real ordem".

b) Eram igualmente facilitados aos navios corsários os elementos necessários para a prática do curso, como: pólvora, munições, saquilhos para metralha, buchas para artilharia, etc., tanto para a defesa como para o ataque.

c) Os Arsenais Reais facilitavam por meio de empréstimo: canhões, pistolas, arcabuzes de pederneira, armas brancas (punhais, espadas), etc.; pois nos arsenais particulares o seu preço era muito elevado.

Para fomentar os armamentos em curso, se preferiam as embarcações ligeiras e fortes dos particulares, do que as de comércio neutras para efetuar os transportes.

Para terminar, citarei o curioso direito de "*Pendolage*", que será traduzido mais acertadamente por "botim" ou "saque".

A maioria das presas se perdia antes de chegar ao pôrto de destino, devido à excessiva licença que se davam aos corsários, principalmente durante o século XVIII, pois retiravam logo após a captura do navio, os seus elementos indispensáveis para a navegação e para a defesa, isto é, o armamento; o que dava lugar a que navios ingleses ou franceses recapturassem facilmente o navio que tinham perdido para os espanhóis, como por exemplo: se deu em 1760 um fato no qual os corsários espanhóis estavam entretidos em "pendolear" sobre a coberta de um navio inglês capturado, as mercadorias encostadas, havendo entre os mesmos sangrentas disputas, quando surgiram fragatas de guerra inglesa, que os aprisionaram e levaram para Gibraltar.

As ordenanças proibiam o direito de "pendolage" com pesadas penas para os que violassem, e, a fim de evitar disputas entre os armadores e os tripulantes das embarcações corsárias, estipulou-se a porcentagem que cada um teria por ocasião da divisão das presas.



FIG. IX — De vento em pôpa — Gravura da revista Square. Representa uma Galera de princípios do século XIX e muito comum nas grandes esquadras dos países europeus da época. Era o veleiro mais completo que se conhecia com três mastros que ofereciam uma enorme superfície de pano, a qual auriéntava a sua velocidade quando o vento "soprava de feição".

ALGUNS DOCUMENTOS REFERENTES AO CORSO  
ESPANHOL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE O  
SÉCULO XVI E O SÉCULO XIX

Sendo os documentos muito extensos, o que não comportaria neste breve resumo a sua publicação integral, procurei focalizar as partes mais importantes de alguns relacionados com a América espanhola.

Os documentos do *século XVI* nos mostram a preocupação da coroa espanhola contra os corsários franceses que infestavam as águas de suas colônias ultramarinas, eis algumas notícias extraídas de diferentes documentos pertencentes às coleções Muñoz e Navarrete:

1) “21 de Abril de 1513 — Real Cédula aos Oficiais de Sevilha mandando prover do necessário, a fim de garantir os navios das Índias contra corsários franceses”.

2) “13 de Junho de 1522 — Provisões sôbre o armamento de uma esquadra contra corsários franceses que saem a roubar as naus das Índias”.

3) “13 de Junho de 1522 — Real Provisão, dada por solicitação dos comerciantes das Índias, mandando preparar uma armada para a guarda dos mares do Poente contra corsários franceses”.

4) “14 de Maio de 1528 — Armada para a guarda da costa e dos navios das Índias em virtude do retôrno de corsários franceses àquelas paragens”.

5) “24 de Novembro de 1551 — Cédula do Príncipe, concedendo licença a todos que queiram armar em curso contra os franceses, por terem êles declarado a guerra”.

6) “1 de Janeiro de 1553 — Real Provisão, despertando o estímulo do curso contra franceses, para que seja do apressador a metade do valor das presas obtidas”.

7) Sentença de 1557 contra Piratas Franceses.

“Sentença dada contra Domingo Gandi Florentin Capitão e a tripulação da Galera francesa denominada “La Gre-

zen” de Bordéus, sôbre roubos que cometeram no Mar e foram apresadas por Don Álvaro de Bazan em 1557”.

“... por terem tomado e roubado com a dita Galera no Mar da Ilha da Canária um Navio da Bretanha que para ela se dirigia carregado de Mercadorias e Mantimentos, Peças de Artilharia de Ferro, Mosquetes de bronze com pelotas e pólvora para êles e outras armas e coisas da dita Galera, e colocando a gente do Navio, no Batel no meio do Mar e mandando ao fundo o dito Navio junto a Ilha do Forte Ventura...”

“... e em castigo dos ditos delitos e para público exemplo devo de condenar e condeno ao dito Capitão Domingo Gandi e aos ditos... cada um deles a pena de morte natural enforcados pelas gargantase o dito Domingo Gandi morra degolado no cutelo de maneira que do todo se lhe corte a cabeça do seu corpo e assim fique degolado e descabeçado pelo espaço de 6 horas no lugar onde esta execução se fizer...”

“... os outros restantes sejam levados às Galeras de S. M. que andam pelo Mar e colocadas nelas para que remen e sirvam nelas como Galeotes forçados ao remo sem soldo algum, cada um dêles pelo tempo de 6 anos...”

Documento interessante do *século XVIII* é o relativo a guerra de corso entre a Espanha e Inglaterra, lavrado em Madri a 19 de Janeiro de 1762 (portanto durante a Guerra dos Sete Anos — 1756 a 1763), no qual procuravam fazer ver aos inglêses que o apresamento por parte dos mesmos de navios neutros, que transportavam mercadorias espanholas constituia um ato ilegal, pois o artigo 25 da Paz celebrada em Madrid com a Grã Bretanha a 23 de Maio de 1667 dizia: “... que os gêneros e víveres podiam ser levados pelos navios neutros a qualquer um dos litigantes sem incorrer nas leis do contrabando, salvo quando fôssem levados a cidades ou praças sitiadas, passando então a serem tratados como de contrabando...”.

Publica uma relação de embarcações de bandeira francesa e holandesa, que tinham notícia, terem sido apresadas;



da citada relação retirei apenas três que se relacionavam com a América espanhola:

1) “Em 24 de Junho de 1740, o Navio Holandês denominado “Axefenix” e seu capitão Pedro Colombin, que conduzia a Veracruz o Vice-Rei Duque da Conquista foi apresado com cabos de correntes na Travessia desde Pôrto Rico a Cuba, e por levar outras mercadorias (de espanhóis) foi conduzido a Jamaica (colônia inglesa)”.

2) “Em 17 de Março de 1741 o Navio Holandês denominado “La Union” e seu Capitão Cornelio Yonet, com carga de víveres e outros gêneros de Real Fazenda que conduzia ao Pôrto de Cartagena das Índias para as Esquadras do Rei, foi apresado a 20 léguas de Cadiz embora levasse todos seus Papéis holandêses para Curaçau, assim foi declarado pelo Capitão como também de um Navio de Guerra dessa Nação que o escoltava até às Canárias”.

3) “Em 31 de Março de 1741 o Navio Holandês denominado “Obroud Agneto” e seu capitão Valker Lubker que conduzia mercadorias pertencentes a Espanhóis desde Pôrto Rico tendo deixado ali um tripulante de Maracaíbo, foi apresado perto de Cadiz e se assegura que o Capitão o entregou maliciosamente”.

#### MODÉLO DE PATENTE DE CORSO

DOM FELIPE DE BOURBON, PELA GRAÇA DE DEUS, Infante de Espanha, Cavaleiro das Ordens do Tosão, Espírito Santo e Santiago, Grande Prior de Castela, e Leão na de São João, Comendador Maior de Calatrava, de Castela e Aragão, Almirante Geral de tôdas as Fôrças Marítimas de Espanha, e das Índias, e Protetor do Comércio.

Por Quanto havendo o Rei meu Senhor, e Pai declarado a Guerra ao Rei e súditos da Grã Bretanha, por justos e

fundados motivos, que são notórios, tem resolvido Sua M. que se permita aos Naturais dêstes Reinos e aos demais, que solicitarem, armar em Corso contra aquela Nação as Embarcações que tenham, ou possam ter a propósito para êste destino; E pertencendome por minha Dignidade de Almirante Geral de Tôdas as Fôrças Marítimas de Espanha e das Índias a expedição das licenças, e Comissões convenientes para o expressado efeito, hei concedido, como em virtude das presentes Cartas concedo, a correspondente à ..... navio de ..... denominado ..... de deslocamento de ..... toneladas, pouco mais ou menos com ..... Canhões e Pedreiros e as demais Armas e Munições necessárias, e são em número de ..... Homens da Tripulação, a fim de que pelo tempo que durarem as hostilidades de uma e de outra parte, possa sair a costear com a citada Embarcação, levando nela a Bandeira das Armas de Espanha, correr os Mares de Europa e África (sem passar, nem tocar aos da América, sem especial permissão) e perseguir, atacar, tomar, e apresiar os Navios que encontrar, próprios do Reu e Súditos da Grã Bretanha, e de outros Inimigos da Coroa, com a condição expressa de que no Corso, que assim fizer, se regerá pelo que toca e preveem as Ordenanças e Estabelecimentos Reais; de que com as Presas que conseguir se encaminhará (diretamente se fôr possível) a um dos Pôrtos dos Domínios de sua Majestade; de que outorgará a fiança necessária a satisfação do Ministro, de cuja mão receberá esta Comissão; e de que se tomará a razão deste Despacho nas Oficinas, que corresponda ao Pôrto, ou Paragens onde se acha ou converja o Armamento, nas quais terá de deixar uma Lista firmada de sua mão, que contenha os nomes, apelidos, natureza, e residência dos Individuos de sua Tripulação.

Para tanto requeiro, e peço à todos os Reis, Príncipes, Potentados, Senhores, Repúblicas, e Estados, Amigos, e Aliados desta Coroa concedam ao referido ..... ou ao Cabo, que substituir-lhe no comando, todo favor, assis-



tência, e bom acolhimento nos seus Portos com a denominada Embarcação, e Equipagem, e tudo o que houver adquirido durante sua navegação, e ordeno aos Comandantes Gerais dos Departamentos de Marinha, Intendentes e Ministros dêles, Officiais Gerais, e Particulares da Real Armada Naval, e da Esquadra de Galeras, Juizes, e Justiças, e demais pessoas sujeitas à minha Jurisdição; e as que não o são, lhe deixem passar livre, e seguramente, sem causar-lhe impedimento algum, nem moléstia, e facilitem todo o favor, auxílio e ajuda que necessitar; à cujo fim lhe mandei despachar estas Cartas, seladas com o Sêlo de minhas Armas, e firmadas por Dão Cenon de Samodevilla, Marquês da Enseada, Comendador de Pedra na Ordem de Calatrava, e de Carrizosa (2) na de Santiago, do Conselho de S. M. no Supremo de Guerra, Secretário de Estado, e de Despacho das Negociações de Guerra, Marinha, Índias, e Fazenda, e Superintendente Geral do cobro (3) e distribuição dêle.

MEU LUGARTENENTE GENERAL, Eu .....  
..... á de mil setecentos e quarenta.  
Entergue-se à Parte para seu uso em ..... á  
..... de ..... de 17.... havendo dado a obrigação, e fiança correspondente.

#### ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

- AZCÁRRAGA, JOSÉ LUÍS DE — El Corso Maritimo — Consejo Superior de Investigaciones Cientificas — Instituto Francisco de Vitoria Madrid, 1950.
- BYNKERSHOEK, CORNELIO VAN — Disertatio de Dominio maris — Nueva York, 1923.
- DE MAS LATRIE — Du droit de marque et du droit de represailles — Paris, s/f.
- Enciclopédia e Dicionário Internacional — Vários volumes.
- Enciclopédia Britânica — Vários volumes.

---

(2) Carrizosa — Município da província de Ciudad Real.

(3) Cobro — (de cobrar) — ação de cobrar, cobrança.

- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo Americana — Espasa Calpe S.A. — Volumes n.ºs. 12, 18, 24, 26, 27, 36 e 49.
- FERNÁNDEZ DURO, CSRÁREO — Armada española desde la unión de los Reinos de Castilla y de Aragón — Madrid, 1896.
- GOSSE, PHILIP — Historia de la piratería — Espasa Calpe S.A. — Madrid 1935.
- Grand Dictionnaire Universel du XIX<sup>ème</sup> Siècle — Paris 1873 — Larousse — Tomes 3, 6, 8, 9 e 11.
- HUBERT, J. — Los aventureros del mar. Piratas, filibusteros, bucaneros y corsarios. Barcelona.
- JEANNEL — *La piraterie* — Paris, 1903.
- La Grande Encyclopédie — Paris — Volumes n.ºs. 14, 19, 24 e 25.
- MAUROIS, ANDRÉ — Historia de Inglaterra — Barcelona, 1948.
- NENENTHEUIL — Essai sur la course; sen histoire, sa réglementation, son abolition — Paris, 1898.
- REAL, CRISTÓBAL — El corsario Drake y el Imperio español — Madrid, 1941.
- RUMEU DE ARMAS, ANTONIO — Viajes de Hawkins a América — Sevilla, 1947.
- VALVERDE — Sobre el corso — Lima, 1873.
- WANDERLEY PINHO — História de um Engenho do Recôncavo — Livraria Editôra Zélio Valverde — 1946.

## A CARREIRA DE CONSERVADOR

GUSTAVO BARROSO

Diretor do M. H. N.

Em 24 de maio de 1954, o dr. Gustavo Barroso diretor do Museu Histórico apresentou ao DASP o seguinte Memorial sôbre a carreira de Conservador.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1954.

### MEMORIAL

*Ilmos. Srs. Membros da Comissão do Plano de Classificação de Cargos para a revisão dos níveis de vencimentos do Func. Civil.*

Foi com certo espanto que esta Diretoria tomou conhecimento da posição atribuída aos Conservadores de Museu na publicação n.º 2 da Comissão do Plano de Classificação de Cargos para a Revisão dos Níveis de Vencimentos do Funcionalismo Civil da União. Com certo espanto, está bem dito, pois, nas tabelas constantes da referida publicação os Conservadores de Museu figuram sob a rubrica Educação e Cultura nos níveis 12, 13 e 15, enquanto os Naturalistas do Museu Nacional, pertencentes ao serviço técnico e científico, ocupam os níveis 14, 16 e 18, como se não fôsem similares esses cargos, com a única diferença de se ocuparem os Conservadores de Museu de ciências como a História, a Iconografia a Paleografia, a Etnografia, a Numismática, a Biblioteconomia, a Arqueologia, e a Diplomática, e os naturalistas com as ciências denominadas naturais: Geologia, Zoologia, Botâ-

nica, etc., ou será — pergunta-se — que há hierarquia entre os ramos superiores do saber humano?

Além disso, do exame das citadas tabelas se verifica que, permanecendo nesse nível, sem a menor razão, tôda a Carreira de Conservador de Museu sofre a humilhação e a injustiça de ser considerada inferior à de Naturalista. No entanto, as funções e objetivos são idênticos: se o último conserva e pesquisa o material etnográfico, zoológico, botânico ou geológico, o primeiro conserva e pesquisa o material histórico, artístico, numismático ou paleográfico. Em que poderá ser o estudo e o trabalho de um superior ao trabalho de outro?

Atribui esta Diretoria a injustiça cometida pela Ilustre Comissão para com os Conservadores de Museu a um equívoco proveniente de se não achar devidamente esclarecida quanto às funções e conhecimentos dum Conservador de Museu e a uma interpretação dessa designação pouco condizente com a realidade dos fatos. E daí o pedir esta Diretoria permissão para expor, com argumentos e documentos sólidos, a verdade sôbre o assunto.

A palavra Conservador presta-se à interpretação acima aludida por ignorância ou malícia. Por isso, muitas vêzes se pretende rebaixar o cargo assim nomeado, porque ao seu nome se atribuem funções de condição inferior como a guarda ou limpeza de materiais e edifícios. Nada mais absurdo. Quem incorre nesse êrro se equipara àquele que pretendesse rebaixar a alta dignidade militar de Marechal de França, porque nesse país se chama ao ferrador de cavalos *Maréchal-ferrant* e ao sargento de cavalaria *Maréchal-des-logis*, ou tentasse igualar, na Inglaterra, o *Field-Marshal*, comandante do Exército, ao simples *Marshall*, delegado de polícia, ou ainda pretendesse que o Xerife de Meca se ombreasse com um *Sheriff* policial do Far-west. A quem assim procedesse seria lícito recomendar a leitura daquelas admiráveis páginas em que os grandes mestres Miguel Bréal e James Darmstetter mostram como as palavras, na sua marcha através do tempo, se bifurcam em sentidos opostos.

Para os entendidos em Museu no mundo inteiro, o título Conservador possui incontestável prestígio. Daí a relutância dos componentes da carreira em propugnar sua mudança para designações que têm sido algumas vêzes propostas: Técnicos de Museus, Museólogo ou Museologista. Tais termos nada diriam aos especialistas da Europa e das Américas, enquanto que o de Conservador abre a quem o usa tôdas as portas. Em Portugal, na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos, não se usa sequer o título de Diretor de Museu, mas o Conservador, *verbi gratia*: Conservador do Museu dos Côches, Conservador do Museu das Janelas Verdes, em Lisboa, e até Conservador da Biblioteca da Ajuda; Conservateur du Musée du Louvre, Conservateur du Musée de Cluny, Curator of the British Museum, Curator of the South Kensington Museum, em Londres; Curator of the Metropolitan Museum em Nova York.

Que é um museu senão um Conservatório, isto é, segundo a melhor definição na materia, *um estabelecimento que visa propagar uma ciência ou uma arte e formar especialistas na mesma*. A prevalecer a hermenêutica canhestra da ignorância, deveria ser retirado dos institutos artísticos e musicais, como o famosíssimo *Conservatoire de Paris*, o seu título tradicional, e, ainda, os colégios de formação sacerdotal perderiam o nome de *seminários* porque há também *seminários de plantas*. Conservatório é o estabelecimento velado e ilustrado pelos Conservadores.

No Brasil, homens ilustres pelo seu saber, como o Dr. Pedro Calmon, Reitor da Universidade, os Professôres Edgar Romero, Angyone Costa e muitos outros honram-se com o título de Conservadores. O signatário destas linhas, membro da Academia Brasileira de Letras e Diretor do Museu Histórico Nacional, tem orgulho em ser o mais antigo Conservador de Museu do Brasil.

Qualquer léxico latino ensina que, na língua de Roma, o verbo transitivo — *Conservo* — *Conservas* — *Conservare*, quer dizer: *conservar, salvar, defender, observar, guardar,*



*respeitar e cumprir*; o adjetivo *Conservatus* — *Conservata* — *Conservatum*, filho do particípio passado, significa: *conservado, mantido, salvo, defendido, observado e guardado*; e o substantivo *Conservator* — *Conservatoris* indica o que *conserva, salva, defende e mantém*. Daí, na epigrafia latina, segundo se verifica do *Corpus Inscriptionum Latinorum*, ser Júpiter, o Deus Supremo, cognominado *Conservator*, isto é, o Salvador. Com a mesma acepção Cícero emprega a palavra. Como se vê, nenhuma origem mais nobre para todos quantos, com sua técnica, suas pesquisas, seus estudos, sua experiência e seu saber, se dedicam a *guardar, conservar, defender, proteger, comentar e salvar*, assim, da destruição, do descaso e do esquecimento as obras de arte e as relíquias do passado.

Como definem os dicionaristas o termo em questão? Diz Mestre Larousse que o Conservador é *um funcionário especializado, encarregado da guarda de certos depósitos ou da defesa de certos direitos*. Diz Mestre Maximiano Lemos que é *um funcionário público encarregado de guardar e conservar um arquivo de estabelecimento científico*. E diz "Le Grand Vocabulaire François", na sua famosa edição de 1768: "Conservateur — celui qui conserve. Dieu est le conservateur des choses qu'il a créés. Est aussi un titre de charge ou dignité attribué à certains officiers publics". Segue-se a enumeração dos funcionários que, na época, possuíam esse cargo e essa dignidade: Conservador dos privilégios, da Universidade de Paris, alto magistrado; Conservador dos das Hipotecas, também magistrado; Conservador dos privilégios da Cidade, Juiz Real; Conservadores dos Domínios Reais; Conservador das Florestas; Conservador do Gabinete de Medalhas do Rei; Grande Conservador de Malta ou Conservador Geral, o encarregado de toda a economia e administração dessa Ordem Soberana de Cavalaria. Enfim, no Direito Internacional, o Conservador dum Tratado é a eminente personalidade escolhida pelas altas partes contratantes para velar pela observância do que foi convencionado, investidura essa da mais subida relevância.



Diante do que aí está será possível de boa fé atribuir situação de inferioridade aos Conservadores de Museu? Mas, se isso não basta, passemos ao terreno objetivo e prático. Como se pode formar no Brasil um Conservador de Museu? Mediante o Curso de Museus. Para nêle se matricular, é necessário ter o curso clássico ou científico. Sua duração é de três anos, sendo dois de estudos gerais ou básicos e um de especialização: para museus de história ou para museus de arte. Aprende-se nêle História do Brasil, Técnica de Museus, Numismática, Sigilografia, Etnografia, Arqueologia, História da Arte, Artes Menores, Arquitetura, Pintura e Gravura, Escultura, Arte Indígena e Arte Popular. Esse curso é considerado *superior*, possui mandato universitário e seu diploma é registrado na Diretoria do Ensino Superior.

Como se recrutam os componentes do quadro de Conservadores do Ministério de Educação e Cultura? Entre diplomados pelo referido Curso e outras pessoas, mediante concurso, que, à exceção do último, sempre se realizou com defesa de tese.

Nenhuma razão de peso milita, por conseguinte, para que se mantenha a diferença de classificação entre Naturalistas e Conservadores de Museu. Esta Diretoria tem fé no espírito de justiça da douta e ilustre Comissão, está certa de que, devidamente esclarecida com o que neste memorial se articula, dará ganho de causa aos que se julgam injustiçados. Na defesa dos mesmos, não entra visando qualquer interesse pessoal, mas unicamente a pura justiça da causa e a defesa da carreira de Conservador, pois o rebaixamento do seu nível de salário terá como consequência lógica o rebaixamento de sua qualidade. Isto já se evidenciou com a inexplicável supressão da defesa pública de tese no último concurso, o que permitiu a entrada no quadro de elementos menos preparados do que os anteriores. Se o cargo de Conservador de Museu fôr mal considerado e mal pago, não atrairá pessoal de melhor preparação, pouco a pouco se inferiorizará e isso será terrivelmente prejudicial ao serviço público no futuro, pois

aos Museus do Estado faltarão pesquisadores e classificadores competentes.

Esta Diretoria espera que a douta e ilustre Comissão, empreendendo seus elevados intúitos, examine o que francamente aqui lhe expõe e ponha no mesmo nível as carreiras de Naturalista e Conservador de Museu. Porque os Naturalistas, em uma palavra, nada mais são do que Conservadores de Museus de História Natural.